

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023

CONSOLIDADA

www.cm-vizela.pt

Vizela
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Demonstrações consolidadas	
2.1 Balanço consolidado	3
2.2 Demonstração de Resultados por natureza consolidado	4
2.3 Demonstração das alterações no património líquido consolidado	5
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado	6
2.5 Demonstração consolidada de desempenho orçamental	8
2.6 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	12
3. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	13
4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	52
5. Relação Nominal dos Responsáveis	54
6. Certificação Legal de Contas e Relatório e parecer do órgão de fiscalização	55
7. Relatório e Contas da Vimágua, EIM, SA	

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, o Município de Vizela apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2023, reportadas a 31 de dezembro.

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2023, elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna insuficiente a simples prestação de contas individualizada, pois esta não permite obter uma visão global da situação financeira do *grupo municipal*, dificultando por um lado a tomada de decisão dos gestores municipais e por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, o objetivo da consolidação de contas é de elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma entidade única se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do *grupo municipal*.

No trabalho que se apresenta é realizado o perímetro de consolidação e um enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro elencando os motivos de tal exclusão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras e orçamentais individuais da entidade consolidante que já se apresentaram pelo MEP – método de equivalência patrimonial, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		72 659 861,22 €	67 693 037,75 €
Ativos fixos tangíveis	5	67 489 274,56 €	62 678 095,41 €
Propriedades de Investimento		132 385,64 €	0,00 €
Ativos intangíveis	3	1 028 445,88 €	1 031 722,97 €
Participações financeiras	18 e 23	4 000 806,87 €	3 974 271,10 €
Devedores empréstimos bonificados e subs reembolsáveis		8 948,27 €	8 948,27 €
Ativo corrente		8 017 485,31 €	8 975 874,81 €
Inventários	10	73 563,43 €	64 834,54 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		879 536,49 €	648 474,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 457 450,72 €	2 360 698,35 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €	8 060,94 €
Outras contas a receber		3 219 948,08 €	3 145 703,73 €
Diferimentos		74 713,92 €	70 466,08 €
Caixa e depósitos	1	1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
Total Ativo		80 677 346,53 €	76 668 912,56 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		69 468 016,66 €	63 718 619,95 €
Património/Capital		25 405 920,24 €	25 283 070,24 €
Reservas		12 151 306,26 €	12 151 306,26 €
Resultados transitados		-842 586,83 €	-240 584,25 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 029 394,40 €	1 029 394,40 €
Outras variações no património líquido		32 061 680,63 €	26 001 457,43 €
Resultado líquido do período		-337 698,04 €	-506 024,13 €
Total Património Líquido		69 468 016,66 €	63 718 619,95 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		8 259 739,80 €	10 126 256,18 €
Provisões	15	1 082 650,78 €	1 262 032,86 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	6 727 232,97 €	8 385 873,27 €
Outras contas a pagar		449 856,05 €	478 350,05 €
Passivo corrente		2 949 590,07 €	2 824 036,43 €
Credores por transf. e subs não reembolsáv		8 708,26 €	32 265,12 €
Fornecedores		472 634,22 €	445 048,32 €
Estado e outros entes públicos		84 293,69 €	60 284,53 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	847 732,16 €	926 397,91 €
Fornecedores de investimentos		258 844,21 €	187 055,52 €
Outras contas a pagar		1 272 883,49 €	1 172 985,03 €
Diferimentos		4 494,04 €	
Total Passivo		11 209 329,87 €	12 950 292,61 €
Total Património Líquido e Passivo		80 677 346,53 €	76 668 912,56 €

Handwritten signatures and initials:
 J.
 P.
 D.
 N.
 M.
 (Blue ink signature)
 (Black ink signature)

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO			
PERÍODO		ANO	
2023/01/01 - 2023/12/31		2023	
Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		5 761 210,00 €	5 624 575,38 €
Vendas		8 900,40 €	1 770,88 €
Prestações de serviços e concessões		1 694 559,00 €	1 528 724,44 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		9 800 798,51 €	8 906 405,51 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	26 535,77 €	144 196,29 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-307 416,69 €	-258 290,54 €
Fornecimentos e serviços externos		-5 444 790,26 €	-5 310 157,99 €
Gastos com pessoal		-6 302 796,46 €	-5 509 776,96 €
Transferências e subsídios concedidos		-2 930 605,68 €	-2 742 953,68 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-281 768,53 €	-320 328,39 €
Provisões (aumentos/reduções)		179 382,08 €	-235 835,20 €
Outros rendimentos		1 728 136,86 €	1 461 566,52 €
Outros gastos		-290 536,04 €	-257 924,70 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 641 608,96 €	3 031 971,56 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 588 483,97 €	-3 413 149,49 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		53 124,99 €	-381 177,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos		4 330,40 €	8 798,08 €
Juros e gastos similares suportados		-395 153,43 €	-133 644,28 €
Resultado antes de impostos		-337 698,04 €	-506 024,13 €
Resultado líquido do período		-337 698,04 €	-506 024,13 €

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO													
(MUNICÍPIO DE VIZELA)													
Período		Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	Total do património líquido	Ano 2023	
01/01/2023	31/12/2023		Capital / Património	Ações (quotas)	Outros instrum. de	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos				Excedentes de revalorização
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)			25 283 070,24 €				12 151 305,26 €	-240 584,25 €	1 029 394,40 €	26 001 457,43 €	-505 024,13 €	63 718 619,95 €	63 718 619,95 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		23								4 974 892,25 €		4 974 892,25 €	4 974 892,25 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital										4 974 892,25 €		4 974 892,25 €	4 974 892,25 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido													
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												-337 698,04 €	-337 698,04 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												-337 698,04 €	4 637 194,21 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)			122 850,00 €					-602 002,58 €		1 085 330,95 €		506 024,13 €	1 112 202,50 €
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações			122 850,00 €					-602 002,58 €		1 085 330,95 €		506 024,13 €	1 112 202,50 €
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)			25 405 920,24 €				12 151 305,26 €	-842 586,83 €	1 029 394,40 €	32 051 680,63 €		-337 698,04 €	69 468 016,66 €

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	Notas	ANO	
2023/01/01 - 2023/12/31		2023	
Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 942 244,48 €	1 686 029,72 €
Recebimentos de contribuintes		4 917 504,88 €	4 865 400,14 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 956 846,01 €	9 178 372,20 €
Recebimentos de utentes		672 095,86 €	726 661,04 €
Pagamentos a fornecedores		-5 654 184,64 €	-5 652 043,45 €
Pagamentos ao pessoal		-6 272 515,15 €	-5 361 722,04 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 935 771,07 €	-2 717 168,37 €
Caixa gerada pelas operações		2 626 220,37 €	2 725 529,24 €
Outros recebimentos/pagamentos		-242 557,77 €	-279 229,09 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 383 662,60 €	2 446 300,15 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-6 198 319,89 €	-4 471 900,02 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-44 640,53 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		88 000,00 €	800,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		21 348,94 €	21 526,32 €
Recebimentos - Transferências de capital		4 511 817,32 €	2 630 918,95 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 621 794,16 €	-1 818 654,75 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		144 256,96 €	86 938,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 881 563,01 €	-917 835,57 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-389 926,58 €	-137 713,20 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2 127 232,63 €	-968 610,77 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-1 365 364,19 €	-340 965,37 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A large 'X' mark.
 - Next to it: 'Bain' (possibly a signature).
 - Below 'Bain': 'WLS' (initials).
 - Further down: 'A' (initials).
 - At the bottom right: A large blue 'X' mark.

SGA De execução orçamental		2 047 050,51 €	2 424 296,77 €
SGA De operações de tesouraria		630 586,35 €	594 305,46 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
SGS De execução orçamental		708 109,84 €	2 047 050,51 €
SGS De operações de tesouraria		604 162,83 €	630 586,35 €

2.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
Classificação		Fontes de Financiamento (2023)							
Rubrica	Orgânica	Económica	Recebimentos / Pagamentos	R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL
									2022
			Saldo de gerência anterior	499 695,23 €	0,00 €	1 547 355,28 €	0,00 €	630 586,35 €	2 677 636,86 €
			Operações orçamentais [1]	499 695,23 €	0,00 €	1 547 355,28 €	0,00 €	0,00 €	2 047 050,51 €
			Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	630 586,35 €	594 305,46 €
R1			Receita corrente	17 369 187,66 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	17 554 927,69 €
R11			Receita fiscal	4 770 921,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 770 921,02 €
R12			Impostos diretos	4 770 921,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 770 921,02 €
			Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2			Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3			Taxas, multas e outras penalidades	818 679,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	818 679,72 €
R4			Rendimentos de propriedade	55 151,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55 151,45 €
R5			Transferências e subsídios correntes	9 771 105,98 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	9 956 846,01 €
R51			Transferências correntes	9 771 105,98 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	9 956 846,01 €
R511			Administrações Públicas	9 761 105,98 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	9 946 846,01 €
R5111			Administração Central - Estado Português	9 561 814,12 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	9 747 554,15 €
									9 105 673,10 €

[Assinatura]

[Assinatura]
8

Prestação de Contas Consolidada 2023

R5112	Administração Central - Outras entidades	59 046,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	72 699,10 €
R5113	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5114	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5115	Administração Local	140 245,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	140 245,36 €	0,00 €
R512	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R513	Outras	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €
R52	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	1 942 244,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 942 244,48 €	1 686 029,72 €
R7	Outras receitas correntes	11 085,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 085,01 €	7 589,75 €
	Receita de capital	2 535 851,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 599 817,32 €	2 631 718,95 €
R8	Venda de bens de investimento	88 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	88 000,00 €	800,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 447 851,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 511 817,32 €	2 630 918,95 €
R91	Transferências de capital	2 447 851,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 511 817,32 €	2 630 918,95 €
R911	Administrações Públicas	2 447 851,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 511 817,32 €	2 630 918,95 €
R9111	Administração Central - Estado Português	851 446,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 908 611,79 €	1 062 727,12 €
R9112	Administração Central - Outras entidades	1 596 404,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 603 205,53 €	1 568 191,83 €
R9113	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9114	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9115	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R912	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R913	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R92	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	8 627,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 627,70 €	9 352,99 €
	Receita efetiva [2]	19 913 666,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 163 372,71 €	19 126 651,11 €
	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	144 256,96 €	86 938,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	144 256,96 €	86 938,00 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

D7111	Administração Central - Estado Portugues	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7113	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7114	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7115	Administração Local	238 435,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	238 435,20 €	343 410,22 €	
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	507 915,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	507 915,96 €	591 461,76 €	
D713	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D714	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D72	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [5]	18 787 480,47 €	0,00 €	2 833 269,90 €	144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	21 765 007,33 €	18 672 999,80 €	
	Despesa não efetiva [6]	931 563,01 €	0,00 €	950 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 881 563,01 €	917 835,57 €	
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	931 563,01 €	0,00 €	950 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 881 563,01 €	917 835,57 €	
	Soma [7] = [5] + [6]	19 719 043,48 €	0,00 €	3 783 269,90 €	144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	23 646 570,34 €	19 590 835,37 €	
	Operações de tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	202 191,03 €	309 337,80 €	
	Saldo para a gerência seguinte	694 318,17 €	0,00 €	13 791,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 312 272,67 €	2 677 636,86 €	
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	694 318,17 €	0,00 €	13 791,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	708 109,84 €	2 047 050,51 €	
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	604 162,83 €	630 586,35 €	
	Saldo global [2] - [5]	1 126 185,95 €	0,00 €	-583 563,61 €	-144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	398 365,38 €	453 651,31 €	
	Despesa primária	18 405 953,10 €	0,00 €	2 833 269,90 €	144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	21 383 479,96 €	18 542 792,06 €	
	Saldo corrente	2 593 491,91 €	0,00 €	185 740,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 779 231,94 €	3 219 351,37 €	
	Saldo de capital	-1 475 933,66 €	0,00 €	-769 303,64 €	-144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	-2 389 494,26 €	-2 775 053,05 €	
	Saldo primário	1 507 713,32 €	0,00 €	-583 563,61 €	-144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	779 892,75 €	583 859,05 €	
	Receita total [1] + [2] + [3]	20 413 361,65 €	0,00 €	3 797 061,57 €	144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	24 354 680,18 €	21 637 885,88 €	
	Despesa total [5] + [6]	19 719 043,48 €	0,00 €	3 783 269,90 €	144 256,96 €	0,00 €	0,00 €	23 646 570,34 €	19 590 835,37 €	

2.6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
	Receita corrente	1 536 164,81 €	1 525 437,56 €		Despesa corrente	380 537,99 €	298 016,80 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1	Despesas com o pessoal	72 791,54 €	64 537,26 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	66 749,00 €	58 618,07 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	655,04 €	532,69 €
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsist de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	5 386,50 €	5 386,50 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	192 073,59 €	171 317,69 €	D2	Aquisição de bens e serviços	222 876,97 €	127 570,99 €
R4	Rendimentos de propriedade	904 516,02 €	938 318,53 €	D3	Juros e outros encargos	71 514,16 €	71 514,16 €
R5	Transferências e subsídios correntes	87,75 €	87,75 €	D4	Transferências e subsídios correntes	12 980,18 €	34 037,81 €
R5.1	Transferências correntes	87,75 €	87,75 €	D4.1	Transferências correntes	7 658,26 €	32 265,12 €
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	26 080,98 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	26 080,98 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	7 658,26 €	6 184,14 €
R5.1.3	Outras	87,75 €	87,75 €	D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	437 687,45 €	413 913,59 €	D4.2	Subsídios Correntes	5 321,92 €	1 772,69 €
R7	Outras receitas correntes	1 800,00 €	1 800,00 €	D5	Outras despesas correntes	375,14 €	356,58 €
	Receita de capital	0,00 €	0,00 €		Despesa de capital	122 091,49 €	96 989,22 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	122 091,49 €	96 989,22 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	1 536 164,81 €	1 525 437,56 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €				
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €		Despesa efetiva [4]	502 629,48 €	395 006,02 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €		Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Receita Total [3]=[1]+[2]	1 536 164,81 €	1 525 437,56 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
					Despesa Total [6]=[4]+[5]	502 629,48 €	395 006,02 €

X.
Pereira
D
N
M
A

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico e informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Caracterização da entidade consolidante

Nome: Município de Vizela

Morada: Praça do Município, n.º 522 4815-013 Vizela

NIF: 505 985 217

Pereira

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2023:

Presidente: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

Vereadores: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas

Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa

António Nuno da Cunha Faria

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Manuel Azevedo Ferreira

Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

Composição do Órgão Deliberativo a 31/12/2023:

Presidente: António Fernando Pereira Carvalho

Secretários: Primeiro Secretário: André Filipe Oliveira de Castro

Segundo Secretário: Márcia Patrícia Carneiro Costa

Órgão de Fiscalização: Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de contabilidade: SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas do Exercício 2023: Apreciadas em Assembleia Municipal

Tipo de Entidade: Município

N.º médio de trabalhadores: 298



1.2. Definição do perímetro de consolidação financeira

O perímetro de consolidação financeira, de acordo com a NCP 22, inclui apenas uma entidade:

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Motivos da inclusão	Método de consolidação
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	505 993 082	Rua Rei do Pegu n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião 4810-025 Guimarães	10%	50 000,00 €	Trata-se de uma entidade enquadrada no n.º 6 do art.º 75º do RFALEI	Equivalência Patrimonial

Considerando que a única entidade passível de consolidação não aplica o SNC-AP e, por conseguinte, não aplica a NCP 26, nos mapas relativos à consolidação orçamental consideram apenas os dados relativos ao Município de Vizela.

1.2.1. Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Composição dos órgãos sociais:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **A Assembleia Geral** tem desde 22 de outubro de 2021 a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vogal: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela

Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, em reunião realizada a 29 de novembro de 2023, foi designada a Vereadora Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, para representar o Município de Guimarães na Assembleia Geral da Vimágua, vindo a ocupar o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

- **O Conselho de Administração** iniciou funções a 22 de outubro de 2021 e é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, designada sob proposta do Município de Vizela

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designado sob proposta do Município de Guimarães

[Handwritten signature in blue ink]

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência.

- **Fiscal Único:** Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, representada por António de Jesus Pereira

Sistema aplicável de contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas do Exercício 2023: Aprovadas

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

N.º médio de trabalhadores: 210

1.3 Caracterização das Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Tipo de entidade	Estado das contas do Exercício	Motivos da exclusão
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	1,053%	1 169 655,00 €	Empresa do Setor Empresarial do Estado	Aprovadas	A Águas do Norte é, nos termos do seu diploma instituidor (Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio), uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos na qual o Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.
TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	506 592 545	Av. General Norton de Matos, 50, 1.º Vicente 4700-387 Braga	2,00%	5 000,00 €	Cooperativa de Responsabilidade Limitada	Sem Informação – As contas não foram remetidas ao Município de Vizela	A TCR, enquanto cooperativa do sector cultural, aplicam-se as disposições previstas no Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro, e subsidiariamente a legislação comercial. Dado o montante reduzido da participação do Município de Vizela e a inexistência de qualquer domínio de poder ou de resultado por parte deste sobre a TCR (ainda que nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Código Cooperativo cada cooperador disponha de um voto qualquer que seja a sua parte no capital da cooperativa), esta não integra o seu perímetro de consolidação. Atualmente a entidade encontra-se em liquidação.
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	0,08%	351 099,00 €	Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira		O FAM é regulado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 13 de julho. O Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.

1.4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

1.4.1 Métodos de consolidação utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações.

O Município de Vizela utiliza o método de equivalência patrimonial, tal como definido na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada. Este método consiste no reconhecimento pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

A aplicação do método de equivalência patrimonial já se encontra refletido nas demonstrações financeiras individuais, pelo que não existe qualquer alteração aos mapas já apresentados nos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2023.

[Handwritten signatures]

Existem três participações **excluídas** do perímetro de consolidação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI, são:

- Participação nas Águas do Norte SA, na qual o Município detém 1,053%, ou seja 1.169.655,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico;
- Participação na TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL, na qual o Município detém 2%, ou seja 5.000,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico.
- Participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal no qual o Município detém 0,08% do capital, ou seja 351.099,00 €. Está registada pelo método do custo histórico.

1.5 Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do Município apresentava a seguinte distribuição:

[Handwritten signature]

Conta	31-12-2023	
Caixa		4.475,65
Depósitos à ordem		703.634,19
Depósitos bancários à ordem	703.634,19	
Outros depósitos		604.162,83
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	604.162,83	
TOTAL		1.312.272,67

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas em conformidade com o estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.



2.1. Bases de mensuração

Ativos fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT) ou quando não seja possível, pelo valor de avaliação por entidade certificada para o mesmo, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado e quando aplicável, a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos. No entanto, ainda não foi feita a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

Ativos intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido de qualquer amortização acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são mensurados ao justo valor.

Propriedades de investimento

No ano de 2023 foram reclassificados como propriedades de investimento os bens de domínio privado do espaço denominado "Parque de jogos de Vizela", previstos no Contrato de Concessão de exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023, encontrando-se mensurados pelo custo histórico, deduzidos das depreciações acumuladas.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas em que o município exerce influência significativa, estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCP 23.



Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar. Acresce referir que a depreciação/amortização inicia no momento em que o bem fica disponível para uso.

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

Fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Município se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Financiamentos obtidos

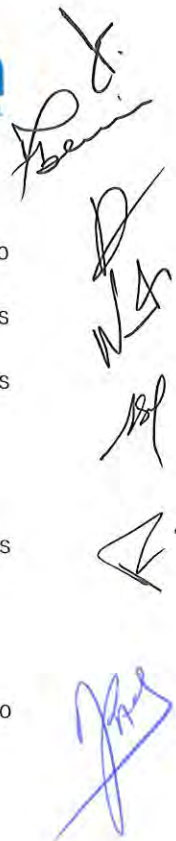
Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um ex fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.



Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos

numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

2.2. Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas na análise das demonstrações financeiras, apenas as exigidas pela aplicação das normas do SNC-AP.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que, tendo em conta o histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, se acredita serem razoáveis.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são:

- Perdas por imparidade – a determinação de uma eventual perda por imparidade, pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município;
- Provisões – o Município analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para pagamentos das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos;
- Impostos a receber – a estimativa de impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base na

informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do Portal das Finanças em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Município de Vizela são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.

2.6. Principais fontes de incertezas das estimativas

Não aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não aplicável.

Quadro 2 – Reexpressão retrospectiva

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar.

O detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis é a seguinte:

AI - QUANTIA ESCRITURADA										
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
	Ativos Intangíveis	1 031 722,97 €	6 697,38 €					-9 974,47 €		1 028 445,88 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI2	Goodwill									
AI3	Projetos de desenvolvimento									
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	11 130,50 €	4 197,38 €					-6 374,47 €		8 953,41 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	1 020 592,47 €	2 500,00 €					-3 600,00 €		1 019 492,47 €
AI6	Outros									
AI7	Ativos intangíveis em curso									
TOTAL		1 031 722,97 €	6 697,38 €					-9 974,47 €		1 028 445,88 €

Prestação de Contas Consolidada 2023



AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis		6 697,38 €								6 697,38 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		4 197,38 €								4 197,38 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual		2 500,00 €								2 500,00 €
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL		6 697,38 €								6 697,38 €



Prestação de Contas Consolidada 2023



Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão que o Município de Vizela tinha a 31 de dezembro de 2023, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia S.A.	Distribuição eletricidade em baixa tensão	20 Anos	Renda trimestral a pagar ao município	-	-	-
Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	Alargâmbito - Publicidade Exterior, Unipessoal, Lda.	Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	10 Anos	138.875,00 € (a pagar ao município)	-	-	-
Construção e exploração de bar de praia fluvial	Turvizela- Empreendimentos Turísticos, Lda.	Terreno	25 anos	Construção e exploração de "Bar de Praia Fluvial"	-	-	-
Exploração do Parque de Jogos de Vizela	L & M – Sociedade de Catering, Lda.	Terrenos e Edifício	20 anos	Construção e Manutenção de Equipamentos			

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA									
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	22 171 152,55 €	2 451 202,16 €	43 644,11 €				-1 471 912,28 €		-25 478,09 €
Terrenos e recursos naturais	3 031 987,65 €	108 645,35 €							3 140 633,00 €
Edifícios e outras construções	4 932 651,04 €		115 457,61 €				-234 197,42 €		4 813 911,23 €


Prestação de Contas Consolidada 2023





Infraestruturas	13 866 495,04 €	136 740,00 €	503 951,79 €							-1 237 714,86 €				13 269 471,97 €
Património histórico, artístico e cultural	88 743,20 €	110 675,40 €	114 656,25 €											314 074,85 €
Outros														
Bens de domínio público em curso	251 275,62 €	2 095 141,41 €	-690 421,54 €										-25 478,09 €	1 630 517,40 €
Ativos fixos em concessão														
Terrenos e recursos naturais														
Edifícios e outras construções														
Infraestruturas														
Património histórico, artístico e cultural														
Ativos fixos em concessão em curso														
Outros ativos fixos tangíveis	40 506 942,86 €	6 137 163,38 €	-190 768,85 €										-25 862,47 €	44 320 666,11 €
Terrenos e recursos naturais	6 909 867,69 €	2 354 409,00 €	-100 700,00 €										-25 862,47 €	9 137 714,22 €
Edifícios e outras construções	30 263 986,80 €	2 967 691,58 €	649 875,34 €											32 321 038,20 €

[Assinatura]

Prestação de Contas Consolidada 2023

[Assinatura]
28

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Ativos Fijos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		2 426 427,31 €				2 431,43 €				22 343,42 €	2 451 202,16 €
Terrenos e recursos naturais		83 870,50 €				2 431,43 €				22 343,42 €	108 645,35 €
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		136 740,00 €									136 740,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural		110 675,40 €									110 675,40 €
Outros											
Bens de domínio público em curso		2 095 141,41 €									2 095 141,41 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		3 893 790,22 €		2 637 811,18 €		6 157,53 €				-400 595,55 €	6 137 163,38 €
Terrenos e recursos naturais		982 250,00 €		1 252 319,55 €		476,53 €				119 362,92 €	2 354 409,00 €
Edifícios e outras construções		2 180 091,66 €		1 385 491,63 €						-597 891,71 €	2 967 691,58 €
Equipamento básico		90 064,49 €				5 681,00 €				77 933,24 €	173 678,73 €
Equipamento de transporte		14 324,95 €									14 324,95 €
Equipamento administrativo		22 403,83 €									22 403,83 €
Equipamentos biológicos											
Outros		242 640,49 €									242 640,49 €
Ativos fixos tangíveis em curso		362 014,80 €									362 014,80 €
TOTAL		6 320 217,53 €		2 637 811,18 €		8 588,96 €				-378 252,13 €	8 588 365,54 €

[Assinatura]

Prestação de Contas Consolidada 2023

[Assinatura]
30

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-25 478,09 €	-25 478,09 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-25 478,09 €	-25 478,09 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis		-9 537,47 €			-16 325,00 €	-25 862,47 €
Terrenos e recursos naturais		-9 537,47 €			-16 325,00 €	-25 862,47 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL		-9 537,47 €			-41 803,09 €	-51 340,56 €

[Assinatura]

Prestação de Contas Consolidada 2023

[Assinatura]
31

Nota 6 – Locações

O Município de Vizela , em 2023, não detém qualquer contrato de locação.

[Handwritten signatures in black ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Vizela:

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24/02/2003	23/01/2003	20 Anos	412 099,00 €	401 041,00 €	1,350%	0,000%	389 642,11 €	51 886,33 €	441 528,44 €	11 398,89 €	42,08 €	11 440,97 €	- €	11 398,89 €	- €
Banco Comercial Português, S.A.	18/08/2003	15/09/2003	20 Anos	445 506,00 €	445 506,00 €	3,000%	0,000%	417 304,16 €	121 361,94 €	538 666,10 €	28 201,84 €	445,68 €	28 647,52 €	- €	28 201,84 €	- €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	14/07/2004	25/08/2004	20 Anos	485 928,00 €	486 928,00 €	2,633%	4,128%	432 824,90 €	108 333,83 €	541 158,73 €	27 051,55 €	689,41 €	27 740,96 €	- €	54 103,10 €	27 051,55 €
Banco Santander Totta, S.A.	16/05/2005	04/08/2005	20 Anos	532 240,00 €	532 240,00 €	2,344%	4,112%	443 533,20 €	96 262,16 €	539 795,36 €	29 568,88 €	1 413,76 €	30 982,64 €	- €	88 706,80 €	59 137,92 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21/10/2005	06/12/2005	20 Anos	266 776,00 €	266 776,00 €	2,437%	4,220%	222 313,33 €	43 380,88 €	265 694,21 €	14 820,89 €	1 028,09 €	15 848,98 €	- €	44 462,67 €	29 641,78 €
Novo Banco, S.A.	12/07/2006	07/09/2006	20 Anos	673 511,00 €	623 761,00 €	3,592%	4,028%	485 147,44 €	87 877,91 €	573 025,35 €	34 653,39 €	3 187,27 €	37 840,66 €	- €	136 613,56 €	103 960,17 €
Banco Comercial Português, S.A.	06/11/2007	18/01/2007	20 Anos	223 110,00 €	198 110,00 €	3,973%	3,910%	148 562,62 €	24 994,72 €	173 557,34 €	11 006,12 €	647,97 €	11 654,09 €	- €	49 527,38 €	38 521,26 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	30/05/2008	24/07/2008	20 Anos	2 445 000,00 €	1 530 091,60 €	5,235%	4,955%	1 062 563,60 €	165 052,75 €	1 227 616,35 €	85 005,09 €	14 103,83 €	99 108,92 €	- €	467 528,00 €	382 522,91 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	25/07/2017	30/11/2017	16 Anos	4 610 950,85 €	4 610 950,85 €	1,700%	5,765%	1 440 922,12 €	341 667,06 €	1 782 589,18 €	288 184,43 €	147 226,66 €	435 411,09 €	- €	3 170 028,73 €	2 881 844,30 €
Banco BPI, S.A.	22/08/2017	30/11/2017	16 Anos	4 889 049,15 €	4 889 049,15 €	1,600%	5,626%	1 527 827,77 €	335 280,13 €	1 863 107,90 €	305 565,58 €	156 103,22 €	461 668,80 €	- €	3 361 221,38 €	3 055 655,80 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	27/08/2019	11/10/2019	15 Anos	42 962,26 €	34 132,06 €	0,000%	4,102%	1 313,54 €	- €	1 313,54 €	2 351,68 €	613,01 €	2 964,69 €	- €	32 836,52 €	30 486,84 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/11/2019	14/05/2020	15 Anos	192 831,69 €	192 831,69 €	0,134%	4,307%	7 416,60 €	43,07 €	7 459,67 €	12 246,89 €	5 903,65 €	18 150,54 €	- €	185 415,09 €	173 168,20 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	02/03/2020	22/04/2020	15 Anos	98 878,54 €	32 959,51 €	0,085%	4,307%	1 267,67 €	14,01 €	1 281,68 €	6 190,13 €	933,01 €	7 123,14 €	- €	31 691,84 €	25 501,71 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/06/2020	26/10/2020	15 Anos	51 447,90 €	34 238,60 €	0,000%	4,342%	- €	- €	22,81 €	2 159,77 €	1 093,10 €	3 252,87 €	- €	34 298,60 €	32 138,83 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	28/10/2020	28/01/2021	15 Anos	260 814,00 €	260 814,00 €	0,000%	4,307%	- €	- €	- €	- €	7 911,80 €	7 911,80 €	- €	260 814,00 €	260 814,00 €
Banco BPI, S.A.	06/11/2020	24/02/2021	20 Anos	1 390 000,00 €	1 390 000,00 €	0,940%	4,891%	36 579,22 €	13 892,39 €	50 471,61 €	1 023 157,88 €	40 173,71 €	1 063 331,59 €	- €	1 353 420,78 €	330 262,90 €
Banco BPI, S.A.	11/07/2022	27/09/2022	20 Anos	1 800 000,00 €	- €	2,593%	4,872%	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	24/01/2023	17/02/2023	10 Anos	432 770,89 €	144 256,96 €	1,564%	1,564%	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	144 256,96 €	144 256,96 €

Nota 8 – Propriedades de investimento

Foram reconhecidos em 2023, anteriormente classificados como ativos fixos tangíveis os bens do denominado “Parque de Jogos de Vizela”, de acordo com o Contrato de Concessão da exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023. Estes encontram-se reconhecidos e mensurados pelo custo histórico, deduzidas das depreciações acumuladas.

PI - QUANTIA ESCRITURADA (MODELO DO CUSTO)												
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período	Rendimentos do Período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Diferenças cambiais			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento			132 455,28 €	-69,64 €				132 385,64 €			
PI1	Bens de domínio público											
PI2	Terrenos e Recursos Naturais			100 700,00 €					100 700,00 €			
PI3	Edifícios e outras Construções			31 755,28 €	-69,64 €				31 685,64 €			
PI4	Outras propriedades de Investimento											
PI5	Propriedades de Investimento em curso											
	TOTAL			132 455,28 €	-69,64 €				132 385,64 €			




Prestação de Contas Consolidada 2023

PI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES (MODELO DO CUSTO)										
Rubrica	Designação	Adições								
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
	Propriedades de Investimento									Total
PI1	Bens de domínio público									
PI2	Terrenos e Recursos Naturais									
PI3	Edifícios e outras Construções									
PI4	Outras propriedades de Investimento									
PI5	Propriedades de Investimento em curso									
TOTAL										



Prestação de Contas Consolidada 2023



PI - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES (MODELO DO CUSTO)						
Rubrica	Designação	Diminuições				Total
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Propriedades de Investimento					
PI1	Bens de domínio público					
PI2	Terrenos e Recursos Naturais					
PI3	Edifícios e outras Construções					
PI4	Outras propriedades de Investimento					
PI5	Propriedades de Investimento em curso					
TOTAL						

[Assinatura]

Prestação de Contas Consolidada 2023

[Assinatura]
36

[Handwritten signatures and initials]

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município de Vizela tem registada a seguinte imparidade no ano 2023:

- Clientes, contribuintes e utentes pelo valor de 932.422,27 € que os serviços do Município apuraram constituir risco de incobrabilidade.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	3 389 872,99 €	932 422,27 €	2 457 450,72 €		
T OTAL		3 389 872,99 €	932 422,27 €	2 457 450,72 €		

Nota 10 - Inventários

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

[Handwritten signature]

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	1 686,45 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	71 876,98 €	0,00 €	71 876,98 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
T OT AL	73 563,43 €	0,00 €	73 563,43 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)
Mercadorias	2 358,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	672,00 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 476,09 €	316 817,58 €	307 416,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 876,98 €
Total	64 834,54 €	316 817,58 €	307 416,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	672,00 €	0,00 €	73 563,43 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

No quadro infra apresentamos o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, têm a seguinte composição:

[Handwritten signatures and initials]

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 694 559,00 €
Venda de bens	8 900,40 €
Juros	-
Royalties	-
Dividendos ou distribuições similares	-
Outros	238 395,14 €
Total	1 941 854,54 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

[Handwritten signature]

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 478 602,07 €				
Impostos indiretos	1 422 419,44 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	742 059,47 €		162 111,37 €	169 911,00 €	
Multas e outras penalidades	118 129,02 €		9 206,32 €	22 162,59 €	
Transferências sem condição	9 800 798,51 €	3 941 969,90 €	87,75 €	87,75 €	
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		86 045,67 €			
Outros	1 520 607,89 €	2 032 207,63 €			
TOTAL	17 082 616,40 €	6 060 223,20 €	171 405,44 €	192 161,34 €	

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e atendendo à sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a Câmara Municipal.

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 262 032,86 €						179 382,08 €		179 382,08 €	1 082 650,78 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 262 032,86 €						179 382,08 €		179 382,08 €	1 082 650,78 €



Prestação de Contas Consolidada 2023



Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 – Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos					Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras – justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo	2 448 517,10 €				26 535,77 €					2 475 052,87 €
41.1. - Investimentos em entidades controladas	2 448 517,10 €				26 535,77 €					2 475 052,87 €
Vimágua - Empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	2 448 517,10 €				26 535,77 €					2 475 052,87 €
Outros ativos financeiros	0,00 €									0,00 €
TOTAL	2 448 517,10 €				26 535,77 €					2 475 052,87 €



Prestação de Contas Consolidada 2023



Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros ativos financeiros	9 312 271,18 €			144 256,96 €	1 881 563,01 €			7 574 965,13 €
25.1.1.2 - Empréstimos bancários de m/l p não excecionados	8 755 814,24 €				1 847 215,65 €			6 908 598,59 €
25.1.1.2. - Empréstimos bancários de m/l excecionados	11 398,89 €				11 398,89 €			0,00 €
20.4.2.2.9.2 - Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados	545 058,05 €			144 256,96 €	22 948,47 €			666 366,54 €
TOTAL	9 312 271,18 €	0,00 €	0,00 €	144 256,96 €	1 881 563,01 €	0,00 €	0,00 €	7 574 965,13 €

[Assinatura]

[Assinatura]
42

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,8%	351 099,00 €									351 099,00 €
Águas do Norte, SA	1,06%	1 169 655,00 €									1 169 655,00 €
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	2,00%	5 000,00 €									5 000,00 €
Participações de capital – justo valor											
...											
TOTAL		1 525 754,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 525 754,00 €



Prestação de Contas Consolidada 2023



Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros infra apresentamos a listagem das entidades controladas pela Câmara Municipal de Vizela assim como as transações existentes entre as partes relacionadas:

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2023, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final (*)
		Direto	Indireto	
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Rua do Rei Pegú, nºo 172 4810-025 Guimarães	10%		10%

Nota: A existência de influência significativa por parte do Município, deve-se à representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total transações		
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	212 750,07 €	61,92%	49 587,64 €	
		Subsídios à exploração	61 301,50 €	17,84%	5 321,92 €	
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	12 823,86 €	3,73%	-	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	42 239,09 €	14,33%		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associada	Quota Anual + Inscrição em congresso	6 000,34 €	1,75%	-	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Associada	Quota Anual	1 500,00 €	0,44%	-	
Totais			343 614,86 €	100%	59 909,56 €	

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método da equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem a participação no capital social da Vimágua, não sendo por isso efetuados movimentos extra-contabilísticos.

Assim, já se encontram refletidos os movimentos abaixo na Prestação de Contas individual já apresentada.

(Un.: euro)

Lançamento n.º	Descrição	Conta a débito	Valor a débito	Conta a crédito	Valor a crédito
1	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	26 535,77 €	78.5.1 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - aplicação do MEP	26 535,77 €

	Vimágua	CMV 10%	Total 2023	MEP 2022	MEP 2023
			(a)	(b)	(a)-(b)
Capital	500 000,00 €	50 000,00 €			
Reservas legais	147 701,50 €	14 770,16 €			
Resultados Transitados	5 389 528,00 €	538 952,79 €			
Outras Variações de Capitais Próprios	5 268 498,81 €	526 849,88 €			
Resultados Líquido	1 204 800,73 €	120 480,07 €			
Total Capital Próprio	24 750 528,70 €	2 475 052,87 €	1 201 052,87 €	1 174 517,10 €	26 535,77 €

Considerando que o MEP já se encontra refletido nas contas individuais do município, as contas consolidadas correspondem às contas individuais.

Pela aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial não se contabiliza o endividamento consolidado de médio e longo prazo, informa-se, contudo, que a VIMÁGUA possui:

- **Endividamento líquido** a 31/12/2023, calculado nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro no valor de 11.282.618,62 €.

- **Empréstimos de longo prazo** (capital em dívida) no valor de 6.581.163,89€.

A VIMÁGUA, informa que: "*cumprir as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo o Resultado Líquido do exercício de 2023, cujas contas foram aprovadas em Assembleia-Geral a 27 de março de 2024, positivo, cumprindo-se desta forma o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 50/2012.*"

Assim sendo, as responsabilidades financeiras da VIMÁGUA não relevam para o cálculo da dívida total do Município, prevista no artigo 52.º do RFALEI.

No quadro seguinte apresenta-se o limite da dívida

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Divida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
	(2)	(3)	(4)					
(1)					(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	13 465 992,94 €	15 047 441,91 €	16 485 579,17 €	14 999 671,34 €	22 499 507,01 €	7 805 347,63 €	-14 694 159,38 €	-65,31%
Serviços Municipalizados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Serviços Intermunicipalizados						0,00 €		
Entidades intermunicipais:								
Área Metropolitana						0,00 €		
Comunidade Intermunicipal						217 880,33 €	217 880,33 €	
Entidades associativas municipais:								
Associações de Freguesias						0,00 €		
Associações de Municípios						0,00 €		
Empresas locais						0,00 €		
Empresas participadas						0,00 €		
Cooperativas						0,00 €		
Fundações						0,00 €		
Entidades de outra natureza						0,00 €		
TOTAL	13 465 992,94 €	15 047 441,91 €	16 485 579,17 €	14 999 671,34 €	22 499 507,01 €	8 023 227,96 €	-14 476 279,05 €	-64,34%

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método de equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Das relações comerciais existentes entre o Município e a Vimágua, EIM, SA, resultam os seguintes saldos e fluxos financeiros:



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large signature at the bottom right.

Município de Vizela / Vimágua										
Tipo de fluxos	Obrigações /pagamentos					Direitos /recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Relações Comerciais:	22 099,33	339 939,07	28 861,45	264 959,78	68 217,17	1 006 092,02	1 107 680,90	0,00	1 096 658,78	1 017 114,14
Serviços prestados de água/saneamento	20 326,64	266 633,82	28 861,45	195 203,76	62 895,25					
Contrapartidas					0,00	934 048,13	247 356,68		281 159,19	900 245,62
Rendas					0,00	0,00	7 755,80		7 755,80	0,00
Receita de tarifas de lixo					0,00	72 043,89	852 568,12		807 743,79	116 868,22
Participações do capital em numerário					0,00					
Participações do capital em espécie					0,00					
Outros - Participação da Tarifa Social de Água	1 772,69	73 305,25		69 756,02	5 321,92					
Total	22 099,33	339 939,07	28 861,45	264 959,78	68 217,17	1 006 092,02	1 107 680,60	0,00	1 096 658,78	1 017 113,84


Prestação de Contas Consolidada 2023





[Handwritten signatures and initials]

As relações comerciais entre o Município e a VIMÁGUA E.I.M. S.A traduzem-se no seguinte:

- Faturação da VIMÁGUA E.I.M., S.A. proveniente dos serviços prestados de água/saneamento;
- Encargos de cobrança /receita das tarifas de resíduos urbanos que se traduz na faturação da VIMÁGUA E.I.M. S.A do serviço de cobrança das tarifas de lixo incluída na fatura dos consumos de água/saneamento aos munícipes de Vizela e na entrega da receita das tarifas de lixo, faturadas aos clientes por parte da VIMÁGUA E.I.M. S.A juntamente com a faturação mensal, ao Município de Vizela;
- Encargos relativos à comparticipação no desconto efetuado pela Vimágua aos clientes finais no território do município no âmbito da Tarifa Social de água;
- Faturação do Município de Vizela à VIMÁGUA E.I.M. S.A do valor das contrapartidas pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que é proprietário o Município de Vizela, utilizado pela VIMÁGUA E.I.M. S.A no desenvolvimento da sua atividade, conforme definido no ponto 13 do Contrato de Gestão da empresa.

[Handwritten signature]

Utilização pela VIMÁGUA E.I.M. S.A das infraestruturas de água e saneamento

De seguida apresenta-se um quadro do valor das contrapartidas, (sem o IVA) devidas pela VIMÁGUA E.I.M. S.A. ao Município pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, calculado nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A:

(Un.:euro)		
Ano da contrapartida	Valor proveito	Por receber
2009	16 188,72	0,00
2010	158 605,18	0,00
2011	153 021,93	0,00
2012	159 577,76	0,00
2013	111 527,89	0,00
2014	204 702,74	0,00
2015	241 862,68	0,00
2016	173 621,27	146 139,56
2017	180 016,11	180 016,11
2018	168 185,20	168 185,20
2019	52 349,00	52 349,00
2020	93 945,00	93 945,00
2021	91 272,14	91 272,14
Total	1 804 875,62	731 907,01



Handwritten signatures in black and blue ink, including names like 'J. Pereira', 'N. G.', 'M. P.', and 'J. P. 10/10/23'.

O valor da contrapartida é calculado segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

Em 2022 e 2023 não foi efetuado cálculo da contrapartida em virtude do novo Contrato de Gestão explicado no parágrafo seguinte.

Foi aprovado na Reunião de Câmara de 18/04/2023 e Assembleia Municipal de 26/04/2023 o aumento de capital social e consequente alteração dos Estatutos da Vimágua em que os municípios de Guimarães e Vizela, considerando as decisões de transferência de infraestruturas para a Vimágua e as necessidades de financiamento do Plano de Investimentos constante do anexo IV do Contrato de Gestão Delegada (aprovado igualmente a 18/04/2023 em Reunião de Câmara e 26/04/2023 Assembleia Municipal), decidiram renunciar o direito da contrapartida com efeitos a janeiro de 2022, comprometendo-se a Vimágua a pagar, o montante relativo ao IVA. O valor referente às contrapartidas será convertido em Capital Social mantendo a proporção de participação.

As alterações descritas acima encontram-se a aguardar decisão do Tribunal de Contas, pelo que não existe qualquer movimento em 2023.

Acontecimentos após a data de relato

Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2023

O presente relatório de gestão é apresentado de acordo com o n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município de Vizela exerce influência significativa sobre a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Tal influência ao nível das contas reflete-se na atualização do valor da participação financeira do Município na empresa VIMÁGUA, E.I.M. S.A., em função dos capitais próprios e do resultado líquido do ano de 2023, tal como demonstrado no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

No exercício de 2023, foi já considerado o método da equivalência patrimonial, fazendo com que as demonstrações financeiras consolidadas sejam iguais às demonstrações já apresentadas na Prestação de Contas individual.

A participação do Município na VIMÁGUA, E.I.M. S.A. enquadra-se na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente, na alínea b) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 75º - RFALEI.

A VIMÁGUA, E.I.M. S.A. foi criada pela iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela e iniciou a sua atividade em 20 de fevereiro de 2002.

A participação na VIMÁGUA E.I.M. S.A. justifica-se pela transferência da gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município de Vizela numa ótica de parceria que está consubstanciada num Contrato de Gestão assinado entre as partes a 2 de abril do ano 2008 e respetivo aditamento a 26 de julho de 2012.



As contrapartidas que o Município recebe e as obrigações em que incorre estão suportadas em acordos estabelecidos entre as duas entidades, tendo o Município uma participação de 10% no valor de 50.000,00€ no capital social da VIMÁGUA E.I.M. S.A. de 500.000,00 €.



Em termos de gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A., o Município é representado por um vogal no Conselho de Administração e um vogal na Assembleia Geral que participam na orientação e discussão dos assuntos de interesse coletivo não só para o Município de Vizela mas também para o Município de Guimarães.



5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DE 01-01-2023 a 31-12-2023

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu	Presidente	01-01 a 31-12-2023	Rua Quinta do Poço Quente, n.º 302, União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) 4815-765 Vizela
Maria Agostinha Ribeiro de Freitas	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2023	Rua da Saudade n.º 2031, S. João 4815-413 Vizela
Arnaldo José Abreu Guimarães Sousa	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2023	Rua Padim, n.º 1348 - S. Miguel - 4815-495 Vizela
Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2023	Rua Dr. Pereira Caldas, nr.205, 1Dt, S. Miguel, 4815-516 Vizela
António Nuno Cunha Faria	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2023	Calçada do Casal da Bouça, nr.120, S. João, 4815-399 - Vizela
Rui Manuel Azevedo Ferreira	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2023	Rua Combatentes do Ultramar, nr.284, Moreira de Cónegos, 4815-011 - Guimarães
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador sem pelouros	01-01 a 31-12-2023	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela
Maria José Novais Toriz da Silva Ramos a)	Vereador sem pelouros	30-05 e 12-09-2023	Travessa Casal da Bouça, n.º 112 - S. João - 4815-712 Vizela

a) Substituiu o vereador Jorge Alexandre Mendes Pedrosa nas reuniões de câmara nos dias 30/05/2023 e 12/09/2023.



Prestação de Contas Consolidada 2023





6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE VIZELA, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 80 677 346,53 euros e um total de património líquido de 69 468 016,66 euros, incluindo um resultado líquido de negativo de 337 698,04 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE VIZELA em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na nota 5 do anexo, o município continua a proceder ao reconhecimento, inventariação e registo dos bens do ativo fixo tangível propriedade do Município. Como se trata um processo de execução permanente, a garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, não nos permite emitir opinião nesta data sobre os saldos da rubrica dos ativos fixos tangíveis evidenciado no balanço a 31 de dezembro de 2023.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do MUNICÍPIO de VIZELA que compreendem a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

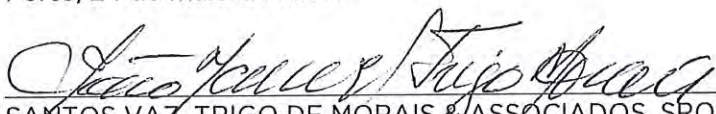
O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 24 de maio de 2024


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DE VIZELA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e as respetivas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas Consolidada, que emitimos somos parecer que as contas Consolidadas do MUNICÍPIO DO VIZELA referentes ao exercício de 2023, se apresentam elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Porto, 24 de maio de 2024


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

[Handwritten signatures in black ink]
[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in black ink]

7. RELATÓRIO E CONTAS DA VIMÁGUA, EIM, SA

Relatório e Contas 2023

Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.



X

X. 9

Pen

D

h

h

k

hms

Índice

Índice.....	1
Mensagem do Presidente	5
Principais Indicadores.....	7
Introdução	8
Estrutura Organizacional	10
Órgãos Sociais.....	10
Estrutura orgânica	12
Estratégia Empresarial	14
A Empresa.....	14
Enquadramento Setorial	16
Missão, Visão e Valores.....	19
Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia	20
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética.....	22
Regulamento Geral de Proteção de Dados	23
Comunicação e Educação	24
Áreas de Atividade	28
Abastecimento de água.....	31
Águas Residuais.....	40
Gestão de Clientes	52
Investimento	66
Recursos Humanos	70
Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	79
Desempenho Económico e Financeiro	86
Perspetivas Futuras.....	96
Proposta de Aplicação de Resultados.....	102
Considerações Finais	104
Demonstrações financeiras.....	106
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	107
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	108
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022	109
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023	110
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	111
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	112
Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.....	114



Adira aos sistemas de água e saneamento



Água segura, de qualidade
e não gera resíduos.



www.vimagua.pt

vimagua

Mensagem do Presidente



Beba água da torneira

Água segura, de qualidade e não gera resíduos.



www.vimagua.pt

vimagua

Mensagem do Presidente

Os serviços de águas têm fixadas as suas linhas estratégicas no Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

A visão para 2030 passa por atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas.

É sabido que nas últimas décadas tem sido feito um forte investimento em infraestruturação coletiva, para cumprimento do desiderato da acessibilidade física aos serviços que estava muito abaixo do desejável.

Feito um investimento de mais de 109MilhõesEuros foi possível fazer chegar água e saneamento à quase totalidade dos territórios de Guimarães e Vizela, fixando-se, atualmente, as taxas de cobertura em 98,3%, no que respeita ao abastecimento de água e 93,4% em saneamento.

Aqui chegados, é importante gizar a estratégia que se quer seguir, a médio e longo prazo, na gestão destes serviços, sendo inúmeros os desafios e exigências, designadamente, os trazidos por força das alterações climáticas, dos poluentes de preocupação emergente, da evolução tecnológica e das alterações do mercado de trabalho e da captação de recursos, para fazer face às necessidades de investimento.

Em 2023, nasceu um novo ciclo da atividade da Vimágua, projetado em vários documentos estratégicos para a empresa, designadamente, no novo Projeto de Contrato de Gestão Delegada que sucede ao Contrato de Gestão outorgado em 2008, o qual foi fixado tendo em conta o atual enquadramento legal e regulatório, e que integrou a proposta de Plano Plurianual de Investimentos para 2023-2037, conjuntamente com a Trajetória Tarifária para o mesmo período, o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e o Plano de Financiamento da Vimágua para este novo ciclo que projetamos a 15 anos.

Sucede que o Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, na sua reunião de 4 de outubro de 2023, aprovou, por unanimidade, o Plano de Ação da ITI Ave 2030 o qual integra, na Tipologia "Ciclo Urbano da Água em Baixa", um montante de 5.290.137,00€ de FEDER para investimentos a efetuar pela Vimágua, dos quais 4.236.387,00€ são para investimento no Concelho de Guimarães e 1.053.750,00€ no Concelho de Vizela, sendo que a taxa de financiamento a fundo perdido, aprovada no âmbito deste financiamento, é de 85% do investimento elegível, o que obrigou à revisão do referido Plano Plurianual de Investimentos aprovado para 2023-2037.



As opções assumidas passam por atingir serviços eficazes, eficientes, sustentáveis e com valor acrescentado para a sociedade, designadamente, garantindo a acessibilidade física, a continuidade e fiabilidade, a qualidade das águas distribuídas e rejeitadas, a segurança, resiliência e ação climática e a equidade e acessibilidade económica; a alocação de recursos financeiros, a eficiência hídrica e a eficiência energética e descarbonização; assegurando a sustentabilidade económica e financeira, infraestrutural, da utilização de recursos, do capital humano e do conhecimento e a valorização empresarial e económica, ambiental e territorial, societal, da transparência e responsabilização, tudo contribuindo para o desenvolvimento sustentável da empresa que aproveitará a todos, clientes, trabalhadores, Municípios, fornecedores e comunidade em geral.

Em face do subsídio aprovado e da necessidade de executar, em tempo, os respetivos investimentos, foi, assim, elaborada uma proposta de revisão, designadamente, no capítulo das demonstrações financeiras e plano de financiamento, ou seja, aos anexos IV e V do Projeto de Contrato de Gestão Delegada aprovado.

A atividade da Vimágua mantém, deste modo, um crescimento sustentado, em extensões e substituições de redes, em número de clientes, em volume de negócios, em inovação e em qualidade de serviço.

O resultado económico, apurado no exercício de 2023, é disso reflexo, fixando-se o resultado líquido do exercício em 1Milhão 204Mil e 801Euros.

A Administração da Vimágua estará, como sempre, empenhada e atenta, apostada no desenvolvimento sustentável da empresa.

Deixo uma palavra de reconhecimento, aos clientes e fornecedores da empresa, aos órgãos sociais, nomeadamente, às colegas do Conselho de Administração, à Assembleia Geral e ao Fiscal Único, aos Municípios de Guimarães e de Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Entidade Reguladora do Setor e aos trabalhadores da Vimágua, agradecendo a todos o espírito de permanente colaboração, para a prossecução da missão de serviço público da Vimágua.

O Presidente do Conselho de Administração


Armindo Costa e Silva



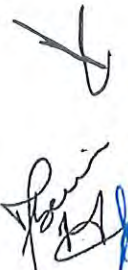
Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2021	2022	2023
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	23 043 209	24 485 171	24 750 529
PASSIVO	35 128 612	34 755 313	34 707 422
ATIVO	58 171 821	59 240 484	59 457 950
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	39,61%	41,33%	41,63%
INVESTIMENTO	6 117 949	3 970 962	2 922 514
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	2,90%	7,28%	4,87%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,15%	3,01%	2,03%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	19 425 499	20 380 460	21 474 965
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	19 721 513	20 381 241	21 495 902
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 834 848	7 439 240	6 604 883
em % do Volume de Negócios	30,04%	36,50%	30,76%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1 460 417	2 835 205	2 045 551
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	936 144	2 384 286	1 639 467
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	667 639	1 781 893	1 204 801
CASH-FLOW	5 042 071	6 385 928	5 764 133
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6 983 142	7 184 804	7 256 958
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	73 631	75 465	77 386
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	212	210	221
CLIENTES/TRABALHADORES	347	359	350

¹ Resultado líquido / Capital próprio

² Resultado líquido / Ativo total





Introdução



Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2023 e a proposta de aplicação de resultados.

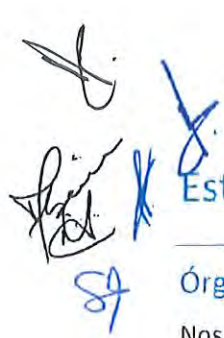
O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.



Estrutura Organizacional





Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividades e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de outubro de 2021 e é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designada sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência.

Os membros do Conselho de Administração da Vimágua, na qualidade de gestores públicos, estão abrangidos pelo Regime de Impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), nos quais são estabelecidas as regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios desses titulares, bem como, na Lei n.º



52/2019, de 31 de julho que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.

A Mesa da Assembleia Geral teve, desde 22 de outubro de 2021, a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;

Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, em reunião realizada a 29 de novembro de 2023, foi designada a Vereadora Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, para representar o Município de Guimarães na Assembleia Geral da Vimágua, vindo ocupar o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Em 2023 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos e duas sessões extraordinárias.

Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 15 de março de 2023, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2022, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 23 de novembro foi aprovada a proposta de alteração da minuta de *Contrato de Gestão Delegada*, a proposta de *Plano Plurianual de Investimentos 2023-2037 – Revisão 1*, a proposta de *Tarifário 2024* e o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2024*.

Na sessão extraordinária, a 12 de abril, foram aprovadas as propostas de *Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre os Municípios de Guimarães e Vizela e a Vimágua e Aumento do Capital Social e a consequente alteração dos Estatutos da Vimágua*.

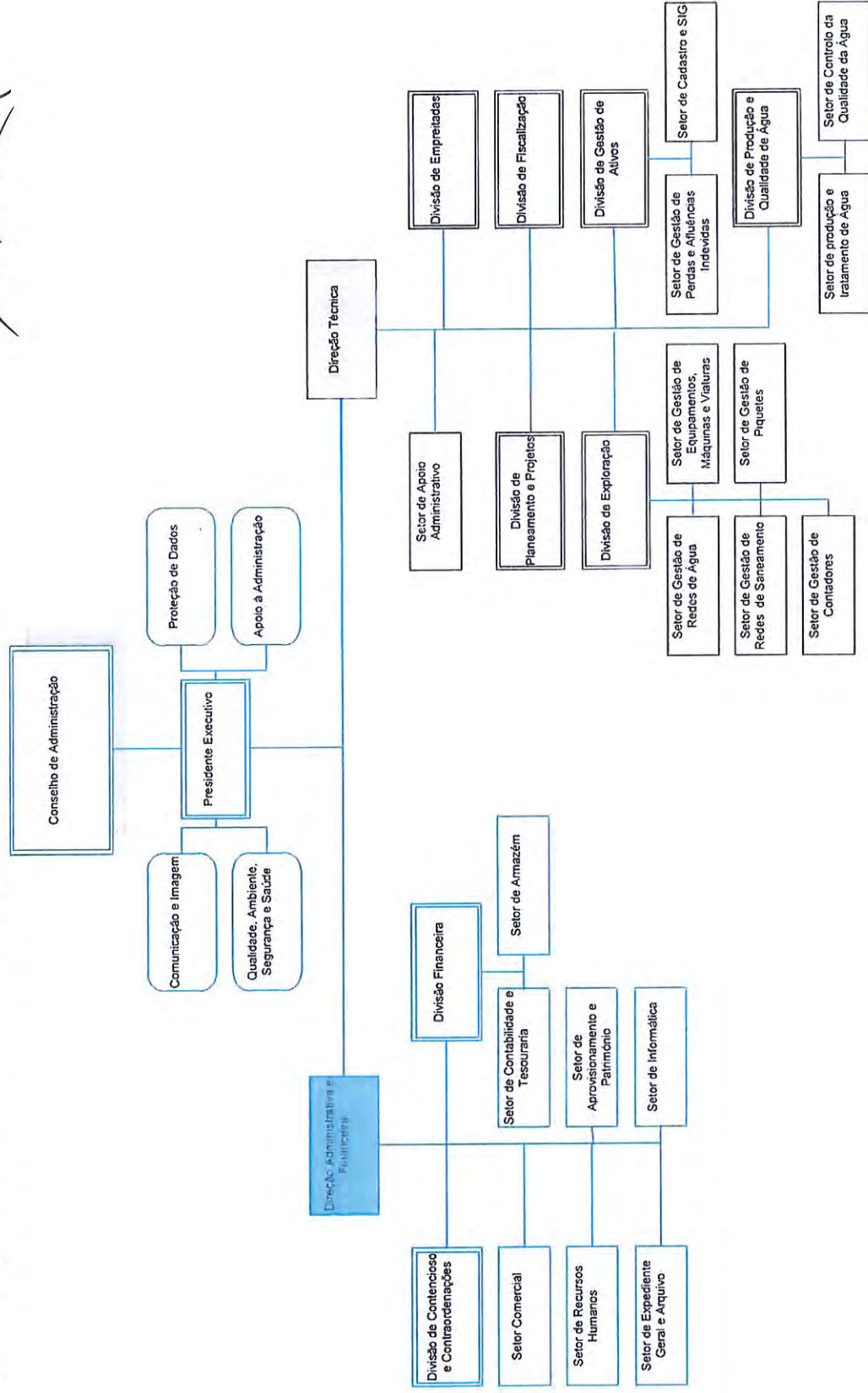
Na sessão extraordinária, a 5 de setembro, foi aprovada uma *Retificação da Proposta de Aumento do Capital Social e a consequente alteração dos Estatutos da Vimágua*.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2021-2025 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade “Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.”, representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509 332 153, com sede no Edifício *Tower Plaza*, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.



Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial





Estratégia Empresarial



A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505993082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um contínuo e significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.





2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- SUPERFÍCIE
Guimarães 240,95 km²
Vizela 24,70 km²
Total 265,65 km²
- POPULAÇÃO RESIDENTE*
Guimarães 156.830
Vizela 23.896
Total 180.726
- ALOJAMENTOS CLÁSSICOS*
Guimarães 69.201
Vizela 9.650
Total 78.851

*INE/ERSAR

*Após pedido de esclarecimento junto da

ERSAR, sobre os números de alojamentos a considerar nos concelhos de Guimarães e Vizela, foi determinado, pela entidade reguladora, que os alojamentos a considerar devem ser os disponibilizados pelo INE a esta entidade (que não são coincidentes com os valores disponíveis na página oficial do INE).

Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos subjacentes à criação da Vimágua e plasmados desde o primeiro Contrato de Gestão são os seguintes:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os municípios, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível do fornecimento de água e drenagem de águas residuais urbanas.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.



- 
- 
- 
- 
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
 - e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
 - f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.



Assim, os objetivos estratégicos e os indicadores de desempenho, definidos na proposta de Contrato de Gestão Delegada já aprovada pelos Municípios, repartem-se por três vertentes:

- a) Adequação do serviço ao utilizador;
- b) Sustentabilidade da prestação do serviço; e
- c) Sustentabilidade ambiental.

Enquadramento Setorial



No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorreu para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

Além do aludido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, toda a atividade desenvolvida pela Vimágua tem de obedecer aos seguintes diplomas legais:

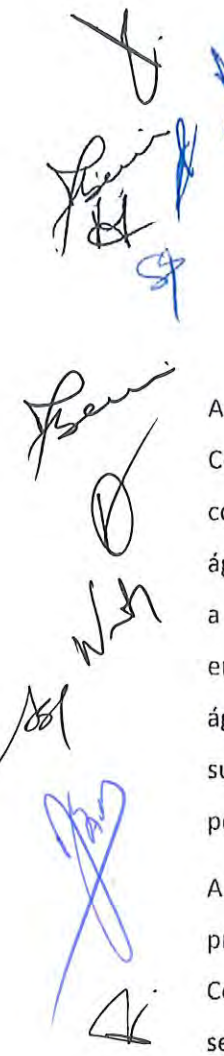
- Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, o qual veio aprovar o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria os mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais; e
- Lei n.º 24/96, denominada Lei de Defesa do Consumidor.

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprovou os novos estatutos da ERSAR e que implicou novas condicionantes para a atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

A 23 de julho de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 446/2018 – Regulamento dos Procedimentos Regulatórios – o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação. Neste Regulamento são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:



- 
- a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
 - b) Regulação económica das entidades gestoras;
 - c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;
 - d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
 - e) Análise de reclamações de utilizadores.

A 4 de setembro de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos - o qual estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este Regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.

A Vimágua-Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.L.M., S.A., notificada para se pronunciar sobre o projeto de alteração ao Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), da ERSAR, pronunciou-se, desfavoravelmente, à semelhança do que já tinha em inúmeros outros momentos e sempre que se suscitava a cobrança dos encargos de ligação às redes públicas de forma difusa e não pela individualizada, esta última aquela que foi, desde sempre, a opção assumida pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

A Entidade Reguladora reviu a sua posição e procedeu à alteração da proposta, derrogando o artigo que impedia a cobrança individualizada de ramais, em linha, aliás, com o que se tem vindo a fixar em termos de jurisprudência.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A inflação e o aumento das taxas de juro do financiamento bancário;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;



- As exigências dos Municípios de infraestruturação de zonas de construção dos respectivos Planos Diretores Municipais;
- As poucas verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um serviço de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, e promovendo a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais.

Valores

Valores institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:

Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais;

Sustentabilidade e Eficiência na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa;

Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

Respeito e a Prática da Legalidade;

Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.











Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia

A Vimágua tem na sua organização um sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança e energia, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP ISO 45001 e NP ISO 50001.

Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade em geral, o meio ambiente, os seus colaboradores e subcontratados, bem como da importância de satisfazer as expectativas de clientes e partes interessadas, a Vimágua promove na sua organização uma consciencialização para a melhoria contínua do seu desempenho.

Medidas de Eficiência Energética implementadas pela Vimágua

No âmbito do sistema de gestão de energia, certificado pela ISO 50001, a Vimágua procedeu a um conjunto de investimentos, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Monitorização dos consumos energéticos de modo a efetuar o controlo dos consumos energéticos (Instalação de analisadores de energia em 16 instalações);
- Aquisição de um sistema para controlo e gestão de utilização de viaturas;
- Instalação de sistemas de produção de energia no Reservatório R3E – Guardizela e no Reservatório de Frades;
- Substituição de 2 viaturas a combustão por elétricas.

Desempenho Ambiental

No ano de 2023, foi efetuada uma revisão ao procedimento de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, de forma a simplificar a avaliação dos Aspetos Ambientais Influenciáveis (fornecedores/subcontratados/prestadores de serviço), e posteriormente revista e atualizada a Matriz de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, de forma a dar cumprimento ao descrito no procedimento.

Os aspetos/impactes ambientais analisados encontram-se adequados às atividades/impactes da Vimágua.

A gestão dos resíduos produzidos encontra-se consolidada, constatando-se o integral cumprimento do definido no procedimento de gestão de resíduos e com a legislação aplicável, ao nível do controlo das licenças de operadores de resíduos, da emissão de e-GAR e respetivos comprovativos e por fim do preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR). Foi ainda realizado um



esforço no sentido de privilegiar o recurso a destinos de valorização de resíduos, por forma a melhorar o desempenho ambiental.

No que respeita a Resíduos, no decorrer do ano de 2023, a Vimágua produziu 797,36 ton. de resíduos, os quais foram devidamente encaminhados para operadores autorizados.

Na totalidade dos resíduos produzidos, 80,74% foram para valorização.

No capítulo de gases de refrigeração, foi realizada a verificação anual de fugas dos equipamentos abrangidos, por técnicos qualificados e empresa certificada. Foram detetadas duas fugas no sistema de AVAC, e procedeu-se à sua reparação.

Foi submetida, atempadamente, na plataforma da APA a comunicação dos gases fluorados.

Em suma, realça-se que em 2023 deu-se continuidade ao trabalho já desenvolvido na redução de consumos, na prevenção dos resíduos e nas ações sensibilização para o consumo de água da torneira. Os objetivos definidos, na sua generalidade foram cumpridos prevendo-se a sua manutenção para o ano de 2024.

Da análise efetuada à monitorização dos indicadores/objetivos, e dos restantes aspetos ambientais, bem como os resultados da avaliação da conformidade legal verifica-se que o desempenho ambiental tem melhorado nos últimos anos nas várias atividades da Vimágua.

A Vimágua tem especiais responsabilidades na proteção dos valores ambientais e trabalha já há alguns anos nas bases para o combate às alterações climáticas e para o desenvolvimento de uma economia verde que tenha subjacente a proteção do meio ambiente, em todos os domínios de atividade, de forma que o desenvolvimento técnico, tecnológico e industrial esteja em harmonia com a espécie humana, garantindo a sua continuidade, num quadro de elevados índices de bem-estar e qualidade de vida.

Auditorias ao Sistema de Gestão

O programa anual de auditorias definido para 2023 foi cumprido.

No dia 20 de abril realizou-se uma auditoria interna ao sistema de Energia com a deteção de 4 oportunidades de melhoria e 2 áreas sensíveis.

Efetuuou-se a auditoria interna aos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança nos dias 13, 14 e 20 de abril com o resultado de 16 oportunidades de melhoria e 4 não conformidades.

Foi realizada nos dias 27 e 28 de abril e 23, 24, 25 e 26 de maio a auditoria externa, tratou-se de renovação dos sistemas de Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), Segurança (ISO 45001:2018) e Energia (ISO 50001:2018) e primeiro acompanhamento do sistema de Ambiente (NP EN ISO 14001:2015) onde se detetaram 14 oportunidades de melhoria e nenhuma não conformidade.





Realizou-se a análise de tendências dos últimos 5 anos, onde se constatou uma diminuição nas não conformidades nas auditorias internas e uma ausência das mesmas nas auditorias externas.



Todas as constatações foram convenientemente tratadas, tendo sido identificadas as causas, definidas ações de correção, prazos e responsáveis, bem como ações corretivas sempre que considerado pertinente.

Resposta às emergências



Durante o ano de 2023 não ocorreu nenhuma emergência em nenhum dos edifícios da Vimágua. Manteve-se atualizada a documentação das várias medidas de autoproteção.



Foi concluída a definição das medidas de autoproteção das instalações das Armazém/Oficinas de Aldão.



Efetuaram-se dois exercícios de simulacro, cujo objetivo foi testar o Plano de Segurança Interno (PSI) da Vimágua: O primeiro dos exercícios ocorreu no dia 22 de maio, em que o cenário de emergência simulado foi “Resgate de um colaborador desmaiado por falta de oxigénio” no decorrer da manutenção do Reservatório de Monte do Cavalinho.



O segundo cenário simulado foi “Incêndio e Evacuação nas Instalações de Aldão” a 24 de novembro.



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação



dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos.

Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraindo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, consequentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2023, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador, trabalhador ou outro colaborador da Vimágua. Não obstante, atento o tempo decorrido e a nova legislação com impactos nesta matéria, foram iniciados em 2022 os trabalhos de revisão do Plano, que se prevê concluir em 2024.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

No decorrer do ano de 2023, não foram participadas quaisquer violações de dados pessoais.

Esta é uma área de grande complexidade que obriga a um constante controlo e monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais e que depende, em última instância, da criação de uma consciência coletiva esclarecida e desperta para o tema, atuando em todos os domínios numa lógica de prevenção, pelo que, no decorrer do ano de 2024, será necessário pensar na organização desta atividade, sendo que carece de reforço de recursos humanos.

Foi dado impulso à área da cibersegurança com a aquisição em 2023 de serviços de consultoria e desenvolvimento de soluções e procedimentos na componente da segurança de sistemas, infraestrutura informática e informação, o que impactará, também, a área da proteção de dados.

Foram, ainda, preparadas, durante o ano de 2023, novas políticas e procedimentos, bem como a revisão de todos os formulários em utilização na Vimágua, que, no entanto, não foram aprovadas, sendo, no decorrer do ano de 2024.



Será, ainda, necessário preparar um novo ciclo intensivo de formação, na área da conformidade normativa, abrangendo o plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, o código de conduta e ética, o canal de denúncias, a Lei de acesso a documentos administrativos e o regime jurídico da cibersegurança e segurança da informação.

Comunicação e Educação

No decorrer do ano de 2023, no que à área da comunicação e educação concerne, há a destacar o seguinte:

- Visitas às Oficinas da água, na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins



Oficinas da Água na ETA de Sta. Eufémia de Prazins

- A realização de múltiplas ações de informação, relacionadas com a atividade da Vimágua em diversas Escolas e Instituições dos concelhos de Guimarães e Vizela;
- A Comemoração do Dia Mundial da Água, 22 de março



Dia Mundial da Água 2023 "Sê a Mudança que queres ver no Mundo"



Dia Mundial da Água 2023 - ETA de Sta. Eufémia de Prazins

- Participação em iniciativas a pedido de outras entidades, designadamente:
 - ✓ Festa da Primavera;
 - ✓ Feira da Terra - S. Torcato;
 - ✓ Vizela em Festa;
 - ✓ Eco Challenge - Festa da Juventude – Vizela;
 - ✓ Green week.
- Foi lançada, no decorrer do ano de 2023, uma campanha de comunicação alargada, tendo em vista:
 - ✓ Combate ao desperdício de água;
 - ✓ Promover o consumo de água da rede pública
 - ✓ Promover a adesão aos sistemas públicos– nos três formatos de Outdoors



- A comemoração do Dia Mundial do Saneamento, 19 de novembro

à sanita o que é da sanita,
ao lixo o que é do lixo
evite entupimentos,
maus odores e poluição.



depositar restos de comida,
gorduras, medicamentos
ou outros objetos no saneamento
pode provocar entupimentos
e danos ambientais

www.vimagua.pt

vimagua

- Por último, mantivemos atualizados e em destaque os conteúdos alusivos aos investimentos que foram objeto de comparticipação, nomeadamente, pelo POSEUR, em particular no que respeita ao investimento em zonas de monitorização e controlo, tendo em vista o esclarecimento da população, relativamente à sua importância para a eficiência na prestação do serviço.

POSEUR - PORTUGAL 2020

POSEUR
Programa Operacional de Saneamento, Ambiente e Infraestruturas de Recursos
2014-2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Coesão



Áreas de Atividade

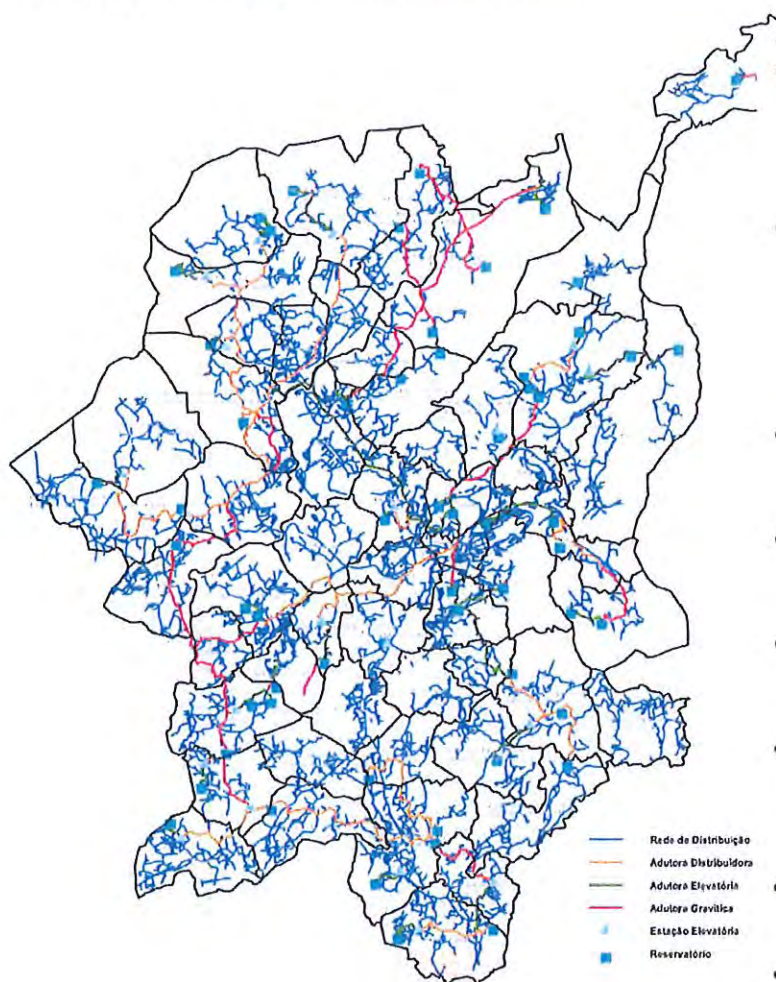


Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo Urbano da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos rendimentos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus gastos operacionais.

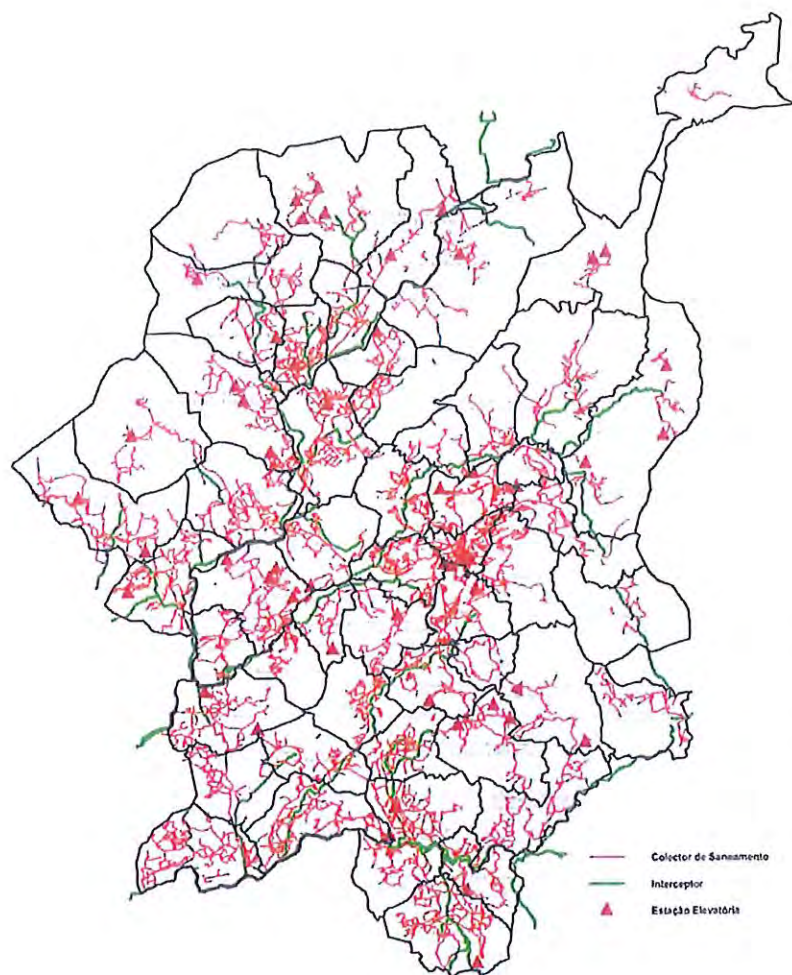
Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1.364,3 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 50 Reservatórios
- 23 Estações elevatórias
- 18 Hidropressores
- 28 Postos de cloragem/recloragem
- 175 VRP's
- 62.961 Ramais

A extensão de condutas de água, executadas no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2023, totalizou um valor de 3,2 km.

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 925,9 Km de coletores de saneamento de águas residuais
- 87 Estações elevatórias
- 21 Fossas Sépticas
- 48.015 Ramais

A extensão de coletores de saneamento de águas residuais, executada no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2023, totalizou um valor de 4,7 km.

Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações

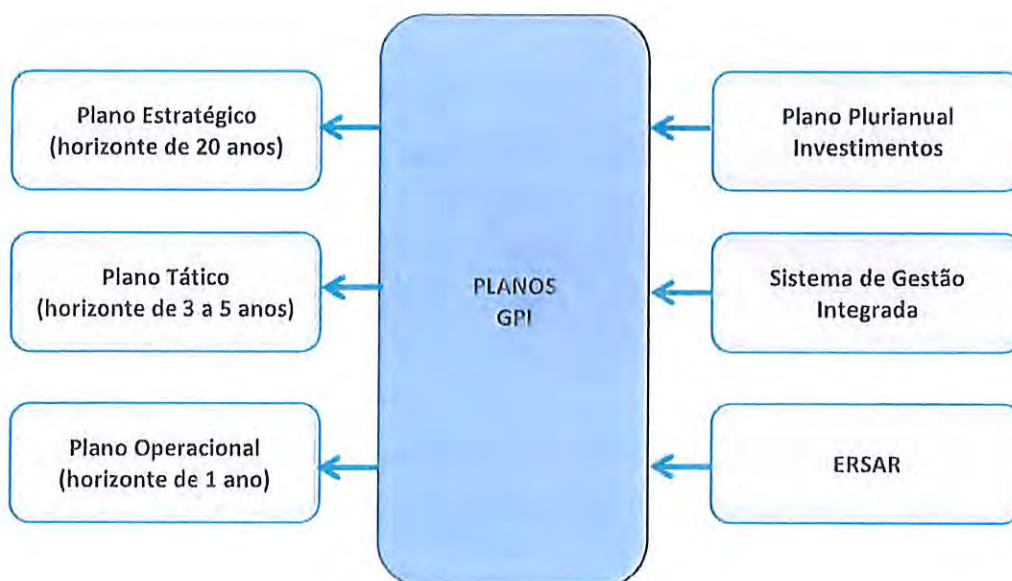


técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o “*Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 – 2038*”.

O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Modelo de Gestão e Inventariação Patrimonial de Ativos

Tendo como objetivos principais a gestão eficiente dos ativos patrimoniais e inventariação física de todo o património e infraestruturas de água e saneamento da Vimágua e dos Municípios de Guimarães e Vizela, a Vimágua iniciou o desenvolvimento e implementação de um Modelo de Gestão e

Inventariação Patrimonial de Ativos, o qual contribuirá para introduzir maior eficácia interna na gestão e valorização do seu património, nos investimentos realizados e a realizar no futuro, assegurando um equilíbrio entre as dimensões de desempenho, risco e custo.

Este projeto integrou a Elaboração do Modelo de Dados, Procedimentos para Gestão e Controlo Interno do Património, Etiquetagem, Avaliação dos Ativos e determinação das Vidas Úteis Remanescentes. O Modelo que está a ser concluído e deve assegurar a integração dos dados nos módulos de gestão de imobilizado, de gestão de cadastro e de operação e manutenção, utilizados pela Vimágua.

Em síntese, implementamos um conjunto de ações integradas que visam dar resposta aos pilares fundamentais para a construção de uma base completa e fiável de informação para servir de suporte às operações de controlo e gestão dos Ativos.

Abastecimento de água

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 50 reservatórios, 23 Estações Elevatórias (EEA) e 18 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de 1.364,3 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 62.961 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins Stª Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

A Estação de Tratamento de Água de Stª Eufémia de Prazins é a principal estação de captação e tratamento de Água da Vimágua, situando-se na freguesia de Prazins Santa Eufémia, no concelho de Guimarães, na margem esquerda do Rio Ave, tendo entrado em funcionamento em 1950.



Ao longo dos tempos, foi alvo de diversas intervenções e melhorias, destacando-se as ocorridas em 2014, com a introdução de um novo processo de tratamento, a Ultrafiltração por Membranas, e em 2021, com a instalação de um sistema de tratamento de água por ultravioleta.

Atualmente, captamos e tratamos, em média, 10 milhões de metros cúbicos por ano, que são distribuídos pelos utilizadores, dos concelhos de Guimarães e de Vizela.

A expansão da rede de abastecimento de água, o crescente aumento da população servida, e os exigentes parâmetros de qualidade da água, implicam sucessivos investimentos em novas tecnologias de tratamento e desinfecção.

Também as consequências decorrentes das alterações climáticas, com impactes adversos nas características da qualidade da massa de água do rio Ave, impõem-nos especiais exigências, designadamente, ao nível da resiliência e eficiência de todo o sistema de captação e tratamento de água e da sua capacidade de resposta a alterações súbitas da qualidade da água captada.

Passaram mais de sete décadas desde a inauguração da Estação de Tratamento de Água de St.ª Eufémia de Prazins, sendo que muito evoluíram, desde aí, as tecnologias de tratamento de água, mas mantemos o mesmo compromisso, a disponibilização de uma água segura, natural e equilibrada.

Para garantir a qualidade da água distribuída, dos 28 postos de recloração e de correção de pH existentes e em funcionamento, com localizações estrategicamente determinadas, 6 foram alvo de atualização dos sistemas elétricos para otimizar o respetivo funcionamento e garantir melhor qualidade de desempenho.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso válvulas redutoras e estabilizadores de pressão (VRP's), estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas. Em 2023 foram acrescentadas 7 VRP's às 168 já existentes, passando o sistema a integrar um total de 175 VRP's.

A maioria das VRP's foi dotada de sistema de telemetria para monitorização, em tempo real, dos valores de pressão, permitindo, ainda, a atuação remota, prevendo-se para 2024 continuar a alargar a monitorização a um maior número de equipamentos.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2023, foram executadas 510 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 472 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva ou substituição



Na atividade operacional do sistema público de abastecimento de água, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;
- Pesquisa ativa de fugas;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Para garantia do bom funcionamento do sistema e da qualidade e continuidade do serviço prestado aos seus clientes, foram executadas, em 2023, 2.747 intervenções de manutenção corretiva para reparação de roturas, 1.018 intervenções destinadas a correção de anomalias identificadas em hidrantes, nichos de contadores e ramais domiciliários, 103 intervenções para concretizar a ligação a novas redes que entraram em funcionamento durante o ano e 5.002 intervenções de manutenção preventiva em equipamentos afetos ao serviço de abastecimento de água, nomeadamente, nos 91 reservatórios, estações elevatórias e hidropressores, bem como, nos 175 equipamentos destinados a reduzir e estabilizar a pressão de serviço (VRP's) e nas 193 instalações para monitorização do desempenho das redes (ZMC's).

Também, com vista a garantir a qualidade da água bem como a continuidade do serviço e a preservação do património, foi executada a remodelação exterior e interior do Reservatório S. Torcato Zona Alta. A instalação foi dotada de sistema automatizado com telemetria incorporada para acompanhamento, em tempo real, dos parâmetros relativos aos caudais, nível, valores de teor de cloro residual e de pH, bem como implementação de atuação remota das válvulas de adução das minas.

Com o mesmo objetivo, procedeu-se à remodelação exterior e interior do Reservatório Souto Santa Maria e da Estação Elevatória de Fermentões. Ambas as instalações foram dotadas de sistema de funcionamento automatizado, com telemetria incorporado, para acompanhamento, em tempo real, dos valores dos caudais aduzidos, elevados e distribuídos bem como atuação remota das eletrobombas e de eletroválvulas.



Ainda, no que respeita à continuidade do serviço, procedemos à instalação de sistemas de rearme automático no Reservatório R5 (0105), Reservatório de Mesão Frio Z.A: (0012) e Estação Elevatória da Charca (0123). A instalação deste equipamento permite, sempre que ocorra uma interrupção do fornecimento de energia, por motivos de trovoadas, por exemplo, que o restabelecimento da alimentação elétrica se processe de forma automática, sem intervenção humana, e consequentemente não deixe que os clientes fiquem privados de abastecimento de água como, por vezes, acontecia. Prevemos continuar a dotar as restantes instalações com sistemas idênticos para minimizar as deslocações às instalações e, em alguns casos, a falha de água, trabalhos que prevemos concluir em 2024.

Relativamente à gestão do parque de contadores instalados, constituído por total de cerca de 75.200 unidades, de variadas marcas, modelos, tecnologias e calibres, foram realizadas as seguintes operações:

Tipo de intervenção	2021	2022	2023
Instalação de contadores	3 652	3 496	3 607
Substituição de contadores	6 020	6 557	3 407
Levantamento contadores	1 490	1 330	1 213
Cortes por dívida	29	523	492
Religação do serviço	0	164	159
Reparação da instalação	3 108	2 340	2 052

A atividade da Vimágua como Reparador Instalador de contadores de água, a exemplo das restantes entidades gestoras do país, terminou em dezembro de 2022, por força da entrada em vigor da Portaria n.º 210/2022, de 23 de agosto, que considera existir incompatibilidade entre a reparação e a atividade de controlo metrológico legal, quando exercida pela mesma entidade. Por esse motivo, a recuperação de contadores por via da reparação deixou de ser praticada e em seu lugar passou a incorporar-se maior número de novas aquisições. Não obstante, tendo a Vimágua os meios técnicos e humanos adequados, continuou a proceder a verificações metrológicas de contadores usados, aproveitando os que foram considerados aptos e encaminhando para sucata os restantes.

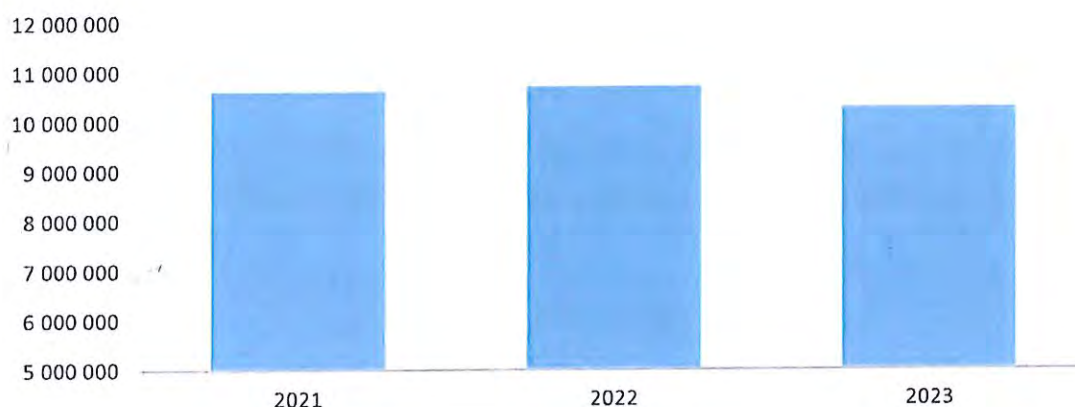
Nesse sentido, a Vimágua, procedeu à reparação e ao ensaio, em banca apropriada, de 5.307 contadores para verificação do cumprimento legal e salvaguarda da qualidade da medição dos volumes a faturar aos clientes. Destes, 1.294 foram reutilizados e encaminhados para novas instalações enquanto 4.013 foram abatidos do parque de contadores e encaminhados para sucata.



Produção e Distribuição de Água

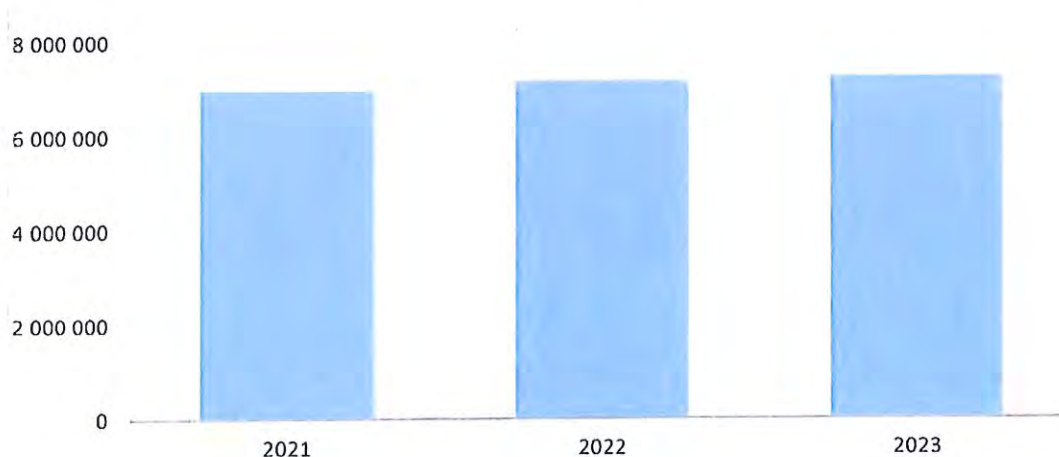
O volume total de água captada pela Vimágua foi de 10.282.195 metros cúbicos, representando um decréscimo de cerca de 4%, quando comparado com o ano de 2022.

Volume de água captada



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 7.256.958 metros cúbicos, o que representa um valor superior ao do ano anterior em 72.154m³ (+1%). De salientar o acréscimo do volume de água faturada em contraponto com o decréscimo do volume de água captada.

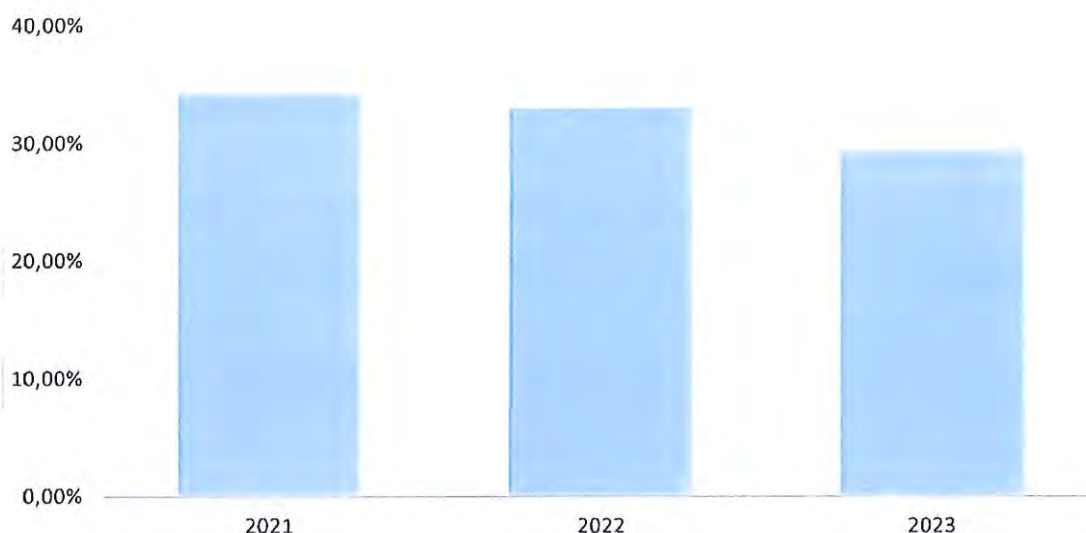
Volume de água faturada



As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e, ainda, o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um significativo decréscimo de 3,59p.p. relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado nos 29,42%. Este indicador inclui não só as perdas reais (fugas, roturas...) e aparentes (consumos ilícitos, erros de medição...), mas também o consumo autorizado não faturado, onde se inclui a água para combate a incêndios e para usos próprios.

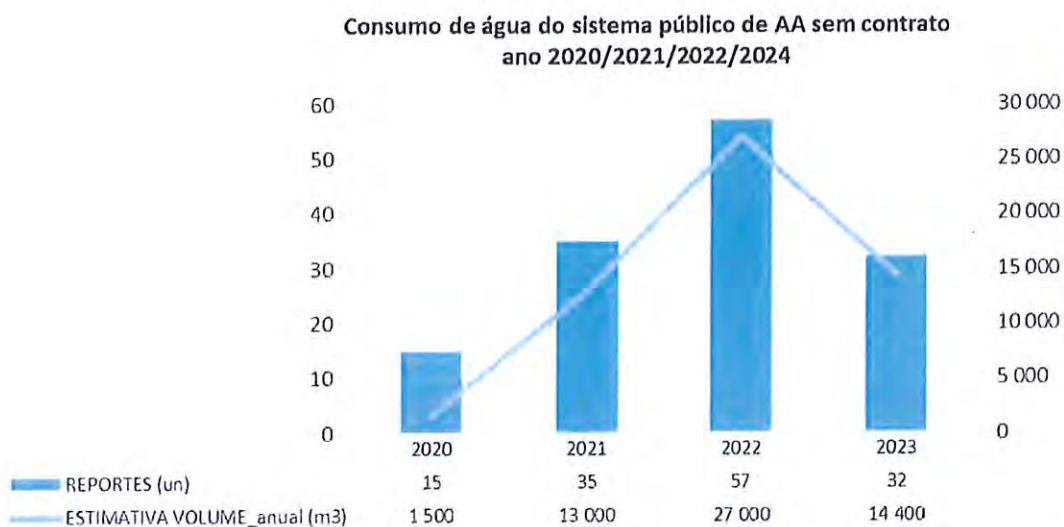
Água não faturada



A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo central da Vimágua, complexo e que exige múltiplas intervenções.

Na vertente de deteção e combate aos consumos ilícitos, no ano de 2023, o serviço de fiscalização apurou que das 32 situações reportadas, apenas 14 evidenciavam a manipulação do sistema de abastecimento público para consumo abusivo, estimando-se que o caudal de água consumido abusivamente neste ano foi de 14.300 m³.





A redução de perdas no sistema urbano de abastecimento de água é um fator determinante, não só com fortes impactos na eficiência ambiental e económica, mas, também, no bem-estar dos consumidores dos Municípios de Guimarães e Vizela. Centrado na sua redução, a Vimágua deu continuidade, ao longo do ano de 2023, às medidas que conduzem à consecução deste objetivo, nomeadamente:

- Implementação do plano de substituição de condutas e ramais, que prevê, para além das intervenções a executar a curto prazo (1 ano) nos componentes mais críticos, cuja condição física e desempenho são manifestamente deficientes, intervenções a médio prazo (5 anos) nos componentes considerados prioritários, selecionados com base na informação complementar recolhida a curto prazo e no diagnóstico do funcionamento do sistema.
- Intensificação das ações de gestão e otimização de pressões, por forma alcançar condições de serviço adequadas e prolongar a vida útil dos equipamentos e infraestruturas de distribuição.
- Criação de mais duas zonas de monitorização e controlo no subsistema de Moreira de Cónegos, por forma a obter dados detalhados do balanço hídrico e do comportamento dos consumos, da rede de distribuição de água que abastece a freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães, da rede de distribuição que abastece a zona urbana da UF de Caldas de São Miguel e São João, do concelho de Vizela.
- Continuação das ações de Pesquisa ativa de fugas, garantindo a deteção de fugas não visíveis à superfície em maior número e num menor espaço de tempo.



Tabela resumo das substituições de redes água – obras de empreitada

REF.	NOME da OBRA
CP 07/2022	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE CREIXOMIL E NAS U.F. DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO E U.F. PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CONCELHO DE GUIMARÃES
CP 18/2022	INSTALAÇÃO DE UMA CONDUTA ELEVATÓRIA E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA JERÓNIMO DE FREITAS, NA FREGUESIA DE PENCELO - CONCELHO DE GUIMARÃES
ADS 05/2023	REABILITAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO E CONDUTA DE AA NO TARDOZ DO CENTRO COMERCIAL VILA

Como já evidenciamos, temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização em contínuo dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, registamos a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da Vimágua, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor, constitui uma das maiores preocupações da nossa atividade.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), cujo objetivo é comprovar o nível de qualidade da água de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro);
- 2- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água – Realizado em todas as origens de água para consumo humano (captações superficiais e captações subterrâneas), nos reservatórios de água tratada, no controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e de pontos da rede de abastecimento de água, com o objetivo de detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.



No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2023, registámos 100% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos últimos anos.



A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa.

O programa de monitorização da qualidade da água do ano de 2023, aprovado pela Entidade Reguladora, foi integralmente cumprido.

No sítio <http://www.vimagua.pt> são divulgados os relatórios da qualidade da água, com periodicidade trimestral, de demonstração do programa de controlo legal, efetuado em água colhida nas torneiras dos consumidores.

A Vimágua tem implementado o Plano de Segurança da Água, que contempla a totalidade do sistema de abastecimento, desde as origens de água (subterrâneas e superficiais) utilizadas para produção de água destinada ao consumo humano, até às torneiras dos consumidores finais. Assim, fazem parte as origens, as captações, as etapas de tratamento, a rede de distribuição e a rede predial dos clientes.

No ano de 2023 a Vimágua submeteu, na aplicação "Avaliação do Risco" (AvR) do portal da ERSAR, toda a informação da Avaliação do Risco de todas as Zonas de Abastecimento para a apreciação da ERSAR, de acordo o disposto no artigo 14.º A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, dentro do prazo estipulado. A avaliação de risco foi



aprovada pela ERSAR e o PCQA 2023 foi aprovado de acordo com a Avaliação de Risco submetida no portal, cumprindo com os critérios legais aplicáveis.

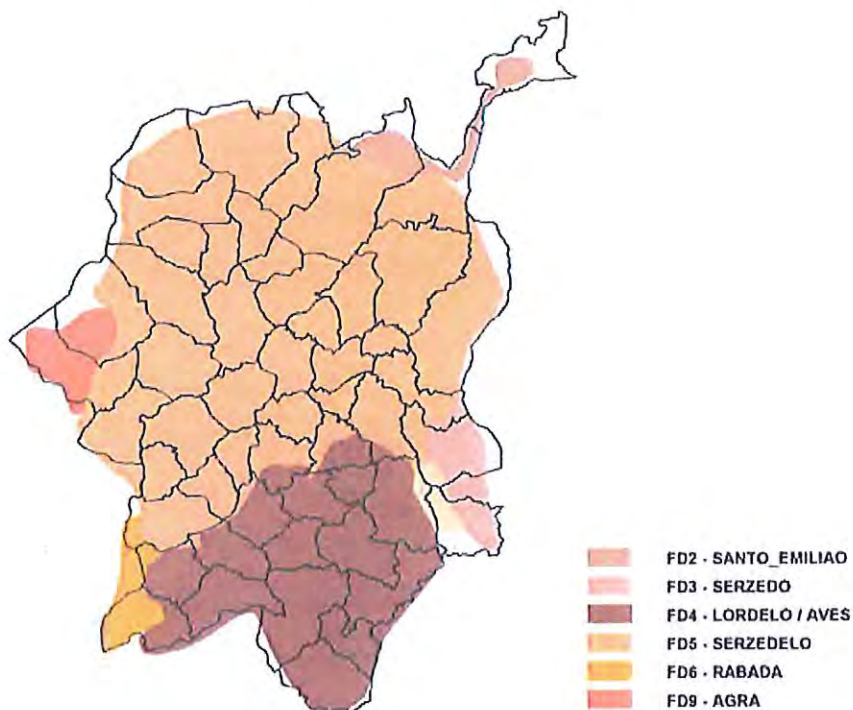


Em 2023, a Vimágua foi distinguida pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano, pelos resultados do ano de 2022. É o terceiro ano consecutivo em que este selo é atribuído à Vimágua. Este selo é atribuído às entidades gestoras do serviço de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano.

Águas Residuais

A atividade na área do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, diz respeito ao “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, pelo sistema multimunicipal do Norte de Portugal.

Mapa de enquadramento do Sistema de Drenagem de Águas Residuais



Neste domínio, a Vimágua é responsável pela gestão de uma rede com 925,9 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 48.015 ramais domiciliários, e que engloba 87 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Durante o ano de 2023, no que se refere a equipamentos instalados na rede de coletores, foram construídas, por administração direta, duas novas estações elevatórias de águas residuais (uma situada na Travessa do Barridinho, na freguesia de Selho S. Cristóvão, e uma outra na sede da Vimágua. Foram, ainda, instaladas câmaras de gradagem e de manobras em 5 estações elevatórias de águas residuais existentes (na EEAR do largo João Gomes Oliveira Guimarães, na UF de Candoso Santiago e Mascotelos; na EEAR da Travessa dos Moinhos, na UF de Leitões, Oleiros e Figueiredo; na EEAR da Rua de Santa Eulália, na UF de Tabuadelo e S. Faustino; na EEAR da Rua José Pereira da Silva, na UF Abação e Gémeos; na EEAR da Rua de São Bartolomeu, na UF de Sande Vila Nova e Sande São Clemente).

A construção das câmaras de gradagem permite dotar a instalação de uma proteção dos GEB - Grupos eletrobombas - contra a introdução de resíduos sólidos potencialmente perigosos para a integridade e bom funcionamento dos equipamentos. A construção de câmara de válvulas permite facilitar as operações de manutenção periódica sem necessidade de entrada no poço de bombagem.

Ao nível dos equipamentos de águas residuais foi, ainda, em complemento das empreitadas realizadas, instalado equipamento de elevação em 6 poços de bombagem, a saber: EEAR Rua da Estação, Mesão Frio, EEAR da Joaquim Aires, Abação, EEAR da Bouça do Tarrío, Abação, EEAR da Santa Maria, Atães, EEAR dos Pardieiros, Airão Santa Maria, EEAR da rua o Paraíso, Selho S. Jorge. Em todas elas foi, também, instalado o correspondente quadro elétrico e o agitador e implementado sistema de telemetria com possibilidade de atuação remota.

Foram, ainda, reformulados, com meios próprios, 5 quadros elétricos, afetos a EEAR's e adquiridas 5 sondas hidrostáticas, para melhor acompanhar, em tempo real e remotamente, o desempenho das instalações, tendo por objetivo identificar situações anómalas, nomeadamente e principalmente, a



identificação de situações de aflúências indevidas aos sistemas de drenagem afetas às EEAR's e consequente eliminação ou minimização do desperdício de energia de bombeamento.

Para permitir a monitorização em contínuo das EEAR, em 2023, foram acrescentados aos cerca de 75 *loggers*/autómatos existentes, mais 6 dispositivos de recolha, armazenamento e comunicação de dados. A utilização destes equipamentos permite conhecer, online, o estado dos equipamentos onde se encontram instalados e o comportamento da instalação a que está associado, possibilitando atuação em tempo útil, evitando falhas e prevenindo situações que possam ser consideradas anómalas e por isso serem potenciais ocorrências de derrames na via pública.

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas, quase exclusivamente, em loteamentos e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 21 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2023, foram executadas 315 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 10 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Com respeito aos planos de manutenção preventiva das redes de drenagem, a Vimágua manteve operacionais a suas equipas, tendo executado durante o ano de 2023 a limpeza preventiva a 251.493 metros de coletores de águas residuais.

Para averiguação de eventuais anomalias de funcionamento e consequente diagnóstico, foram inspecionados, através de inspeção Vídeo CCTV, 15.916 metros de coletores de águas residuais, 397 caixas de visita e 102 CRL - Caixas de Ramal de Ligação. Com o mesmo objetivo, foram, ainda, inspecionadas visualmente 2.533 CV - Caixas de Visita, 5.075 CRL - Caixas de Ramal de Ligação, a que corresponde uma extensão de rede de 81.456 metros lineares.

No que respeita à manutenção corretiva das redes de saneamento, foram realizadas 2.294 operações de desobstrução, 1.103 intervenções conducentes à correção de anomalias em caixas de visita e caixas de ramal de ligação e 437 intervenções de reabilitação. No capítulo da manutenção preventiva foram realizadas 1.305 intervenções relacionadas com a manutenção de fossas sépticas e 2.522 intervenções de assistência às EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.



Afluências pluviais indevidas

A ocorrência de afluências pluviais indevidas e de caudais de infiltração prejudicam o desempenho dos sistemas de drenagem, tendo como efeito a sobrecarga hidráulica e consequente extravasamento dos sistemas.

As afluências pluviais indevidas têm geralmente origem em redes prediais pluviais ligados aos ramais e à rede de saneamento, enquanto a infiltração ocorre devido a problemas estruturais nos coletores, nas juntas, ligações e câmaras de visita.

A redução das afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração constitui um objetivo estratégico para a Vimágua, tanto por razões económico-financeiras, como por razões ambientais. Do ponto de vista económico, o aumento do volume de água para tratamento, nomeadamente após grandes precipitações, traduz-se num aumento de custos para a entidade gestora. Do ponto de vista ambiental reduzir as afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração, significa reduzir os extravasamentos, evitando desta forma a poluição dos meios recetores.

Com vista à concretização do objetivo estratégico traçado para a redução de afluências indevidas, foi elaborado o *Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem Integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela*, em parceria com as cinco entidades que exploram os sistemas de drenagem, Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, no que se refere à drenagem de águas pluviais, Vimágua, na componente referente às redes de drenagem de águas residuais, e Águas do Norte e Tratave, no que se refere aos sistemas interceptores e estações de tratamento de águas residuais.

O plano, com um horizonte temporal de 5 anos, visa definir ações, globais e parciais, para a resolução das afluências indevidas às redes de drenagem de águas residuais, sejam coletores e/ou interceptores, permitindo desta forma melhorar a capacidade hidráulica das componentes dos sistemas e reduzir significativamente o risco de inundações e extravasamentos em linhas de água, arruamentos ou terrenos marginais.

Neste contexto, foram definidas medidas mitigadoras e/ou mais urgentes de curto prazo, que conduzirão, de um modo mais rápido, à resolução parcial de alguns problemas e à preparação de medidas corretivas em período subsequente.

Como problema principal no sistema de drenagem de água residuais, a Vimágua debate-se na exploração deste sistema com elevada frequência, a uma sobrecarga hidráulica dos coletores provocadas pelas afluências de caudais indevidos, muitas vezes, agravadas pela rejeição de substâncias interditas. Este tipo de situação origina reduções significativas no desempenho do sistema, com várias



consequências nefastas associadas, tais como: inundações, descargas sem tratamento adequado e degradação precoce das infraestruturas.

Ciente desta problemática, as equipas de manutenção de redes (setor de gestão de redes de saneamento e a divisão de fiscalização), têm vindo a realizar várias ações nos componentes do sistema de drenagem de águas residuais com o objetivo de identificar e resolver estas afluições.

Neste sentido, durante o ano de 2023, no âmbito de atuação do setor de gestão de redes de saneamento, foram inspecionadas visualmente 2.533 caixas de visita e 5.075 caixas de ramal, que resultaram na deteção de 652 ligações de afluições indevidas ao sistema de drenagem de águas residuais. Destas ligações, 164 foram resolvidas, a que correspondeu à retirada de volume de águas pluviais, de 30.205 m³.

Afluições Indevidas 2023		
Estado Resolução	Volume Afluições (m ³)	Ligações Detetadas (nº)
Resolvidas	30.205	164
Por Resolver	16.350	68
Fiscalização	65.011	420
Total	111.566	652

Neste domínio, destacam-se, pela sua importância as seguintes intervenções realizadas no ano 2023:

- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas pluviais e residuais na Rua Monte de Aldão, da freguesia de Aldão;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas pluviais na Rua de São Gemil, da freguesia de Ponte;
- Duplicação de caixa de visita no Largo da Oliveira, da UF Oliveira, São Paio e São S. Bastião;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas residuais na Rua Vasco da Gama, da freguesia de Brito;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas residuais na Rua Dom Afonso Henriques, da freguesia de Brito;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas residuais na Rua 25 de Abril, da freguesia de Brito;

Durante o ano de 2023 foram intensificadas as campanhas regulares em tempo húmido para a deteção eliminação de afluições indevidas de águas pluviais em subsistemas associados a estações elevatórias



de águas residuais. Determinou-se como prioritário o trabalho de reduzir significativamente, ou mesmo eliminar, a afluência de águas não residuais no sentido de baixar os consumos energéticos e desgaste dos GEB-Grupos Eletrobomba.

Nesse trabalho foram inspecionadas as bacias associadas às elevatórias:

- EEAR Rua de Ventuzela, UF Briteiros S. Estevão e Donim;
- EEAR Campo de Futebol, Gonça;
- EEAR Rua 24 de Junho, UF Atães e Rendufe;
- EEAR Rua Burgão, UF Sande Vila Nova e Sande São Clemente;
- EEAR Rua General Humberto Delgado, Serzedelo;
- EEAR Rua Maria da Fonte, Selho S. Jorge;
- EEAR Rua de Lamelas, Sande São Martinho;
- EEAR Rua Comandante Carvalho Crato, UF Sande Vila Nova e Sande São Clemente;
- EEAR Rua de S. Bartolomeu, UF Sande Vila Nova e Sande São Clemente;
- EEAR Rua da Pedreira, Gonça;

que totalizam uma extensão de 13.489 metros de rede de drenagem, 414 caixas de visita e 806 caixas de ramal, tendo possibilitado a identificação da necessidade de impermeabilização em 16 caixas de visita e 22 caixas de ramal, trabalhos executados de imediato.

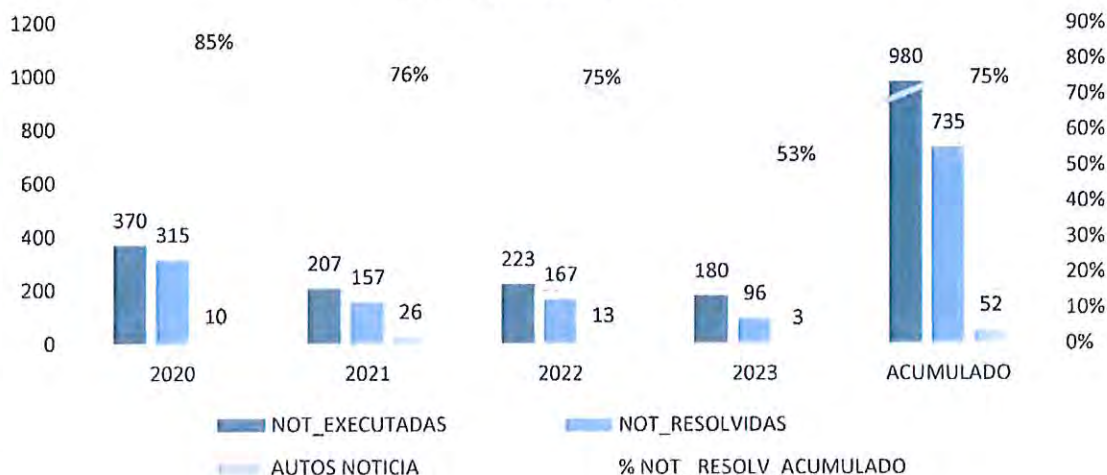
Ainda no que à eliminação de afluências indevidas diz respeito, no decurso do ano 2023, foram retificados 2 ramais de águas pluviais que provocavam grande afluxo de águas indevidas aos coletores residuais.

No que ao combate às afluências indevidas concerne, salienta-se, além o trabalho sistemático na deteção dessas afluências, o subsequente processo de notificação dos proprietários dos imóveis, quando se trata de ligações prediais indevidas.

No último quadriénio 2020/2024 foi sinalizado um total de 980 prédios, com afluências pluviais prediais ligadas indevidamente ao sistema público de saneamento, dos quais 735 prédios, após notificação, executaram a respetiva correção (75%).



Redução das afluições das águas pluviais à rede de águas residuais
ano 2020/2021/2022/2023



A resolução de uma afluição pluvial predial, resulta num processo administrativo dinâmico, e subjacente à execução de obras de correção nos sistemas prediais de saneamento/pluviais, pelo que sendo da responsabilidade dos particulares a sua correção, as questões técnicas, de indisponibilidade financeira do visado e/ou de falta de mão de obra disponível para o efeito, são fatores que contribuem para dilatar no tempo, o prazo legal para conclusão das obras.

Assim, os valores que se indicam respeitam à resolução no ano que se indica, pese embora poderem ter iniciado em anos anteriores.

Atento o esclarecido, apuramos que no ano de 2023 foram corrigidas/anuladas as afluições pluviais prediais de 96 prédios, o que em termos representa um volume de água pluvial estimado de 165.000m³.

Este volume de águas pluviais retirado do sistema em baixa, representa uma redução do volume afeto às afluições pluviais indevidas com reflexo na parcela que respeita à cobrança do tratamento pela entidade que gere o sistema em alta.

No que respeita às afluições pluviais provenientes das redes municipais de águas pluviais, a Vimágua, sempre que possível, tem diligenciado com meios próprios à sua correção

Proteção das Linhas de Água

Uma outra variante da problemática na gestão do sistema público de saneamento de águas residuais respeita à rejeição de efluentes nas linhas de água, cuja importância, como suporte fundamental para o equilíbrio e preservação dos ecossistemas, motivou um conjunto de ações inspetivas, com o intuito



de avaliar o estado funcional e estrutural das redes de drenagem de águas residuais e pluviais, bem como, da qualidade da água, visando detetar eventuais afluxos de águas residuais.

A deteção de fontes prediais emissoras de poluentes para linhas de água, é uma tarefa particularmente exigente em ambiente urbano. A profusão de trajetos potenciais desde o foco de poluição até ao ponto de entrada na linha de água dificulta sobremaneira essa tarefa.

Não dispondo de qualquer outra ferramenta específica para o efeito, o trabalho desenvolvido diretamente pela Vimágua, tem sido efetuado recorrendo à abertura de caixas de visita para se diferenciar os coletores pluviais/residuais e à execução de testes com traçadores coloridos para mapear o percurso do escoamento.

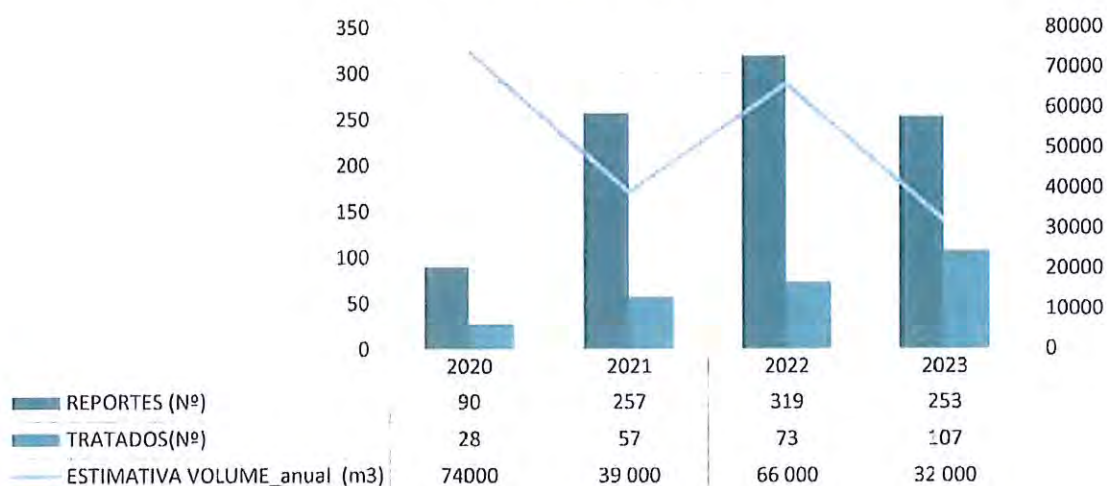
No último quadriénio 2020/2024 foram recebidos um total de 919 reportes de rejeição das águas residuais domésticas canalizadas indevidamente para o sistema público pluvial e/ou linhas de água dos concelhos de Guimarães (Rio Ave) e Vizela (Rio Vizela), dos quais 253 reportes, respeitam ao ano de 2023.

A resolução de um foco de poluição reportado ao serviço de fiscalização, resulta num processo administrativo dinâmico, e subjacente à execução de obras de correção do funcionamento dos sistemas prediais de saneamento/pluviais, pelo que, sendo da responsabilidade dos particulares a sua correção, as questões técnicas, de indisponibilidade financeira do visado e/ou de falta de mão de obra disponível para o efeito, são fatores que contribuem para dilatar no tempo, o prazo legal para conclusão das obras.

Assim, os valores que se indicam respeitam à resolução no ano que se indica, pese embora poderem ter iniciado em anos anteriores.



Despoluição de linhas de água
ano 2020/2021/2022/2023



Atento o esclarecimento realizado, apuramos que no ano de 2023 foram sanados 107 focos de poluição, o que representa uma valorização das principais linhas de água do concelho de Guimarães (Rio Ave) e Vizela (Rio Vizela), num volume aproximado de 32.000 m³ de águas residuais não tratadas que deixaram de ser rejeitadas no meio hídrico.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores neste domínio e no que à gestão de infraestruturas públicas concerne, este ano foi marcado por algumas intervenções tecnicamente complexas e exigentes, quer de diagnóstico, quer de execução de obra, que após a sua conclusão, tiveram impacto imediato na melhoria da qualidade das linhas de água, com a eliminação de focos de poluição, e de afluições indevidas de águas pluviais à rede publica de águas residuais, com potencial suficiente para diminuir significativamente a frequência de ocorrência de transbordamentos, sempre que ocorre pluviosidade, em zonas críticas do tecido urbano dos dois Municípios.

Por administração direta, durante o ano de 2023, foram ainda executadas outras obras, onde se destacam:

- Extensão da rede de abastecimento de água e rede de águas residuais na Travessa da Madre Deus, freguesia de Azurém;
- Extensão da Rede de Águas Residuais na Rua da Lama, freguesia de Lordelo;



- Extensão da Rede de Águas Residuais na Rua da Escola, freguesia de Pinheiro;
- Extensão da Rede de Águas Residuais, Travessa EN105, freguesia de Nespereira;
- Reabilitação do caminho de acesso à Captação de Gondomar;
- Alteração da Rede de Águas Residuais na rua Guilherme Caldas Peixoto, Caldas de Vizela (São Miguel e São João);
- Substituição do coletor da Rede de Águas Residuais na Rua Professora Aurora dos Prazeres, freguesia de Fermentões;
- Substituição do coletor da Rede de Águas Residuais na Rua dos Moinhos, freguesia de Creixomil;
- Substituição de coletores da Rede de Águas Residuais na Rua da Sobreira, Rua Nossa Senhora da Conceição e Rua da Carreira de Baixo, na UF de Prazins Santo Tirso e Corvite;
- Reconstrução de muro em alvenaria de granito no Reservatório da Pegada, na freguesia de Azurém;

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signatures in black and blue ink]





Gestão de Clientes



Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Clientes em números

No final de 2023 o número total de clientes da Vimágua era de 77.386, sendo 75.058 clientes de água e 70.382 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,55% comparativamente ao final do ano de 2022.

Tipo de cliente	2021	2022	2023
Doméstico	63 109	64 644	66 329
Não Doméstico	10 522	10 821	11 057
Total	73 631	75 465	77 386

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 33.742 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de 77,31% e uma taxa média de crescimento anual de 3,43%.



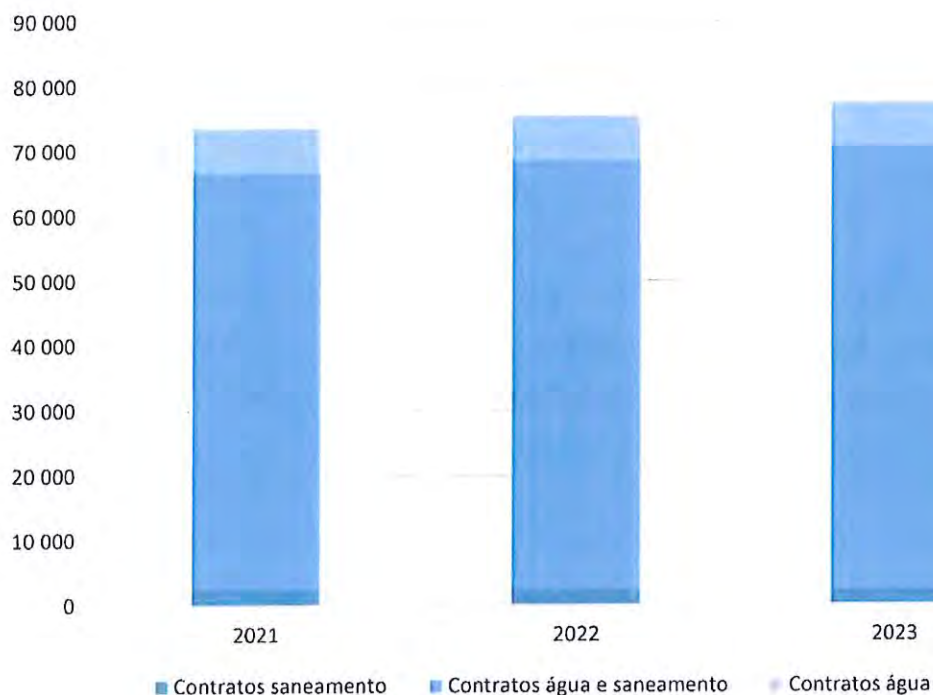
No triénio 2021-2023 a Vimágua registou um acréscimo de 5.709 clientes.



Em 2023 o crescimento anual de clientes (+1.921) foi superior ao registado no ano anterior (+1.834) e próximo do registado em 2021 (+1.954), mantendo-se, inequivocamente, uma trajetória de crescimento, reflexo da adesão às novas redes e resultado do processo, continuado, de notificação a quem tem serviço disponível, sem ligação às respetivas redes.

Consoante a natureza dos serviços existem três tipologias de contratos: "contratos de saneamento", "contratos de água e saneamento" e "contratos de água".

Tipo de contratos	2021	2022	2023
Contratos saneamento	2 555	2 448	2 328
Contratos água e saneamento	64 114	66 009	68 054
Contratos água	6 962	7 008	7 004
Total	73 631	75 465	77 386

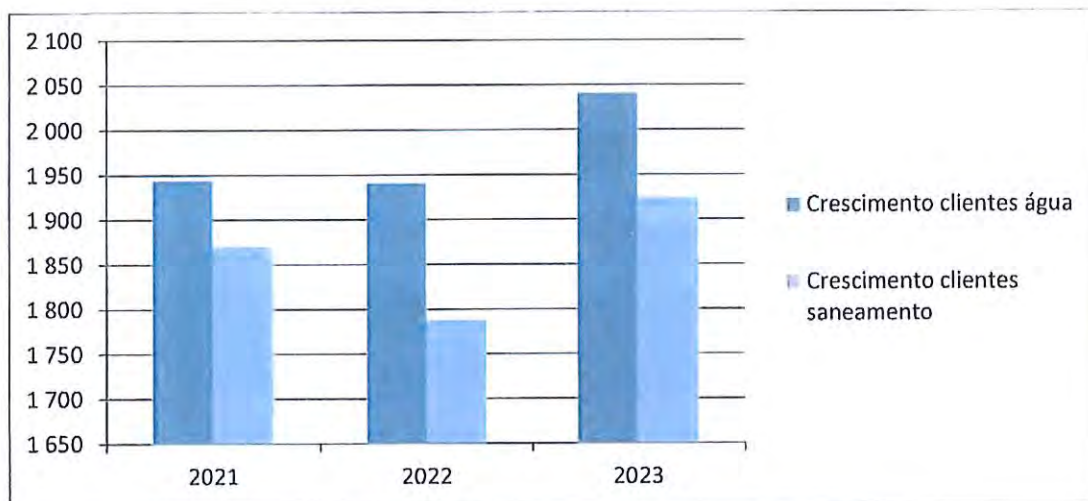


Realça-se que em 2023, à semelhança dos anos anteriores, registou-se acréscimo de clientes nas tipologias de contratos único (água e saneamento), com decréscimo de contratos só de saneamento e número ligeiramente inferior de contratos só de água. Assim os contratos únicos tiveram um acréscimo de +2.041, os contratos só de água um decréscimo de 4 e os contratos só de saneamento tiveram um decréscimo de 120 contratos. Este decréscimo terá resultado na maioria dos casos da ligação e adesão



desta tipologia de clientes ao sistema público de água, o que é positivo e resultado das ações desenvolvidas pela Vimágua.

O crescimento de clientes foi superior ao registado nos dois anos anteriores, tendo-se registado um crescimento significativo, tanto em clientes saneamento (+1.925), como de água (+2.041). O crescimento de clientes foi superior na tipologia de água.



Os resultados do último triénio continuam a evidenciar, por um lado, o contínuo investimento em novas redes com vista à universalização tendencial dos serviços públicos de água e saneamento de águas residuais, por outro, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua e, por último, o procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e contratação dos serviços implementado e em curso.

Cientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2023, era de 75.058 representando uma taxa de crescimento anual de 2,80%.

Tipo de cliente	2021	2022	2023
Doméstico	60 714	62 370	64 172
Não Doméstico	10 362	10 647	10 886
Total	71 076	73 017	75 058

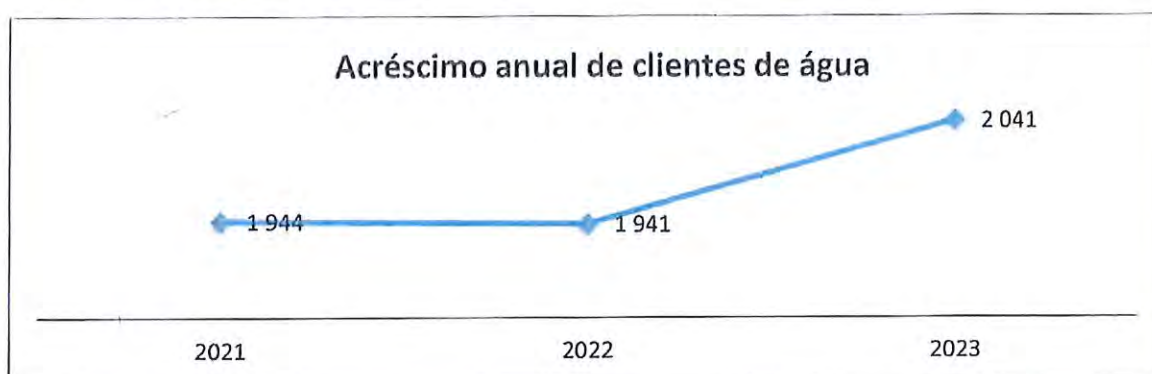
Assim, no final de 2023 a Vimágua passou a contar com mais 2.041 clientes, comparativamente com o final do ano anterior.



Da análise da evolução de clientes, concluímos que, tradicionalmente, o maior acréscimo é registado nos clientes familiares, resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

Nos últimos anos esta tendência foi contrariada, registando-se taxas de crescimento muito idênticas nos últimos anos, sendo que em 2021 o crescimento relativo dos clientes não domésticos foi superior, voltando a ser idêntico em 2022 e em 2023 tivemos um crescimento superior nos clientes domésticos.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 31.414 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento de 71,98% e uma taxa de crescimento anual média de 3,43%.



O acréscimo anual de clientes de água, o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por origens alternativas, e, por outro, o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

Clientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2023 superou a barreira dos setenta mil, tendo-se fixado em 70.382 clientes, representando uma taxa anual de crescimento de 2,81%.

Tipo de cliente	2021	2022	2023
Doméstico	58 660	60 201	61 957
Não Doméstico	8 009	8 256	8 425
Total	66 669	68 457	70 382



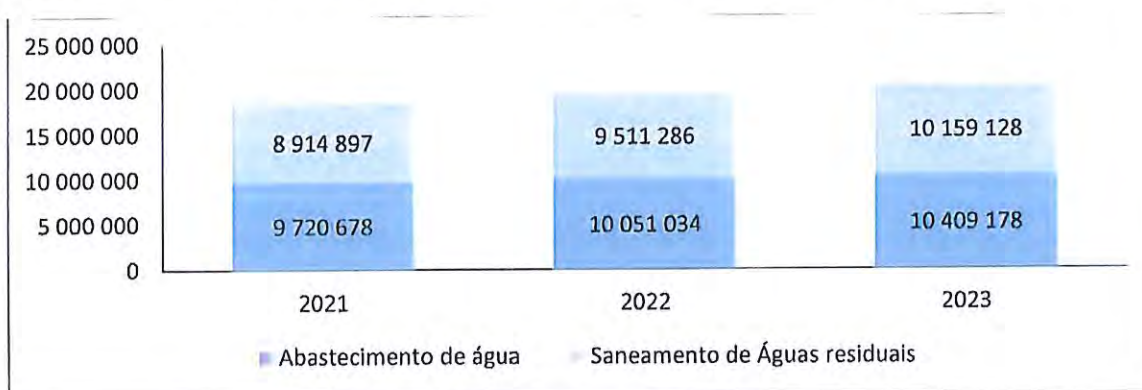
No triénio 2021-2023 a Vimágua continua a registar um crescimento significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 5.584 clientes.

Acréscimo anual de clientes de saneamento



Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2023 o valor 20.568.306Euros, representando um valor superior ao do ano anterior (+5,14%).



Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, no serviço de abastecimento de água e no serviço de saneamento de águas residuais, resultante, essencialmente, do crescimento do número de clientes.

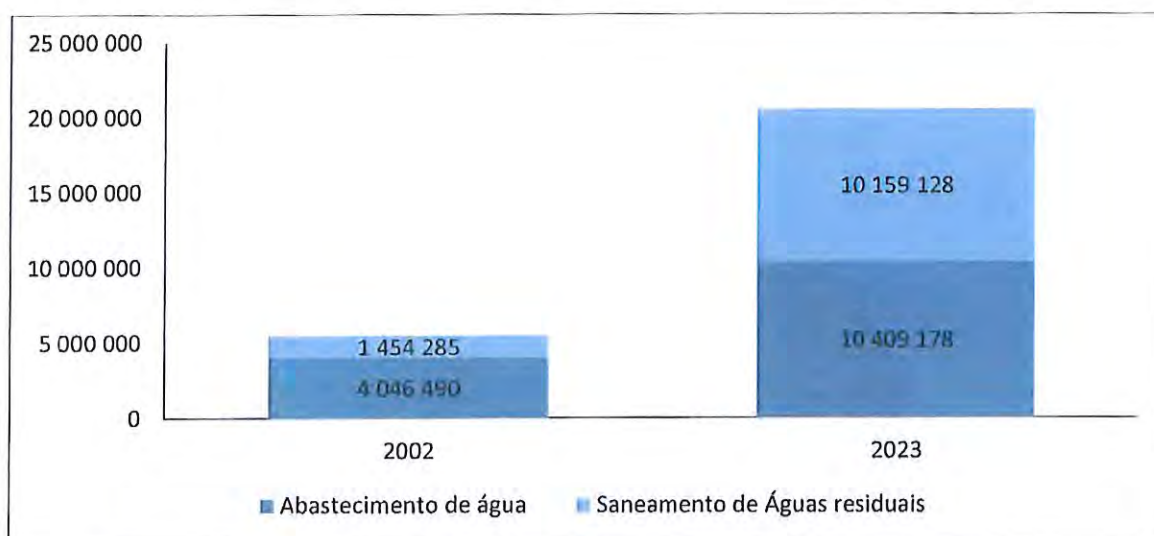
No que às tarifas variáveis respeita registou-se um acréscimo significativo na faturação de saneamento.



Atividade	Valor (€)			Variação 23/22
	2021	2022	2023	
Abastecimento de água	9 720 678	10 051 034	10 409 178	3,56%
- Tarifa Variável	6 362 510	6 685 107	6 743 235	0,87%
- Tarifa Fixa	3 358 168	3 365 927	3 665 943	8,91%
Saneamento de Águas residuais	8 914 897	9 511 286	10 159 128	6,81%
- Tarifa Variável	6 182 631	6 682 334	7 082 608	5,99%
- Tarifa Fixa	2 160 900	2 256 974	2 465 309	9,23%
- Contrato autónomo	571 365	571 978	611 211	6,86%
TOTAL	18 635 575	19 562 321	20 568 306	5,14%

Os rendimentos relativos a estes serviços registaram o maior crescimento do triénio, +3,56% no serviço de abastecimento de água e +6,81% no serviço de saneamento de águas residuais, acima do crescimento significativo registado no ano anterior.

Desde o início de atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu cerca de 274% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Dados de Cobrança

A cobrança coerciva das receitas da Vimágua é feita por meio do processo de execução fiscal, sendo o mesmo tramitado pelos serviços da Autoridade Tributária, ao abrigo de um protocolo firmado entre as partes em janeiro de 2018.



A celebração do protocolo permitiu à Vimágua uma extraordinária recuperação de dívida, cumprindo o prazo de prescrição fixado na Lei, para as dívidas de água, saneamento e lixo.

Com efeito, é inquestionável a celeridade e eficácia que se conseguiu, na vigência do protocolo com a Autoridade Tributária, o que resulta num claro benefício para o serviço público que prestamos.

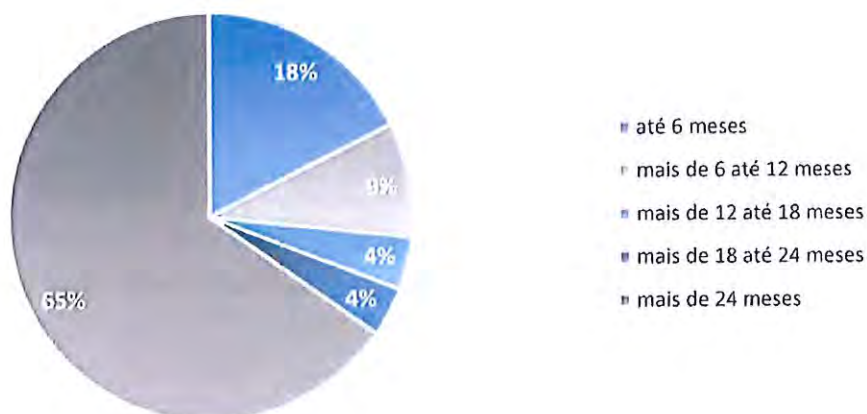
Também os utilizadores são beneficiados, na medida em que não se avolumam dívidas, que depois se tornam muito difíceis de regularizar.

O retrato da situação de dívida a 31 de dezembro de 2023 e nos dois anos anteriores, consta do quadro e do gráfico seguinte:

Mora no pagamento	Valor em dívida (€)*		
	2021	2022	2023
até 6 meses	782 642	747 874	793 906
mais de 6 até 12 meses	327 651	293 991	407 376
mais de 12 até 18 meses	336 366	219 061	189 828
mais de 18 até 24 meses	245 016	208 070	174 697
mais de 24 meses	2 572 483	2 829 995	2 942 155
TOTAL	4 264 158	4 298 992	4 507 962

* inclui dívida a cobrar pela Vimágua de resíduos sólidos e TRH

Dívida de Clientes - dezembro de 2023



A dívida com mais de 24 meses continua a representar mais de metade do total da dívida. Nesta maturidade, encontra-se dívida que foi reclamada judicialmente, todavia os respetivos processos não se encontram, ainda, findos.



No decorrer do ano de 2023, foi feito um esforço com os serviços jurídicos da Vimágua para aferir o que poderá ser cobrável e o que deverá ser conduzido para incobrável.

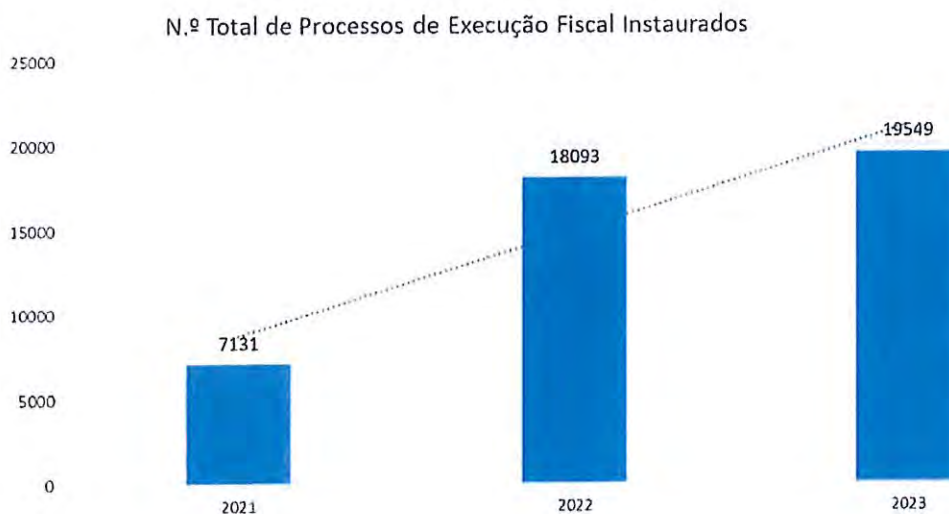
Procuraremos, durante o ano de 2024, prosseguir este trabalho, tendo em vista a recuperação da dívida ou a sua anulação por incobrável.

Relativamente às restantes maturidades, trata-se de dívida, na sua generalidade, cobrável, estando o seu pagamento reclamado em sede de execução fiscal.

A interrupção do serviço de fornecimento de água, com fundamento na mora, passou a ser uma segunda linha de atuação. Sendo utilizado este recurso para as situações em que a dívida não é regularizada junto dos serviços da Autoridade Tributária, gerando, a cada mês, outras dívidas.

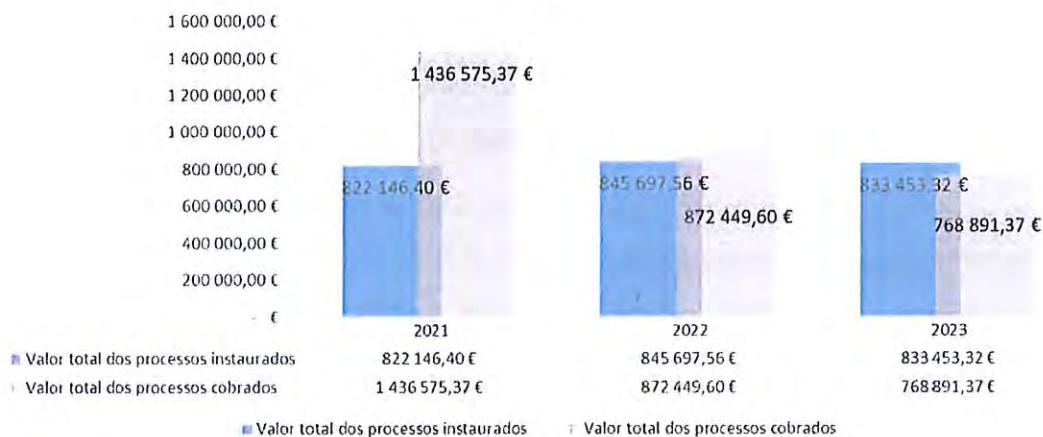
Esta é uma opção que beneficia o utilizador, porquanto não fica sem serviço e os encargos adicionais, pela instauração do processo de execução fiscal, são, por regra, inferiores aos custos em que incorreria com o corte.

No que à atividade da instauração de execuções fiscais concerne, verificámos uma tendência crescente no número de processos insaturados, à semelhança dos anos anteriores, decorrente de uma cada vez maior automatização e otimização dos procedimentos:



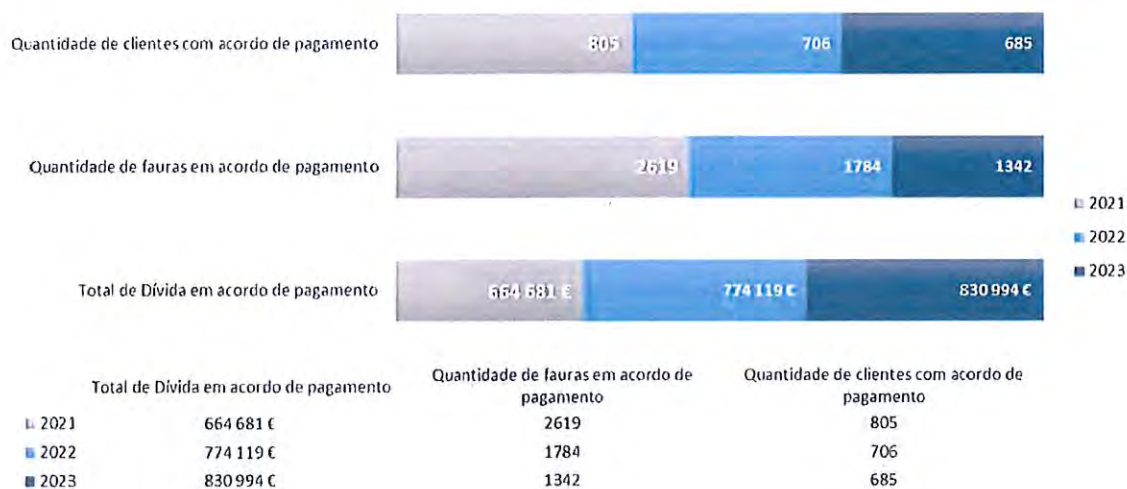
Mantemos uma trajetória sustentada de instauração de processos de execução fiscal e cobrança:

Valor total de processos instaurados e valor total de processos pagos



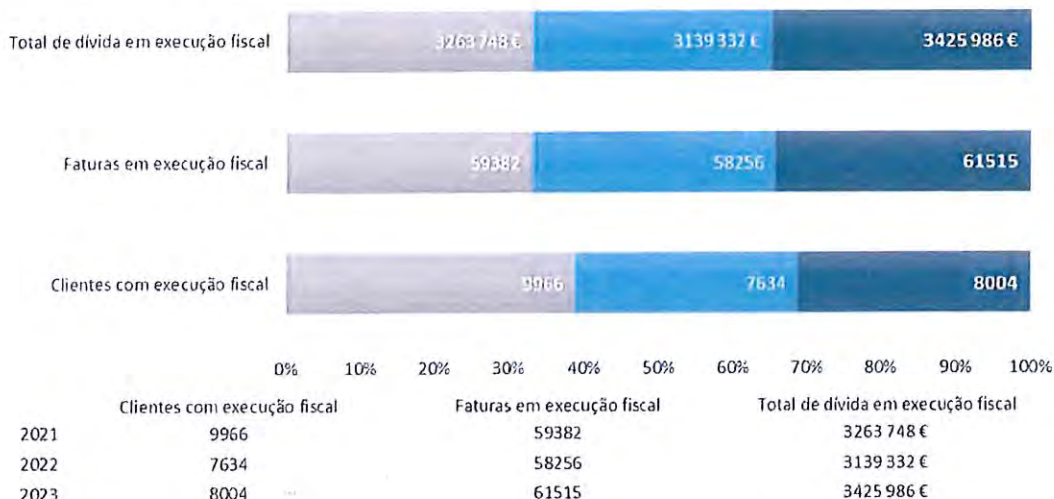
Já no que concerne à dívida total a ser paga em acordos de pagamento, a 31 de dezembro de 2023, a situação é a seguinte:

Dívida em acordo de pagamento



A dívida total em “execução fiscal”, a 31 de dezembro de 2023, era a seguinte:

Totais Execuções Fiscais -Clientes - Faturas - Valores totais em €



Durante o ano de 2024, prosseguiremos com o desenvolvimento de técnicas e procedimentos, tendentes a uma maior automatização do tratamento da dívida e da cobrança de dívida.

Dados de Contraordenações

No decorrer do ano de 2023, foram instaurados 404 processos de contraordenação, registando-se um maior número de infrações relacionadas com o incumprimento na obrigação de ligação dos sistemas prediais às redes públicas de água e saneamento, o que, no ano de 2022, havia diminuído.

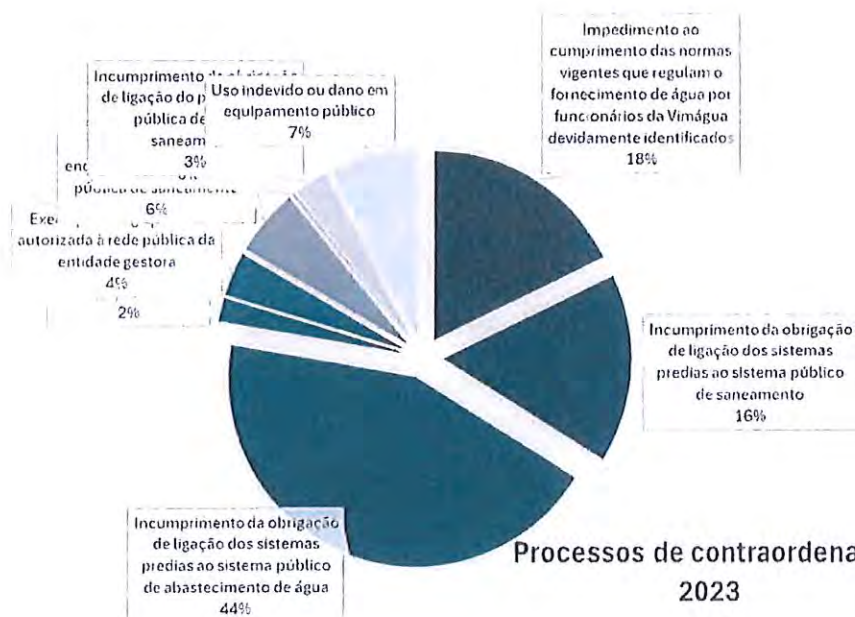
Processos de contraordenação 2023

Infrações	Nº de Processos
Impedimento ao cumprimento das normas vigentes que regulam o fornecimento de água por funcionários da Vimágua devidamente identificados	72
Incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais ao sistema público de saneamento	65
Incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais ao sistema público de abastecimento de água	177



Processos de contraordenação 2023

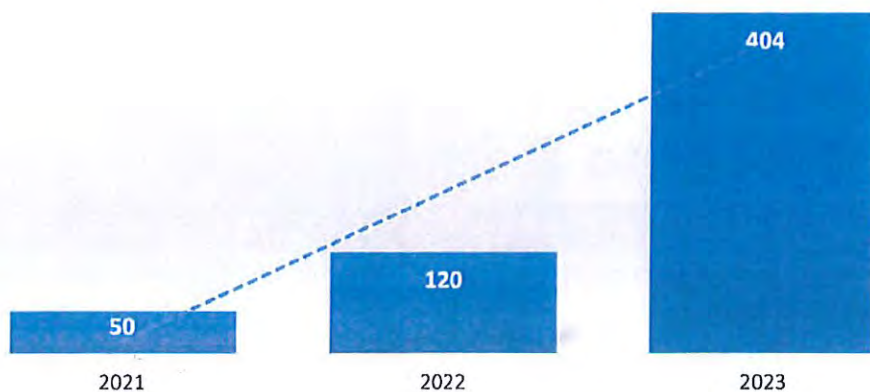
Interligação de Redes	8
Execução de ligação não autorizada à rede pública da entidade gestora	15
Águas pluviais encaminhadas para a rede pública de saneamento	23
Execução de alteração de ramal sem autorização da entidade gestora	1
Incumprimento da obrigação de ligação do prédio à rede pública de água e saneamento	12
Uso indevido ou dano em equipamento público	31
TOTAL	404



O ano de 2023 registou-se um acréscimo significativo de participações, na sua esmagadora maioria relacionados com o incumprimento de obrigação às redes públicas.



N.º total de processos de contraordenação instaurados



No decorrer do ano de 2024, prevemos intensificar o trabalho na área das contraordenações, para efeitos de recuperação de prazos de conclusão dos processos já intentados.



Adira aos sistemas de água e saneamento

Proteja a sua saúde
e o meio ambiente.



www.vimagua.pt

vimagua

Beba água da torneira

Água segura, de qualidade
e não gera resíduos.



www.vimagua.pt

vimagua



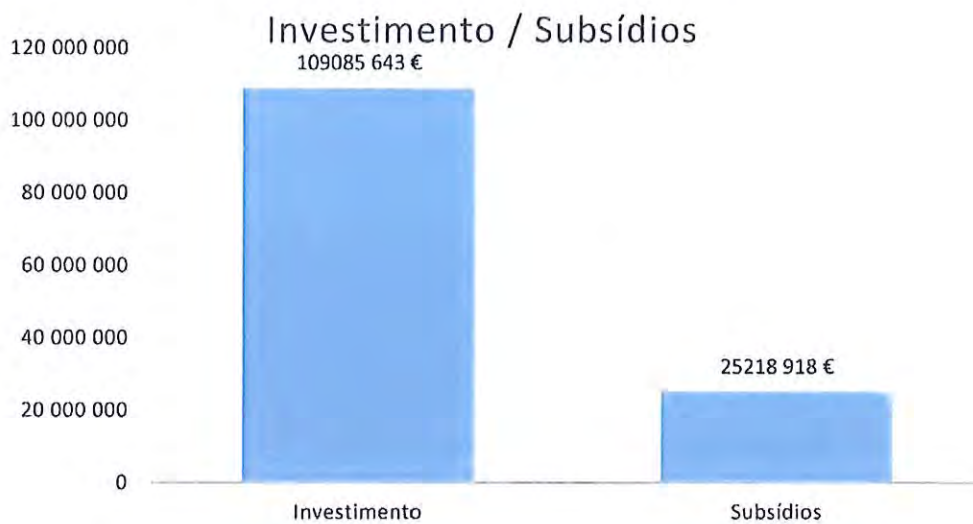
Investimento



Investimento

Desde o seu início de atividade, em 2002, e até final de 2023, a Vimágua investiu mais de 109 Milhões de Euros.

Do investimento realizado, a Vimágua viu comparticipado a fundo perdido 23,12% do total investido.



Os investimentos projetados e realizados pela Vimágua mantiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PENSAAR:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor;
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

O Plano Plurianual de Investimentos está organizado da seguinte forma:

- Investimentos em redes e outras infraestruturas de água e saneamento, estando o investimento em redes de água previsto por sistemas de abastecimento e em redes de saneamento de águas residuais previsto por frentes de drenagem;
- Outros Investimentos.



O investimento global realizado pela Vimágua em 2023 foi de 2.922.514Euros.

A execução do Plano de Investimentos de 2023, face ao valor previsto aquando da apresentação do plano previsional para 2024, foi de 94,07%.

Investimentos das Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Rubrica Investimento	2023	2023	%	Desvio	
	Previsão	Execução		Valor	%
Captação e ETA de Prazins (0101)	26 533	52 000	195,98%	25 467	95,98%
Captação e ETA de Gondomar (0102)	34 608	35 756	103,32%	1 148	3,32%
Outras Infraestruturas de Captação / Tratamento (0103)					
Reservatórios e Estações Elevatórias AA (0104)	85 987	91 542	106,46%	5 555	6,46%
Outros Equipamentos AA (0105)	40 000			-40 000	-100,00%
Condutas Adutoras em Alta (0106)					
Estações Elevatórias e outros Equipamentos AR (0107)	35 300	22 730	64,39%	-12 570	-35,61%
Execução de novas redes de AR (0201)	539 998	713 616	132,15%	173 618	32,15%
Execução de novas redes de AA (0202)	231 730	303 222	130,85%	71 492	30,85%
Substituição e Remodelação de Redes AR (0203)	392 654	214 761	54,69%	-177 893	-45,31%
Substituição e Remodelação de Redes AA (0204)	696 662	664 713	95,41%	-31 949	-4,59%
Execução de ramais de AA (0205)	375 275	510 437	136,02%	135 162	36,02%
Execução de ramais de AR (0206)	216 322	11 705	5,41%	-204 617	-94,59%
TOTAIS	2 675 070	2 620 482	97,96%	-54 588	-2,04%

Outros Investimentos

Rubrica Investimento	2023	2023	%	Desvio	
	Previsão	Execução		Valor	%
Projetos de infra-estruturas de água e saneamento (0301)		998	-nd-	998	-nd-
Outros estudos e projetos (0302)					
Terrenos (0303)	33 551	31 721	94,55%	-1 830	-5,45%
Máquinas e Viaturas (0304)					
Equipamentos/Instrumentação para monitorização e controlo (0305)	105 950	102 563	96,80%	-3 387	-3,20%
Equipamentos e Ferramentas (exploração e produção) (0306)	26 494	26 494	100,00%		
Equipamento Informático e Software (0307)	40 137	40 925	101,96%	788	1,96%
Equipamento administrativo (0308)	10 000	9 837	98,37%	-163	-1,63%
Edifícios Sede e Armazém/Oficinas (0309)	20 338	15 851	77,94%	-4 487	-22,06%
Instalações e equipamentos para produção de energia (0312)	185 300	70 637	38,12%	-114 663	-61,88%
Outros Investimentos (0399)	10 000	3 006	30,06%	-6 994	-69,94%
TOTAIS	431 769	302 032	69,95%	-129 738	-30,05%

TOTAIS DO PLANO DE INVESTIMENTOS	3 106 839	2 922 514	94,07%	-184 325	-5,93%
---	------------------	------------------	---------------	-----------------	---------------

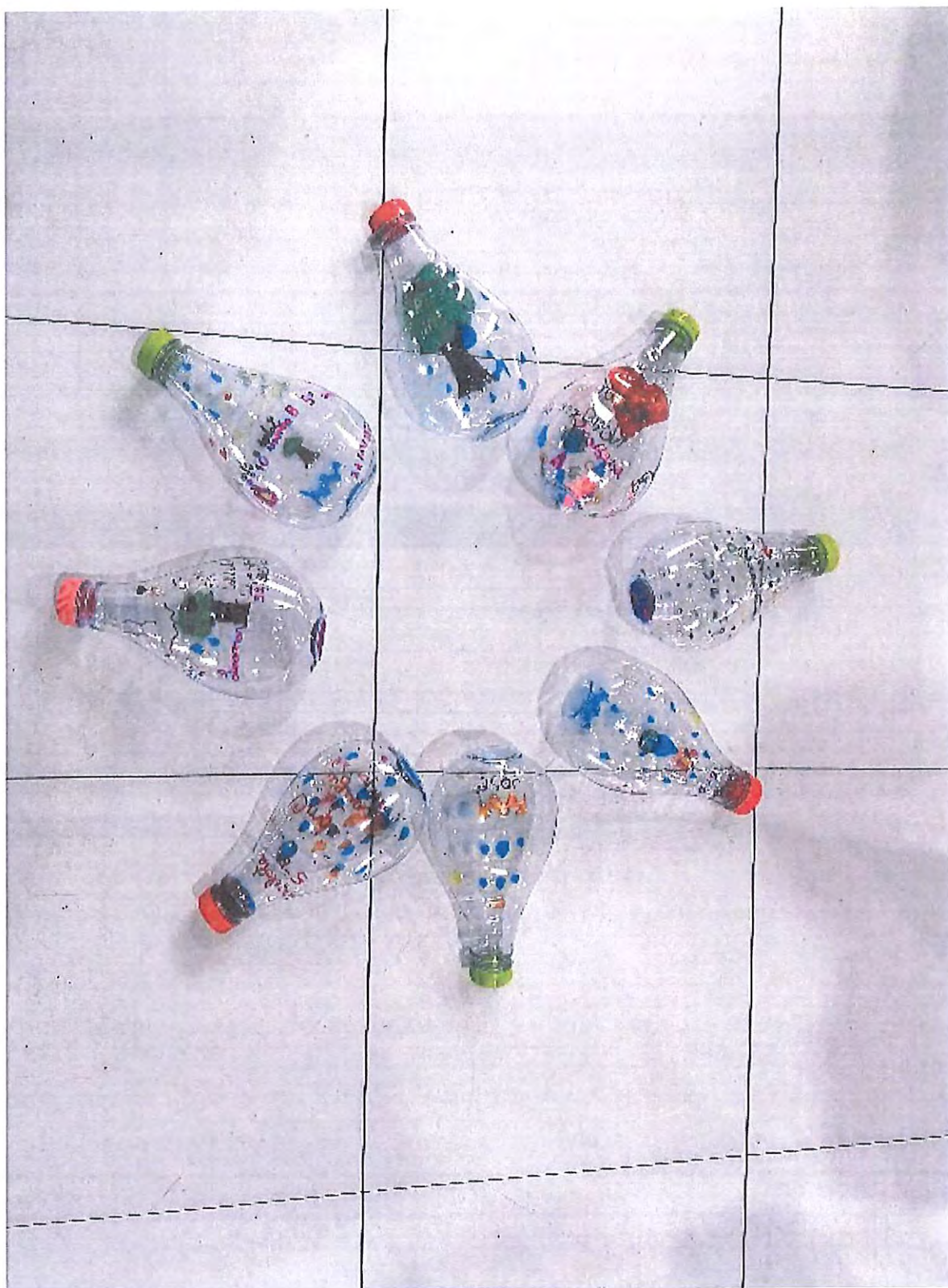


Handwritten notes in blue ink:

- Handwritten symbol (possibly a stylized 'f' or 'i')
- Handwritten word "Pain" followed by a checkmark
- Handwritten word "st" followed by a checkmark

Handwritten notes in black ink:

- Handwritten word "Pain" followed by a checkmark
- Handwritten word "st" followed by a checkmark
- Handwritten word "st" followed by a checkmark
- Handwritten word "st" followed by a checkmark



Recursos Humanos





Recursos Humanos



A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.



A Lei de Orçamento de Estado (LOE) para 2023, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, não determinou qualquer alteração ao regime legal em vigor para o desenvolvimento das carreiras, no que se refere a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, a que os trabalhadores tenham direito.



Porém, o Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, aprovou um conjunto de medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, designadamente, com a atualização da base remuneratória da Administração Pública para o valor de 761,58Euros; com a revisão dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única; e com a reestruturação remuneratória das carreiras gerais de técnico superior, de assistente técnico e de assistente operacional, definindo, para a categoria de assistente operacional uma alteração excecional do posicionamento remuneratório por antiguidade.



Consequentemente, por força do disposto na Cláusula 68ª do Acordo de Empresa celebrado entre a Vimágua, EIM, SA e o STAL, Sindicato Nacional de Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (doravante, abreviadamente designado por STAL), publicado no BTE n.º 29, de 08 de agosto de 2022, que determina a atualização automática das remunerações previstas no Anexo I do Acordo de Empresa pelo valor legalmente previsto para os trabalhadores com vínculo de emprego público, procedeu-se à atualização da “Tabela de carreiras e remunerações” (Anexo I), de acordo com as regras estabelecidas no art.º 4º do referido Decreto-Lei n.º 84-F/2022.

A “Tabela de carreiras e remunerações” da Vimágua foi, então, alterada nos seguintes termos:

- Os níveis remuneratórios posicionados entre 709,48Euros e 2.612,03Euros foram atualizados em 52,11Euros;
- Os níveis remuneratórios de valor igual ou superior a 2.612,04Euros, foram atualizados em 2%.



Os suplementos remuneratórios que, nos termos da lei, têm por referência a atualização salarial anual da função pública, como é o caso das Despesas de Representação, foram atualizados em 2%, nos termos do disposto no art.º 5º do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, por remissão da referida cláusula 68ª do Acordo de Empresa.

Os trabalhadores da Vimágua com vínculo de emprego público, a exercer funções na Vimágua em regime de Cedência de Interesse Público, tiveram as alterações remuneratórias no vencimento de origem decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, e ainda, em relação àqueles que aderiram ao Acordo de Empresa, no vencimento de exercício, auferindo, no caso destes últimos, o vencimento real mais favorável.

No que aos gestores públicos respeita, foi mantida a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

De referir, ainda, que por força do disposto na Portaria n.º 107-A/2023, de 18 de abril, o valor do subsídio de refeição foi atualizado para 6,00Euros, com efeitos a 1 de janeiro de 2023.

Finalmente, considerando as progressões remuneratórias dos trabalhadores da Vimágua com vínculo de emprego público, com origem no Município de Guimarães, que se encontram a exercer funções nesta empresa em Cedência de Interesse Público (CIP), nos termos do disposto no Acordo de Cedência de Interesse Público outorgado entre a Vimágua e o Município de Guimarães, são da responsabilidade da entidade de origem, a Vimágua procedeu à atualização, que nos termos do disposto no n.º 7, do art.º 156º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), da posição remuneratória de 10 (dez) trabalhadores, na sequência da notificação, para o efeito, que lhe foi remetida pelo Município de Guimarães, datada de 05/12/2023, com efeitos retroativos a 01/01/2023.

No ano de 2023, manteve-se em vigor a autorização para que as empresas do setor empresarial local possam proceder ao recrutamento de Trabalhadores para constituição de vínculos de emprego, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do plano de atividades e orçamento.

Estando a Vimágua com necessidades de recrutamento foi elaborado um Plano de Recrutamento, com a necessária fundamentação de cada uma das necessidades, com vista à prossecução da melhoria e continuidade dos serviços públicos que constituem o objeto da Vimágua.

O Plano de Recrutamento, proposto pelo Conselho de Administração, foi aprovado pela Assembleia Geral da Vimágua, tendo sido recrutados 25 (vinte e cinco) Trabalhadores durante o ano de 2023.



Durante o ano de 2023, 13 (treze) Trabalhadores cessaram vínculo jurídico laboral com a Vimágua, sendo que 3 (três) fizeram-no por aposentação/reforma e 10 (dez) por denúncia do contrato com aviso prévio por iniciativa do trabalhador.

Quadro de Pessoal da Vimágua segundo a designação da DGAL

Em 31 de dezembro de 2023 a Vimágua contava com 221 (duzentos e vinte e um) Trabalhadores, tendo-se registado um acréscimo de 12 (doze) Trabalhadores em relação ao final do exercício económico anterior.

O quadro de efetivos da Vimágua é composto por trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, oriundos do quadro de pessoal do Município de Guimarães, a exercer funções na Vimágua em regime de Cedência de Interesse Público (trabalhadores que integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa) e por trabalhadores com contrato individual de trabalho, entretanto recrutados pela Vimágua, designados nos gráficos seguintes como *Cedência de Interesse Público(CIP)* e *Vimágua*, respetivamente.

Mapa Geral por Grupo Profissional

Grupo Profissional	Mobilidade de Interesse Público (CMG e ME)	Vimágua	Total
Dirigente superior de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 2.º grau	3	5	8
Dirigente intermédio de 3.º grau	7	6	13
Técnico Superior		13	13
Técnico		5	5
Assistente Técnico	10	44	54
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	23	103	126
Totais Gerais	45	176	221

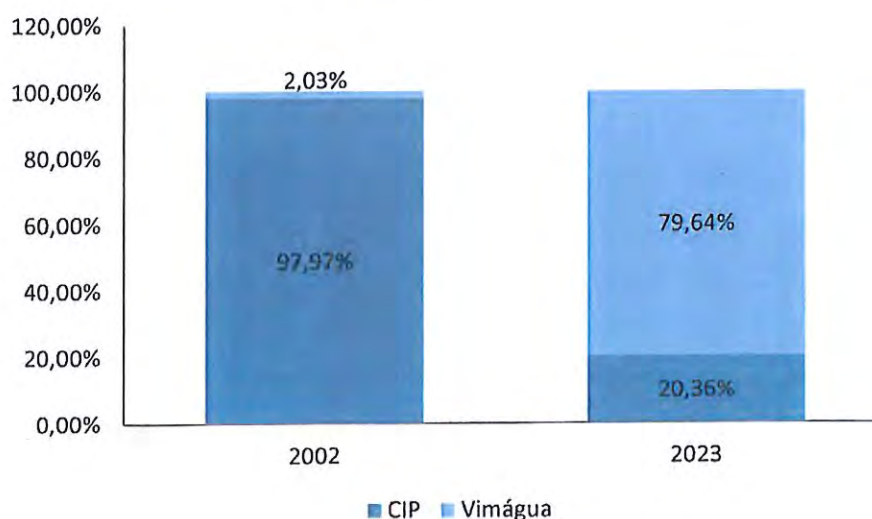
A maioria dos Trabalhadores da Vimágua estão incluídos no grupo profissional de “Assistente Operacional, Operário, Auxiliar”, com um peso de 57,01%. O grupo de “Assistente Técnico” é o segundo grupo profissional com maior representatividade na empresa com um peso de 24,43%. No final de 2023, estes dois grupos têm, em conjunto, 81,45% dos Trabalhadores totais da Vimágua.





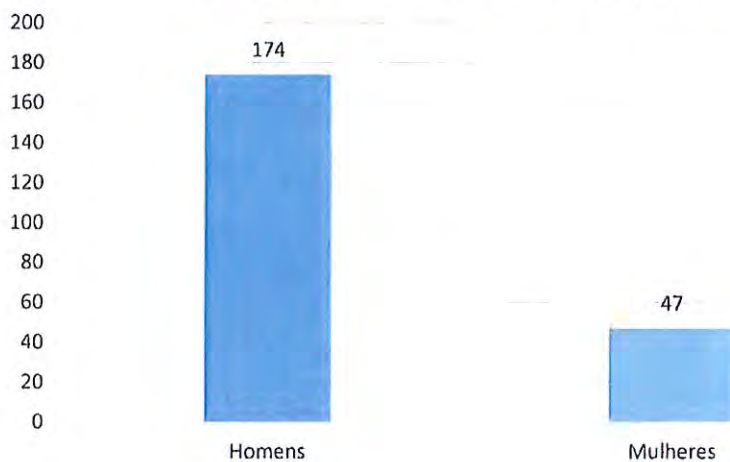
A percentagem de Trabalhadores recrutados pela Vimágua é atualmente de 79,64%, claramente superior à percentagem de Trabalhadores em regime de Cedência de Interesse Público (CIP). Os Trabalhadores em CIP diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002, passando de 97,97% para 20,36% do total dos Trabalhadores ao serviço da Vimágua.

Ponderação Percentual de Trabalhadores CIP/Vimágua



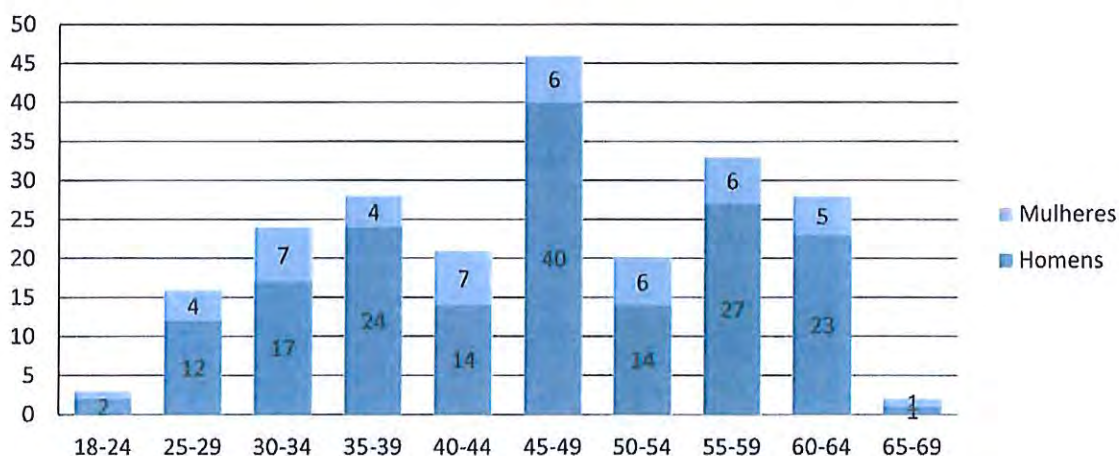
A maioria dos trabalhadores da Vimágua é do género masculino (174 homens) representando 78,73% dos trabalhadores, fixando-se as mulheres em 21,27% desse universo (47 mulheres).

Distribuição de Trabalhadores por género



Verifica-se que 62,44% dos trabalhadores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.

Distribuição de colaboradores por escalão etário

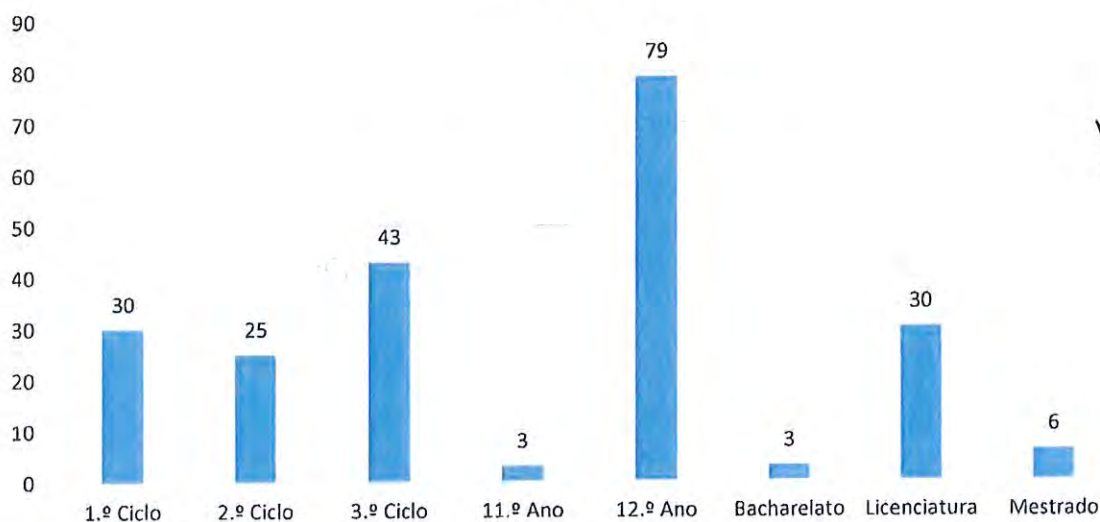


No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 39 trabalhadores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca 17,65% do



total, 79 trabalhadores tinham terminado o ensino secundário, representando cerca de 35,75% do total, e 13,57% concluíram apenas o primeiro ciclo do ensino básico.

Distribuição de trabalhadores segundo as habilitações literárias



Quadro de Pessoal da Vimágua nos termos definidos pelo Acordo de Empresa

Importa, porém, evidenciar a distribuição dos trabalhadores no Quadro de Pessoal da Vimágua de acordo com a estrutura de carreiras e categorias definida pelo Acordo de Empresa celebrado entre a Vimágua, EIM, SA e o STAL, publicado no BTE n.º 29, de 08/08/2022.

Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadores
Gestor Público	Presidente	Presidente Executivo	1
Direção e Chefia	Diretor	Diretor	1
		Chefe de Divisão	8
	Chefe de Setor	Chefe de Setor N2	5
		Chefe de Setor N1	6
	Chefe de Equipa	Chefe de Equipa	2
Técnico Superior	Técnico Superior	Técnico Sup. Jurista	3
		Técnico Sup. Contabilista e Gestão	1
		Técnico Sup. Gestão de Redes	0
		Técnico Sup. SIG	0
		Técnico Sup. Civil	3
		Técnico Sup. Eletrotécnica	0
		Técnico Sup. HS no Trabalho	2



Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	Nº Trabalhadores
		Técnico Sup. Engenharia	0
		Técnico Superior	4
Técnico	Técnico	Técnico de automação	1
		Técnico de Informática	2
		Desenhador	0
		Topógrafo	2
		Técnico de Laboratório	0
Técnico Profissional	Técnico de Serviços	Administrativo	34
		Tesoureiro	1
		Fiscal	6
		Técnico Pesq. e Detecção de Fugas	6
		Técnico Pesq. e Detecção de Afl. Indevidas	4
		Técnico Auxiliar de Cadastro	1
		Técnico Auxiliar - Desenho e Topografia	0
		Medidor Orçamentista	2
	Técnico de Operação	Eletricista	3
		Mecânico de Contadores	1
		Mecânico	1
		Técnico de Colheitas	2
		Técnico de Sistemas de Recloração	2
		Técnico de ETA	9
		Técnico de Armazém	2
		Condutor Manobrador Máq. Veículos Especiais	10
Operador	Operador Qualificado	Canalizador Qualificado	26
		Construção Civil (Trolha)	12
		Operador de Pavimentação	4
		Leitor de Consumos	10
		Operador de EEAR	1
		Instalador de Contadores	8
		Serralheiro	1
	Operador	Canalizador Operador de Redes	12
		Limpa Coletores	3
		Op. Serviços Gerais	11
		Op. Serviços Administrativos	2
		Op. Limpeza	5



Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadores
		Telefonista - Rececionista	1
		Específica e de período de duração limitado	0
			221

Formação Profissional

No âmbito da política de formação profissional dos trabalhadores da Vimágua, há a destacar os seguintes dados relativos ao ano de 2023:

Tipologia	N.º Participantes	N.º Horas
Ações de Formação Interna	20	165
Ações de Formação Externa	56	520
Trabalhador-Estudante	2	77
Formação de Acolhimento	25	175

Ações de Formação 2023
Capacitação em Avaliação da Qualidade do Serviço - 4ª Geração de Contadores
Orçamento de Estado 2023
Higienização e Desinfecção de Reservatórios de Água
Assiduidade, Pontualidade e Trabalho Suplementar
Espaços Confinados
Gestão das Perdas Aparentes de Água - O Contributo dos Contadores
14ª Jornadas de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente
Introdução às Práticas de Gestão Administrativa dos Recursos Humanos - Abordagem Geral
Ciclo CCP - "Formação Inicial em Contratação Pública"
Introdução às Práticas de Gestão Administrativa dos Recursos Humanos - Relatório Único e Formação Profissional
Modelação Dinâmica de Sistemas de Drenagem Urbana Recorrendo ao <i>Storm Water Management Model</i> (SWMM): Princípios, Aplicações e Casos de Estudo
Quidgest - Formação Portal Administração de Recursos
Riscos do Teletrabalho
Quidgest - Formação Portal de Recursos Humanos
Quidgest - Formação Portal dos Vencimentos
Desfibrilhador Automático Externo - DAE 2023
Determinação da Pegada de Carbono
Regras Gerais de Segurança





Ações de Formação 2023
5º Encontro CESDA "Redução de Perdas de Água - Um Desafio ao Alcance de Todos" - APDA
Power BI Essencial
Microsoft Excel - Avançado
Perigos e Riscos HST - Limpeza de Minas
Formação de Acolhimento de Trabalhadores
Formação na Qualidade de Trabalhador-Estudante

Formação/Sensibilização no Âmbito da Segurança e Saúde

No quadro seguinte destacamos as ações de formação/sensibilização realizadas no âmbito da Segurança e Saúde



Formação	Objetivo	Data	NP de trabalhadores/sexo	NP de horas
Higienização e Desinfecção de Reservatórios	Identificação de perigos, Avaliação de riscos e Medidas preventivas na limpeza de reservatórios e espaços verdes	27/01/2023	7 H	2
Espaços Confinados	Curso de Reciclagem do CAP de TSHST	22/02/2023 até 12/05/2023	2 H	30
Riscos do teletrabalho	Regras e Medidas preventivas no teletrabalho	11/05/2023	1 H	1
Regras Gerais de Segurança	Regras Gerais de Segurança nas atividades	22/05/2024	6 H	1
Perigos Riscos HST- Limpeza de Minas	Identificação de perigos, Avaliação de riscos e Medidas preventivas na limpeza de minas	06/09/2023	4 H	1
Um dia em Segurança	Segurança e Saúde no Trabalho e Equipamentos de Proteção individual	18/10/2023	1 M e 1 H	8
Seminário "Atividades dos serviços de Segurança no Trabalho – Avaliação de Riscos na Era Digital"	Ferramentas para avaliação de riscos na Era digital	24/10/2023	1 H e 1 M	7
Acidentes de trabalho	Sensibilização para boas práticas	2023	22 H e 1 M	23 h
Acidentes de viação	Sensibilização para boas práticas	2023	25 H	25 h
Acolhimento de novos colaboradores	Integração dos novos colaboradores	2023	21 H 4 M	25 h



Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Avaliação de Riscos

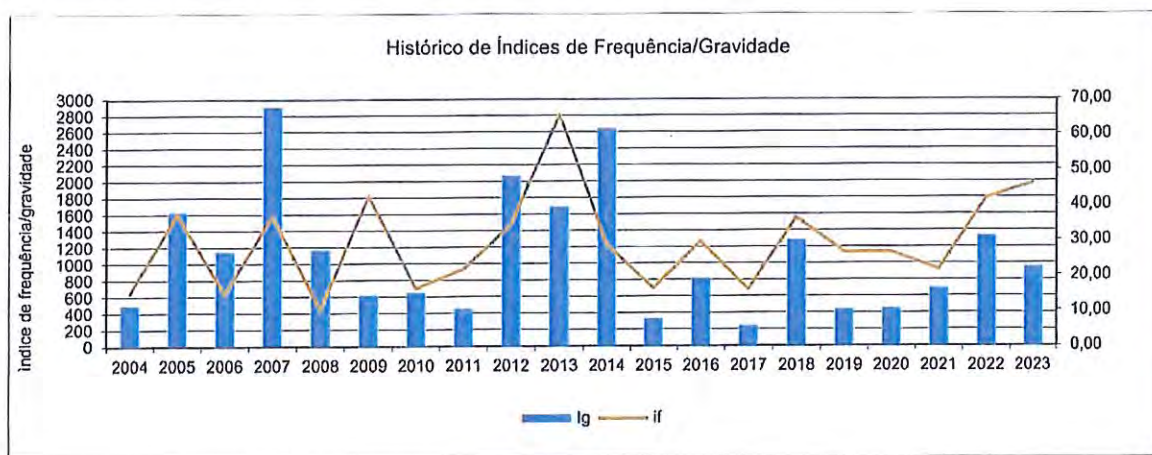
Durante o ano de 2023 houve a reavaliação das matrizes de identificação de perigos e avaliação de riscos e medidas preventivas.

Acidentes/Incidentes e Índices de Sinistralidade

Durante o ano de 2023 registaram-se 23 acidentes de trabalho, de referir que três dos acidentes ocorreram em *in itinere*.

Os acidentes de trabalho registados, originaram uma perda total de 213 dias úteis, inferior aos 290 dias úteis registados em 2022. Dos dias perdidos, somam-se 8 dias perdidos em acidente em *in itinere*.

Efetuuou-se a análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig):



No ano de 2023 registou-se um If=45,91 e um Ig=957,93.

O Índice de frequência aumentou pois ocorreram mais acidentes. O índice de gravidade diminuiu relativamente a 2022, pois os acidentes foram de menor gravidade, originando menor perda de dias por incapacidade e 13 dos acidentes ocorridos não tiveram qualquer incapacidade temporária.

Para análise dos índices de sinistralidade utilizou-se a seguinte tabela como valores orientativos:



If	Ig	Pontuação	Classificação
< 15	< 250	1	Excelente
15 – 30	250 – 500	2	Bom
30 – 50	500 – 1000	3	Médio
50 – 75	1000 – 2000	4	Medíocre
> 75	> 2000	5	Mau

If – Índice de frequência; Ig – índice de gravidade

Fonte: Manual de Segurança do autor Sérgio Miguel (Porto Editora)

Conclui-se que se obteve uma classificação de médio no que respeita a acidentes de trabalho.

De referir que nenhum dos acidentes ocorridos em 2022 se prolongou em dias de incapacidade para 2023.

No que respeita aos acidentes de viação, ocorreram 25 acidentes, aumentando 6 acidentes relativamente ao ano transato.

Todos os acidentes se encontram registados e foram adequadamente tratados.

Foram realizadas, durante o ano de 2023, diversas ações de sensibilização junto dos trabalhadores aquando das visitas/inspeção às obras por administração direta e realizadas formações de segurança aos trabalhadores, principalmente dos mais expostos a riscos de acidente de trabalho.

Medicina do Trabalho e Promoção da Saúde

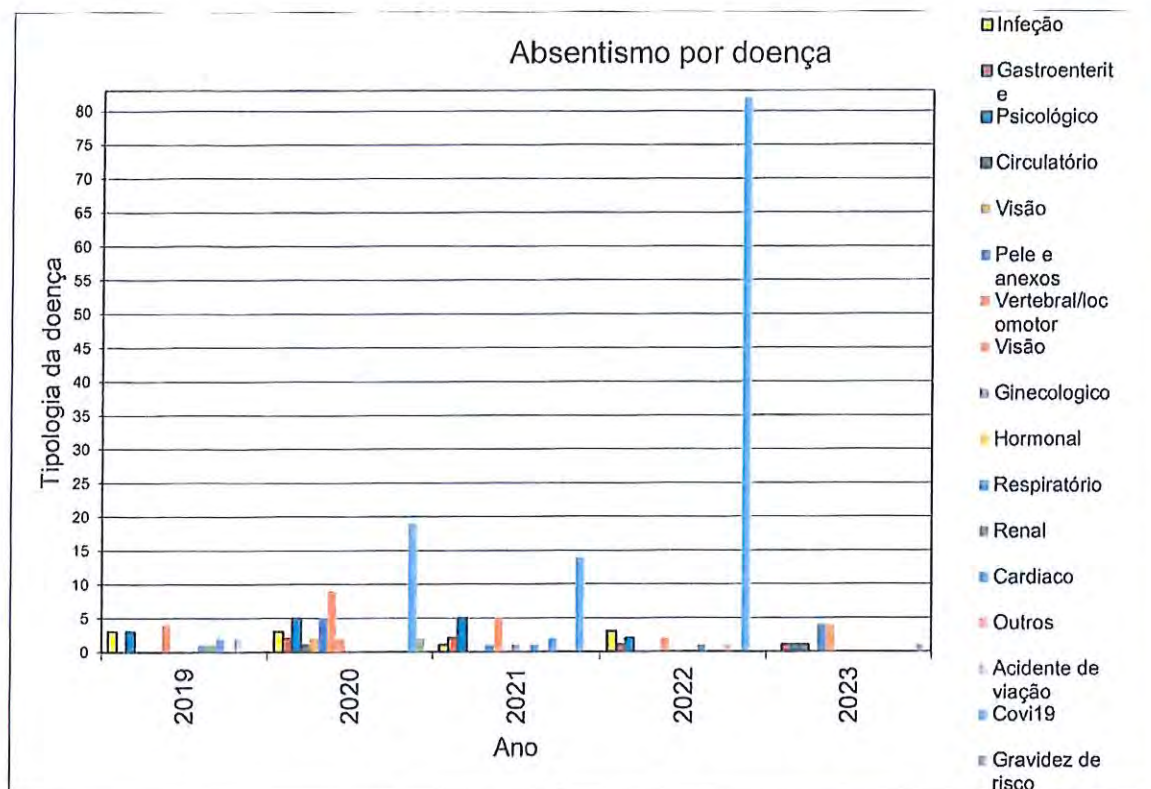
No âmbito da medicina do trabalho realizaram-se 197 exames médicos, divididos por exames de admissão (25), exames periódicos (120) e exames ocasionais (52).

Foram efetuadas quatro visitas a locais de trabalho externo, do médico de Medicina no Trabalho, em conjunto com os técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho, além das visitas frequentes aos locais de trabalho nas instalações da Vimágua.

Durante o ano de 2023, manteve-se a avaliação contínua dos postos de trabalho, no que respeita à ergonomia, com a implementação de medidas, tais como, colocação de suporte de monitor, tapete de rato com apoio de pulso, cadeiras ajustadas às necessidades clínicas dos trabalhadores (apoio lombar) e suporte regulável de pés.

O absentismo por doença resultou numa perda de 2.338 dias, diminuindo relativamente a 2022, ano em que se perderam 4.021 dias de trabalho. De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho, a distribuição de absentismo por doença, dividiu-se pelas seguintes patologias:





Concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou os trabalhadores da Vimágua, no ano 2023, foi a referente a Pele e Anexos e Vertebral/locomotor, contrariamente aos anos transatos onde a doença mais incidente foi a Covid 19.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos trabalhadores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano, e foram ministradas vacinas da hepatite B aos trabalhadores em contato com águas residuais.

A Unidade de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde, conjuntamente com o médico de medicina no trabalho, realizaram mais uma vez uma campanha de vacinação da gripe sazonal, com a vacinação de 41% dos trabalhadores.

Foi reforçada a sensibilização dos colaboradores para a importância da utilização de máscaras aquando de contração de doenças contagiosas de modo a atenuar os contágios das respetivas doenças.

Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo), sem registo de qualquer emergência.

Efetuuou-se formação de reciclagem de DAE aos elementos da equipa da sede e aos elementos das instalações do armazém/oficinas de Aldão.



Refeitório do Edifício Sede

O refeitório do edifício sede da Vimágua entrou em funcionamento no dia 28 de fevereiro de 2023 e é um caso de sucesso.

A adesão dos colaboradores, à utilização do refeitório da Sede e de Aldão tem vindo a aumentar significativamente o que nos leva a fazer melhorias contínuas.

Este espaço tem servido de local de sensibilização dos colaboradores para as questões ambientais e para a celebração dos dias temáticos.

Promoção de Bem Estar e Saúde

Foram efetuadas as seguintes ações/sensibilizações no âmbito de várias atividades ao longo do ano de 2023:

- No ano de 2023 manteve-se a distribuição de toalhas de banho pelas diversas instalações da Vimágua, instalações de Aldão, Edifício sede, Parque de resíduos e ETA Taipas, de forma a melhorar as condições de higiene, segurança e saúde aos colaboradores.
- Foram afixados vários cartazes alusivos a dias temáticos:



Ginástica Laboral

A Vimágua aderiu, no ano de 2023, a um projeto de ginástica laboral promovido pela cooperativa Tempo Livre, com os objetivos de promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores no local de trabalho, diminuindo o risco de doença ou lesão, e a taxa de absentismo associada.

Esta iniciativa foi bem acolhida e teve muita adesão por parte dos trabalhadores da Vimágua.

Análise do ambiente de trabalho existente

De forma a dar cumprimento ao art.º 16 do DL. 101-D/2020, a Vimágua efetuou o registo na plataforma da ASAE quanto à avaliação da qualidade do ar interior do edifício sede.

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que todos os locais avaliados se encontram conformes, ou seja, estão dentro dos parâmetros regulamentares estabelecidos pela Portaria n.º 138-G/2021.

Efetuuou-se também a avaliação da iluminância nas instalações de Aldão e na ETA das Taipas de modo a dar cumprimento à Portaria n.º 53/1971, alterada pela portaria n.º 702/80, verificando-se todos os locais cumprem com os valores de referência.

Efetuaram-se as avaliações de Radão nas Instalações de Aldão e na ETA/Taipas de modo a dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 108/2018.

Nas atividades que possam envolver exposição a gases ou atmosferas perigosas foram realizadas medições sempre que impliquem exposição dos colaboradores. Existem cinco aparelhos em funcionamento, devidamente calibrados, para permitir a medição imediata nas atividades.

Coordenação de Segurança em Obra

De modo a dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, relativamente á coordenação de segurança em obra (CSO), no ano 2023 assegurou a coordenação de 40 empreitadas, 29 no ano de 2022, 13 no ano de 2021, 47 no ano de 2020, e 28 no ano 2019 com os seus recursos internos.

Avaliação Geral em Termos de Segurança

Além das informações descritas anteriormente quanto à formação de SHST, incidentes/acidentes, análise do ambiente de trabalho, resposta à emergência, promoção da saúde e medicina no trabalho





e avaliação da satisfação dos colaboradores, realizaram-se as seguintes verificações com influência no desempenho da SHST, designadamente:

- 
- Não ocorreram notificações do ACT (autoridade para as condições do trabalho);
 - Manteve-se a prática de medição de gases em trabalhos com águas residuais com o intuito preventivo, de modo a assegurar as condições de segurança, não se tendo verificado nenhuma situação de existência de gases nocivos para a saúde. Efetuaram-se cerca de 600 medições e gases distribuídos pelos 5 aparelhos existentes;
 - Realizaram-se 137 visitas técnicas em 2023 aos trabalhos de exterior, ocorrendo um aumento relativamente aos anos transatos, onde foram efetuadas em 2022, 136 visitas, em 2021, 127 visitas técnicas e em 2020 realizaram-se 85 visitas técnicas. As inspeções dividiram-se em 32 obras programadas e 105 não programadas em 2023.



Os resultados foram expressos em relatório próprio, tendo-se verificando algumas observações, as quais foram corrigidas no imediato.

Aproveitaram-se todas as visitas técnicas para se sensibilizar os colaboradores no âmbito da qualidade, ambiente, segurança, saúde e energia, nomeadamente:

- 
- Correta separação de resíduos;
 - Uso de EPI's;
 - Cumprimento dos planos de sinalização temporária de obras;
 - Poupança de energia;
 - Outros.



A gestão de manutenção preventiva e curativa das máquinas de forma a dar cumprimento ao Decreto de lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro é verificada frequentemente pelos TSHST.

Todos os objetivos definidos em 2023 foram cumpridos, à exceção do índice de frequência por motivos já acima descritos.



Desempenho Económico e Financeiro



Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2023, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2023, continua positiva, cumprindo-se o Contrato de Gestão em vigor e as decisões tomadas pelos executivos Municipais em sede de novo projeto de Contrato de Gestão Delegada, nomeadamente, o fim do cálculo da contrapartida devida pelas infraestruturas propriedade dos Municípios.

Assim, em resultado da diminuição de gastos decorrente de não haver cálculo de Contrapartida a pagar aos Municípios, por um lado, e do crescimento de clientes e rendimentos dos serviços prestados, por outro, encerramos o exercício com um resultado económico muito positivo, embora inferior ao exercício anterior (-577.092Euros), pelo impacto negativo do forte crescimento dos gastos com o subcontrato de tratamento de águas residuais (+1.602.778Euros).

A Vimágua encerrou o exercício económico de 2023 com um resultado líquido positivo de 1.204.801Euros.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 1.056.242Euros (+4,75%) face aos registados no exercício de 2022, mantendo uma trajetória de crescimento, resultante do já referido crescimento de clientes, com impacto na faturação dos serviços prestados.

Rendimentos operacionais

euros	2021	2022	2023	Δ% 23/22
Vendas e prestações de serviços	19 425 499	20 380 460	21 474 965	5,37%
Venda de água	6 362 510	6 685 107	6 743 235	0,87%
Venda material	14 442	12 427	1 344	-89,19%
Prestações de serviços - saneamento	9 558 592	10 146 080	10 895 858	7,39%
Prestações de serviços - água	3 358 452	3 377 525	3 685 618	9,12%
Outros serviços	131 503	159 321	148 910	-6,53%
Trabalhos própria empresa	17 697	781	20 937	2579,69%
Subsídios à exploração	278 316			
Outros rendimentos e ganhos	1 844 439	1 865 857	1 807 439	-3,13%
Rendimentos operacionais	21 565 952	22 247 099	23 303 340	4,75%



Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um significativo crescimento de 1.845.896Euros, totalizando no exercício económico em análise 21.257.789Euros (+9,51%).

Gastos operacionais

euros	2021	2022	2023	Δ% 23/22
Custo existências vendidas e consumidas	51 934	51 174	64 506	26,05%
Fornecimentos e serviços externos:	11 198 135	10 042 429	11 585 428	15,36%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	5 989 441	5 789 410	7 392 188	27,68%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	912 721			
Outros fornecimentos e serviços externos	4 295 973	4 253 019	4 193 240	-1,41%
Gastos com o pessoal	3 972 949	4 203 168	4 741 533	12,81%
Provisões e perdas por imparidade	222 378	342 386	64 256	-81,23%
Outros gastos operacionais	285 707	168 701	242 734	43,88%
Amortizações e depreciações	4 374 432	4 604 035	4 559 332	-0,97%
Gastos operacionais	20 105 535	19 411 894	21 257 789	9,51%

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema "em alta", Águas do Norte, S.A., tiveram um significativo acréscimo face ao ano de 2022 (+27,68% e +1.602.778Euros).

Esta variação, com impacto direto e muito significativo nos resultados operacionais da Vimágua, resulta, essencialmente e para além do acréscimo de atividade no saneamento e dos acréscimos de preços praticados pela Águas do Norte, S.A. (+2,7%), dos diferentes níveis de pluviosidade.

Aqui importa referir a posição assumida pela Administração da Vimágua, conforme acordado na CIM do AVE pelos representantes dos Municípios que a integram e que são clientes do sistema multimunicipal de saneamento gerido pela Águas do Norte, S.A., com reflexos no valor que vem sendo reconhecido para pagamento. Assim, a Vimágua, durante o ano de 2023, contestou junto da Águas do Norte o pagamento do volume faturado que excedeu a média dos volumes registados e faturados no período de maio a outubro dos anos 2020 a 2022.

Tal como evidenciado em Relatórios anteriores, a Vimágua tem vindo a ser confrontada com um crescimento incontrolável da faturação do serviço de saneamento em alta prestado pela Águas do Norte, S.A., resultante da intensa pluviosidade e consequentes afluências indevidas às redes de saneamento, quer no sistema em alta quer no sistema em baixa.

Como já foi manifestado, junto da Águas do Norte, S.A., do Ministério do Ambiente e da ERSAR, sem qualquer resultado até ao momento, entendemos que deve ser adotada uma metodologia de faturação que pondere de forma diversa a faturação das afluências indevidas, discordando da metodologia de faturação do serviço de saneamento em alta, pelo que a Vimágua vem pugnando para que se assumam finalmente uma posição consentânea com a realidade.



Penin
Sg
A metodologia de faturação aplicada à atividade de saneamento deve ter em consideração as especificidades dos sistemas de drenagem e transporte do saneamento e deve, desde logo, considerar a existência de aflúências de águas pluviais que incrementam o volume transportado pelos sistemas municipais em períodos com registo de pluviosidade.

É por todas as entidades, quer sejam entidades gestoras da alta ou da baixa, Municípios, Entidade Reguladora ou Ministério do Ambiente, reconhecido que ocorre um aumento significativo do volume de águas residuais afluentes aos sistemas de transporte e à ETAR, resultante da aflúência de águas pluviais para tais infraestruturas, devido a infiltrações e aflúências indevidas que ocorrem tanto nas redes de drenagem municipais como nas infraestruturas do sistema multimunicipal.

Penin
W
ss
Este fenómeno, contrariamente ao que era referido no passado, tem importância significativa nos sistemas separativos de drenagem de águas residuais, não se resolvendo com a eliminação dos sistemas unitários.

W
O impacto económico e financeiro na atividade da Vimágua provocado pela intensa pluviosidade registada na nossa região, contrariamente a outras do país, sobretudo nos meses de inverno, é muito significativo, provocando um grave desequilíbrio nos resultados anuais, sempre que a pluviosidade é mais intensa, pode e deve ser amortizado através da aplicação de uma tarifa mais reduzida à componente pluvial que aflui à ETAR.

W
Mas, merecedor de desacordo é, sobretudo, a existência de uma faturação que trata de igual forma o saneamento e as águas pluviais, quando sabemos que o acréscimo de custos com o tratamento não é equivalente, tratando-se de água pluvial, e que nos picos o caudal não é todo tratado na ETAR.

A faturação relativa aos meses de janeiro, novembro e dezembro de 2023 registou volumes verdadeiramente extraordinários que resultam da forte pluviosidade registada neste período, demonstra bem que configurará um enriquecimento ilícito a aceitação da faturação ao preço do tratamento de águas residuais, desde logo porque existe a certeza de que tais volumes não foram sequer tratados porquanto só o volume faturado à Vimágua, sem considerar os volumes provenientes de outros Municípios e das indústrias, chegou a ultrapassar significativamente a capacidade de tratamento das ETAR's.

Esta situação que não afeta somente a Vimágua, foi objeto de reuniões com os representantes dos Municípios que integram a CIM do AVE, com representantes da Águas de Portugal e Águas do Norte, na sequência das quais se manteve a decisão de se limitar o pagamento do serviço prestado pela Águas do Norte, S.A., ao volume máximo que resulta da média dos valores tratados nos últimos 3 anos, no



período que vai de maio a outubro, garantindo que não são pagos volumes que nem sequer são tratados, exigindo que a entidade gestora em alta reveja a sua metodologia de faturação.

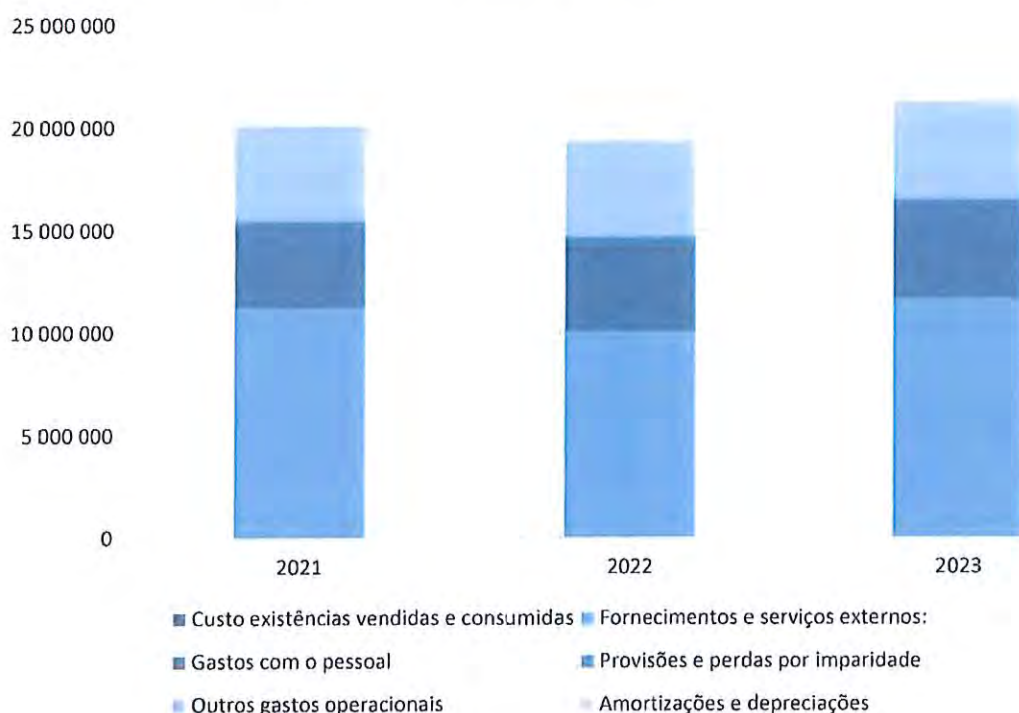
De acordo com o histórico de volumes faturados à Vimágua, o volume máximo pago pela Vimágua no ano de 2023, resultante da média dos volumes faturados no período de maio a outubro dos anos de 2020, 2021 e 2022, foi de 640.681m³.

Os gastos com o tratamento de águas residuais mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 34,77% em 2023.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de gastos da Vimágua, corresponderam a 54,5%.

Os gastos com pessoal cresceram face ao exercício anterior (+12,81%), resultado da valorização remuneratória operada com o Acordo de Empresa estabelecido com o STAL e atualização remuneratória anual idêntica à da função pública.

De salientar, ainda, o decréscimo significativo da rubrica "provisões e perdas por imparidades" (-81,23%), significando que não houve significativo reforço das imparidades de dívidas de clientes nem das provisões para fazer face a processos judiciais em curso.



O resultado operacional do exercício económico de 2023 da Vimágua foi de 2.045.551Euros, representado um decréscimo de -27,85% comparativamente ao registado no exercício anterior, valor resultante do acréscimo dos gastos operacionais (+1.845.896Euros), não obstante o impacto positivo que resultou do fim da Contrapartida devida aos Municípios, e do crescimento dos rendimentos operacionais (+1.056.242Euros) que levaram a um resultado claramente superior ao registado em 2021.

O resultado líquido do exercício foi 1.204.801Euros, inferior ao do ano anterior, foi significativamente superior aos resultados registados entre 2019 e 2021, resultante do acréscimo de resultado operacional. O EBITDA registou, comparativamente ao ano anterior uma redução de -11,22%.

Resultado Líquido

euros	2021	2022	2023	Δ% 23/22
EBITDA	5 834 848	7 439 240	6 604 883	-11,22%
Amortizações e depreciações	4 374 432	4 604 035	4 559 332	-0,97%
Resultados operacionais	1 460 417	2 835 205	2 045 551	-27,85%
Resultados antes de impostos	936 144	2 384 286	1 639 467	-31,24%
Imposto sobre o rendimento	268 504	602 393	434 666	-27,84%
Resultado líquido do exercício	667 639	1 781 893	1 204 801	-32,39%

O *Cash flow* bruto totalizou 6.263.055Euros, um decréscimo acima de 1Milhão de Euros comparativamente ao do ano anterior (-14,56%), resultante, essencialmente, da redução de resultados.

O autofinanciamento fixou-se em 229%, superior ao registado em 2022, resultando de uma diminuição do investimento (-26,4%), sendo que o *Cash flow* líquido teve um decréscimo de -15,57%.

Cash flow líquido e investimento

euros	2021	2022	2023	Δ% 23/22
Resultados antes de impostos	936 144	2 384 286	1 639 467	-31,24%
Amortizações e depreciações	4 374 432	4 604 035	4 559 332	-0,97%
Variação das provisões e perdas por imparidade	222 378	342 386	64 256	-81,23%
Cash flow bruto	5 532 953	7 330 707	6 263 055	-14,56%
Imposto sobre o rendimento	268 504	602 393	434 666	-27,84%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	5 801 457	7 933 100	6 697 722	-15,57%
Investimento	6 117 949	3 970 962	2 922 514	-26,40%
Autofinanciamento	95%	200%	229%	14,72%



Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2023 apresenta um ativo líquido de 59.457.950Euros, valor idêntico ao do ano anterior (+0,37%).

Tendo-se mantido idêntico o ativo líquido, importa destacar a redução do ativo não corrente (-3,38%), compensado pelo crescimento do ativo corrente (+15,21%), em grande medida resultado do acréscimo de Caixa e depósitos bancários (+1.840.911Euros), o qual resulta, essencialmente, do decréscimo de investimentos e crescimento de valores faturados e cobrados.

Em 2023 registamos crescimento do passivo corrente (+14,16%), em resultado dos valores contabilizados na conta de fornecedores relativos ao tratamento de águas residuais, contestados e não pagos.

Posição financeira				
euros	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	Δ% 23/22
Ativo não corrente	48 090 544	47 302 751	45 705 046	-3,38%
Ativo corrente	10 081 277	11 937 733	13 752 904	15,21%
Total do ativo	58 171 821	59 240 484	59 457 950	0,37%
Capitais permanentes	41 813 105	42 520 575	40 370 076	-5,06%
Passivo corrente	16 358 716	16 719 909	19 087 874	14,16%
Total do passivo + capital próprio	58 171 821	59 240 484	59 457 950	0,37%

Os rácios económicos revelam uma situação positiva, mas com desempenho inferior ao nível dos indicadores de resultado, comparativamente a 2022, mas claramente superiores aos registados em 2021.

Ao nível dos indicadores financeiros registamos acréscimo em todos, destacando o acréscimo nos indicadores de liquidez geral e fundo de maneo, desde logo pelo acréscimo de disponibilidades. Os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua, mantêm-se em valores muito positivos.

Rácios				
Económicos	2021	2022	2023	Δ p.p. 23/22
Margem bruta/rendimentos operacionais	27,06%	33,44%	28,34%	-5,10
Resultado operacional/rendimentos operacionais	6,77%	12,74%	8,78%	-3,97
Resultado líquido/rendimentos operacionais	3,10%	8,01%	5,17%	-2,84
Resultado líquido/capital próprio	2,90%	7,28%	4,87%	-2,41
Financeiros	2021	2022	2023	Δ p.p. 23/22
Liquidez geral	61,63%	71,40%	72,05%	0,65
Autonomia financeira	39,61%	41,33%	41,63%	0,30
Solvabilidade	65,60%	70,45%	71,31%	0,86
Fundo de maneo	0,62	0,71	0,72	0,65



Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2023, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2023

	2023	2023	Desvio	
	Unidade: Euros	Previsão Revista	Execução	Valor %
+ Vendas	7 122 046	6 744 579	-377 467	-5,30%
+ Prestações de Serviço	13 213 204	14 730 386	1 517 182	11,48%
+ Outros Rendimentos	1 654 055	1 828 375	174 320	10,54%
= Provetlos Operacionais	21 989 306	23 303 340	1 314 034	5,98%
- Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-59 082	-64 506	-5 424	9,18%
- Fornecimento e Serviços Externos	-10 613 403	-11 585 428	-972 025	9,16%
- Custos de Pessoal	-4 588 249	-4 741 533	-153 284	3,34%
- Outros Custos Operacionais	-239 154	-242 734	-3 580	1,50%
- Amortizações do Exercício	-4 325 803	-4 559 332	-233 529	5,40%
- Provisões do Exercício	-	-4 150	-4 150	-nd-
- Imparidades	-	-60 106	-60 106	-nd-
= Resultados Operacionais	2 163 615	2 045 551	-118 064	-5,46%
- Gastos Financeiros	-309 737	-406 084	-96 347	31,11%
+ Proveitos Financeiros	-	-	-	-nd-
= Resultados Financeiros	-309 737	-406 084	-96 347	31,11%
= Resultados Antes de Impostos	1 853 878	1 639 467	-214 411	-11,57%
- Impostos s/ Lucros	-438 983	-434 666	-377 467	85,99%
+ Impostos Diferidos	-	-	-	-nd-
= Resultados Líquidos	1 414 895	1 204 801	-210 095	-14,85%



Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2023	21 474 965	21 663 873	99,13%
2022	20 380 460	19 862 813	102,61%
2021	19 425 499	20 629 809	94,16%
Requisito cumprido			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2023	23 303 340	0	0,00%
2022	22 247 099	0	0,00%
2021	21 565 952	278 316	1,29%
Requisito cumprido			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2023	2 045 551	4 559 332	6 604 883
2022	2 835 205	4 604 035	7 439 240
2021	1 460 417	4 374 432	5 834 848
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

	Resultado líquido
2023	1 204 801
2022	1 781 893
2021	667 639
Requisito cumprido	



Revisado
Wh
SL
X
N



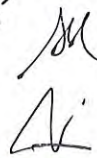
Perspectivas Futuras





Perspetivas Futuras

Em 2024, prosseguiremos com o estabelecido no Projeto de Contrato de Gestão Delegada, que sucederá ao Contrato de Gestão outorgado em 2008, no *Plano Plurianual de Investimentos 2023-2037* e no *Plano de Gestão Previsional*, suportados pelo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e pelo Plano de Financiamento da Vimágua, Projeto este que obteve os competentes Pareceres Favoráveis da ERSAR.



Destacamos a aprovação pelo Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, na sua reunião de 4 de outubro de 2023, do Plano de Ação da ITI Ave 2030 o qual integra, na Tipologia “Ciclo Urbano da Água em Baixa”, um montante de 5.290.137,00€ de FEDER que será canalizado para os investimentos já previstos pela Vimágua. Do montante total do financiamento de 5.290.137,00€, 4.236.387,00€ foram afetados ao Concelho de Guimarães e 1.053.750,00€ ao Concelho de Vizela.



Esta decisão permitiu à Vimágua proceder a uma revisão significativa quer ao Plano Plurianual de Investimentos para 2023-2037, quer ao Estudo de Viabilidade Económica e Financeira quer ao Plano de Financiamento da Vimágua, projetado para o período de 2023-2037 e determinará, já em 2024, a apresentação de candidaturas e a aceleração dos investimentos necessários à tendencial universalização dos serviços e sustentabilidade das infraestruturas públicas de água e saneamento.

A concretização destes investimentos será feita num quadro administrativo e legal, com particular relevo para o Relatório de Monitorização do PENSAAR 2020, o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), a Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Fugas (*iPerdas*), a Iniciativa Nacional para o Controlo das Afluências Indevidas (*iAFLUI*), as diversas iniciativas, cursos, documentos e recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), todos a concorrer para que a atividade das entidades de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, vulgarmente designadas por entidades gestoras, “*water utilities*”, se encontrem cada vez mais capacitadas e dotadas de equipamento, instalações, recursos humanos da maior capacidade e valia, num sistema de transparência e competitividade, suportado por conjuntos de indicadores de desempenho, definidos para as várias componentes de serviço.

No Projeto de Contrato de Gestão Delegada foram definidas iniciativas, objetivos e indicadores de desempenho a concretizar no horizonte temporal de 15 anos, ou seja, de 2023 a 2037.

Tal definição teve em consideração os objetivos estratégicos, as obrigações legais e o sistema de indicadores de qualidade do serviço definido pela ERSAR, bem como, os níveis de referência por esta



preconizados, designadamente, os constantes no Guia de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos Prestados aos Utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação, assim como outros indicadores considerados relevantes, atento o serviço de interesse geral e a natureza da Vimágua.

Enunciam-se a seguir as principais iniciativas estratégicas a desenvolver pela Vimágua durante o ano de 2024:

a) Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia

A Vimágua assegurará os procedimentos necessários à manutenção dos Sistemas de Gestão Certificados, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001 NP EN e ISO 50001, com o propósito do desenvolvimento e controlo de processos e procedimentos que têm como objetivo o aumento da eficiência da organização.

b) Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

A Vimágua assegurará o desenvolvimento, implementação e monitorização dos Planos de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) para as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, de acordo com as recomendações técnicas da ERSAR e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17. Estes planos encontram-se estruturados em dois níveis de planeamento: o Plano Estratégico para o horizonte temporal de 20 anos, 2018 – 2038 e o Plano Tático para o horizonte temporal de 5 anos.

c) Plano de Segurança da Água para Consumo Humano

A Vimágua assegurará o desenvolvimento, implementação e monitorização do Plano de Segurança da Água para Consumo Humano, o qual deve identificar e hierarquizar riscos admissíveis no quadro do serviço de abastecimento de água, desde a sua origem até ao seu consumo. Este Plano deve assegurar a implementação e contínua melhoria dos processos que permitam aumentar a eficiência da gestão dos sistemas de controlo e qualidade da água produzida e distribuída.

O objetivo estratégico deste plano é assegurar a integridade do sistema de abastecimento de água, com a distribuição de água segura e da confiança do consumidor.

d) Plano de Reabilitação de Conduatas e Ramais

A Vimágua assegurará a continuidade do Plano de Substituição de conduatas e ramais de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água e adequados níveis de serviço. Este



plano identifica e prioriza as intervenções de reabilitação, com base em registos cadastrais, registos de operação e manutenção e indicadores de avaliação.

e) **Plano de Gestão de Redução de Perdas**

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação de estratégias de controlo das perdas de água preconizadas no Plano de Gestão de Redução de Perdas, por forma assegurar uma redução de água não-faturada de cerca de 5% no final de 2027 e inferior ou igual a 14% em 2037. Ao nível da gestão de perdas reais propõe-se implementar mais zonas de monitorização de controlo nas áreas urbanas, reforçar a atividade de pesquisa ativa de fugas e continuar com a redução e estabilização de pressões nas redes de distribuição de água. Ao nível da gestão de perdas aparentes propõe-se intensificar a pesquisa de atos ilícitos, continuar com a renovação do parque de contadores e estabelecer protocolos / acordos com os Municípios e Bombeiros para a utilização de água.

f) **Plano de Gestão de Controlo de Infiltrações e Afluências Indevidas**

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação das estratégias definidas no âmbito do Plano de Gestão de Controlo de Infiltrações e Afluências Indevidas, que tem como objetivo, por um lado, melhorar a eficácia e a eficiência do funcionamento hidráulico dos sistemas de drenagem e, por outro, reduzir o risco de inundações e extravasamentos de águas residuais. Este plano resultou da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras que integram a exploração dos sistemas de drenagem dos concelhos de Guimarães e Vizela (Municípios de Guimarães e Vizela, no que se refere à drenagem de águas pluviais, Vimágua, na componente das redes de drenagem de águas residuais em baixa, e AdNorte/Tratave, no que se refere aos sistemas de interceptores e estações de tratamento de águas residuais). O planeamento das medidas encontra-se dividido em duas partes, medidas mitigadoras de curto prazo (até 3 anos) e medidas corretivas de curto/médio prazo (até 10 anos). Entre as principais medidas propõem-se implementar zonas de monitorização de caudais em bacias de drenagem urbanas, intensificar a deteção de afluências indevidas de caudais pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais e reabilitar e substituir as infraestruturas (caixas de visita e coletores) degradadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas de drenagem. A implementação do plano foi iniciada em 2020 para um horizonte temporal de 10 anos.

g) **Plano de Poupança de Energia**

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação do Plano de Poupança de Energia, seguindo as orientações da comissão europeia e da legislação nacional, tendo como objetivo principal promover a melhoria do desempenho energético e a progressiva descarbonização.



Parte das medidas que integram o plano tiveram início em 2017, com a aquisição das primeiras viaturas elétricas e com a instalação de painéis fotovoltaicos, nos equipamentos do sistema de abastecimento de água no edifício sede e no armazém/oficina.

Das medidas em curso e a implementar, neste domínio, pela Vimágua destacam-se:

- Instalação de sistemas de produção própria de energia constituídos por sistemas fotovoltaicos tendo como meta atingir a capacidade instalada de 1700 Kwp;
- Instalação de variadores de velocidade nas estações elevatórias com mais de 10 anos, para otimização energética do seu funcionamento;
- Substituição de grupos eletrobomba com desempenho insatisfatório por equipamentos de maior eficiência;
- Reforço de sistema de telegestão para otimização do funcionamento de todos os sistemas de elevação;
- Substituição de viaturas movidas a combustíveis fósseis por viaturas elétricas;
- Formação para utilização mais eficiente de viaturas;
- Reorganização do trabalho com jornadas contínuas e utilização partilhada de viaturas.

h) Sistema de Contabilidade Analítica

A Vimágua com vista à otimização dos processos de controlo de gestão deverá implementar e manter em funcionamento um Sistema de Contabilidade Analítica.

As metas anuais definidas para os indicadores de desempenho atendem aos valores históricos e à situação existente, visando atingir, progressivamente e de acordo com o cronograma definido no Contrato de Gestão Delegada, uma melhoria contínua e progressiva da qualidade dos serviços.

A Administração da Vimágua está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de prestação do serviço, a um preço socialmente aceitável.



Handwritten notes in black and blue ink, including the word "Pain" and various symbols.

Handwritten notes in black and blue ink, including the word "Pain" and various symbols.

vinmagua



Proposta de Aplicação de Resultados





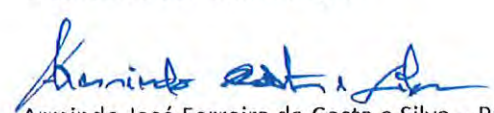
Proposta de Aplicação de Resultados



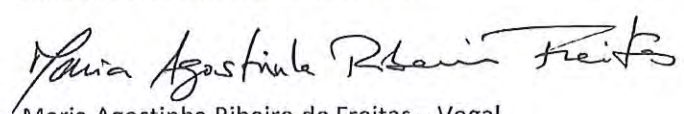
Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no valor de 1.204.800,73Euros (um milhão duzentos e quatro mil oitocentos euros e setenta e três cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.



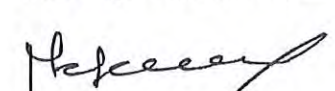
O Conselho de Administração



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal

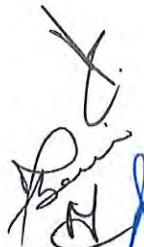


Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal



Considerações Finais





Considerações Finais



O resultado do exercício relativo ao ano de 2023 mantém-se positivo, reforçando o capital próprio e evidenciando a viabilidade económica da Vimágua.

A atuação da Vimágua pautou-se pelo respeito pela Lei, pelos Municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da Vimágua, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



Aos Municípios de Guimarães e Vizela e às Juntas de Freguesia, deixamos aqui o nosso especial reconhecimento pela sempre pronta colaboração e cooperação.

À Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao ACES Alto Ave, deixamos o nosso agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

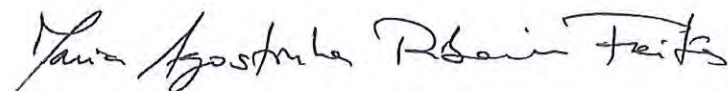
Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência.



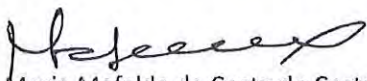
O Conselho de Administração,



Armino José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal



Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal

Demonstrações Financeiras





Demonstrações financeiras



Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2023.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	45.659.186	47.234.288
Ativos intangíveis	9	12.690	8.851
Outros investimentos financeiros		31.643	30.991
Ativos por impostos diferidos		1.528	28.621
		45.705.046	47.302.751
Ativo corrente			
Inventários	10	900.847	921.482
Clientes	12	1.672.245	1.448.567
Estado e outros entes públicos	13	177.981	374.081
Outros créditos a receber	14	1.572.606	1.632.768
Diferimentos		225.434	197.955
Caixa e depósitos bancários	5	9.203.791	7.362.880
		13.752.904	11.937.733
Total do ativo		59.457.950	59.240.484
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Reservas legais		147.701	147.701
Resultados transitados	20.2	5.389.528	3.726.370
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	20.3	5.268.499	6.089.206
Resultado líquido do período		1.204.801	1.781.893
Total do capital próprio		24.750.529	24.485.171
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	327.884	323.734
Financiamentos obtidos	15	4.750.427	6.570.978
Outros instrumentos financeiros	16	6.792	127.205
Fornecedores	17	9.061.356	9.299.540
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	1.473.089	1.713.947
		15.619.547	18.035.404
Passivo corrente			
Fornecedores	17	3.995.280	1.998.390
Estado e outros entes públicos	13	468.626	654.771
Financiamentos obtidos	15	1.830.736	1.767.328
Outras dívidas a pagar	18	5.229.014	4.862.348
Diferimentos	19	7.564.219	7.437.070
		19.087.874	16.719.909
Total do passivo		34.707.422	34.755.313
Total do capital próprio e do passivo		59.457.950	59.240.484

Enalberto

Fernando Costa + Alan
 José Agostinho Ribeiro Costa
 Hefceey



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	23	21.474.965	20.380.460
Trabalhos para a própria empresa		20.937	781
Subsídios à exploração			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-64.506	-51.174
Fornecimentos e serviços externos	24	-11.585.428	-10.042.429
Gastos com o pessoal	25	-4.741.533	-4.203.168
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-60.106	-119.334
Provisões (aumentos/reduções)		-4.105	-223.052
Outros rendimentos	26	1.807.439	1.865.857
Outros gastos	27	-242.734	-168.701
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.604.883	7.439.240
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-4.559.332	-4.604.035
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.045.551	2.835.205
Juros e gastos similares suportados	15	-406.084	-450.919
Resultado antes de impostos		1.639.467	2.384.286
Imposto sobre o rendimento do período	22	-434.666	-602.393
Resultado líquido do período		1.204.801	1.781.893

Resultado por ação básico		2,41	3,56

Exercício de 2023



Assinado e rubricado
Paula Agostinho Ribeiro Faria
Administradora

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1	1	500 000	0	12 240 000	0	114 319	0	2 491 025	0	0	7 030 226	667 639	23 043 209
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0
Alterações de políticas contabilísticas													0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0
Ajustamentos por impostos diferidos								-174 509			274 765		100 256
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						33 382		1 409 855			-1 215 785	-667 639	-440 187
2	2	0	0	0	0	33 382	0	1 235 345	0	0	-941 019	-667 639	-339 931
3	3											1 781 893	1 781 893
4-2+3	4-2+3											1 114 254	1 441 962
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
subscrições de capital													0
subscrições de prémios de emissão													0
Distribuições													0
Entradas para cobertura de perdas													0
Outras operações													0
5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período dezembro de 2022	6=1+2+3+5	500 000	0	12 240 000	0	147 701	0	3 726 370	0	0	6 089 206	1 781 893	24 485 171
													24 485 171

encerrado

Revisão e assinatura
para Agostinho Ribeiro Faria

Revisão e assinatura

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos emativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1	1	500 000	0,00	12 240 000	0,00	147 701,16		3 726 370,25			6 089 206,27	1 781 892,96	24 485 170,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Aterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos valores													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 663 157,75	0,00	0,00	-820 707,48	-1 781 892,96	-939 442,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
3	3												
4=2+3	4=2+3												
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
-subscrições de capital													
-subscrições de prêmios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500 000,00	0	12 240 000,00	0	147 701,16	0	5 389 527,99	0	0	5 268 498,79	1 204 800,73	24 750 528,69
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO Dezembro 2023													

Unidade: Euro

Exercido

Revisão e Atualização
Para Agostinho R. Silva
H. Ferreira



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		23.609.441	22.617.448
Pagamentos a fornecedores		-12.083.501	-12.075.771
Pagamentos ao pessoal		-4.682.736	-4.129.451
Caixa gerada pelas operações		6.843.204	6.412.225
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-902.803	-236.089
Outros recebimentos/pagamentos		715.765	943.725
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		6.656.165	7.119.861
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.620.492	-4.095.326
Ativos intangíveis		-8.981	-7.450
Investimentos Financeiros			
Outros ativos		-652	-5.588
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.183	5.626
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento			891.615
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.628.942	-3.211.122
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.250.000
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.757.142	-1.642.797
Juros e gastos similares		-429.170	-479.411
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.186.312	-872.208
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1.840.911	3.036.531
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.362.880	4.326.349
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.203.791	7.362.880

Enscide

Henrique Costa
Nara Agostinho Reis
Hefce



✓
P. H. K.

gk.

		PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Numerário		15.320	18.207
Depósitos bancários		9.188.471	7.344.673
Equivalentes de caixa			
	Caixa e seus equivalentes	9.203.791	7.362.880
Outras disponibilidades:			
Dívidas a instituições de crédito			
	Disponibilidades constantes do Balanço	9.203.791	7.362.880

Ervidjoc

~~Aminds~~ ~~at~~ ~~for~~
 Your Gastric Rubric Traits
 Hfccccp

Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023





Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.



Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082



Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. **ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA** - Não aplicável.

4. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. **BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

(a) **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outros Créditos a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de crédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de crédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.



As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método se equiparou à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas



para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios públicos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.





(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.



O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.



São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.



Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".



(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.



4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.



5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
11	Caixa	15.319.86	18.207.32
121	Depósitos à ordem C.G.D	171.490.67	494.949.82
122	Depósitos à ordem BPI	112.600.56	19.925.67
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	192.566.24	32.287.05
124001	BPI/002 Conta Receitas	4.934.075.50	3.038.097.17
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.697.081.26	2.748.129.98
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	871.971.04	871.971.04
125	Banco Santander Totta, SA	166.068.88	96.694.60
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617,24	42.617,24
		9.203.791.25	7.362.879.89

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;



- Faturação das Câmaras à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão;

- Entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2023 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	740.07	895.705.93	97.812.44	8.145.375.24
CMV	7.757.39	234.142.25	71.169.61	900.247.10

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no ano de 2023, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.566.692.78 €.

- Câmara de Vizela, o montante de 811.703.26 €.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	1 232 924,71	4 012 469,17	95 085 227,03	1 608 329,89
Depreciações Acumuladas Iniciais		836 539,92	54 535 208,22	1 484 804,62
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	1 232 924,71	3 175 929,25	40 550 018,81	123 525,27
Movimentos do período	32 853,34	-69 760,33	-1 877 344,27	-94 551,92
Adições	32 853,34	33 758,35	2 433 428,53	0,00
Aquisições 1ª mão	32 853,34	33 758,35	1 020 852,80	0,00
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	1 412 575,73	0,00
Diminuições	0,00	103 518,68	4 310 772,80	94 551,92
Depreciações	0,00	103 518,68	4 310 359,74	94 551,92
Alienações valor aquisição	0,00	0,00	415,20	36 524,80
Alienações depreciações acumuladas	0,00	0,00		36 524,80



Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Reclassificação Dep. Acumuladas		0,00		
Transferências AFT em Curso			2,14	
Quantia líquida escriturada final	1 265 778,05	3 106 168,92	38 672 674,54	28 973,35

Descrição	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
				105 123 728,60
Quantia Bruta escriturada inicial	1 001 145,17	198 342,60	1 985 290,03	
Depreciações Acumuladas Iniciais	883 586,91	149 300,81		57 889 440,48
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	117 558,26	49 041,79	1 985 290,03	47 234 288,12
Movimentos do período	-16 073,38	13 839,72	435 934,26	-1 575 102,58
				0,00
Adições	19 097,19	26 600,00	435 934,26	2 981 671,67
Aquisições 1ª mão	19 097,19	26 600,00	1 848 509,99	2 981 671,67
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	-1 412 575,73	0,00
Diminuições	35 170,57	12 760,28	0,00	4 556 774,25
Depreciações	32 999,36	12 760,28		4 554 189,98
Alienações valor aquisição	2 435,00	0,00		39 375,00
Alienações depreciações acumuladas	263,79	0,00		36 788,59
Reclassificação Dep. Acumuladas				0,00
Transferências AFT em Curso			0,00	2,14
				0,00
Quantia líquida escriturada final	101 484,88	62 881,51	2 421 224,29	45 659 185,54

Durante o ano de 2023, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- CP 05/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua da Serviçaria e Rua de Burgueiros - Freguesia de Infantas – Guimarães;



 - CP 06/2021- Execução de Ligações Domiciliárias e Não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela;

 - CP 08/2021 - Extensão de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Rua 24 De Junho, Rua de Santa Maria e na Travessa do Valinho na U.F. de Atães e Rendufe – Guimarães;

- CP 09/2021- Extensões de Drenagem de Águas Residuais na UF De Abação e Gémeos - Rua Bouça Tarrio e Rua Joaquim Aires – Guimarães;

 - CP 07/2022 - Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Creixomil e nas U.F. de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião e U.F. Prazins Santo Tirso e Corvite - Concelho De Guimarães;

 - CP 18/2022- Instalação De Uma Conduta Elevatória E Substituição da Rede de Abastecimento de Água na Rua Jerónimo de Freitas, na Freguesia de Pencelo - Concelho de Guimarães;

 - CP 07/2022- Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Creixomil e Nas U.F. de Oliveira, S. Paio E S. Sebastião e U.F. Prazins Santo Tirso E Corvite - Concelho De Guimarães.

 - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;

- Extensão de redes nas freguesias;

- Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento.

Dos tivos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 01/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Prazins (Santa Eufémia), São Torcato, U.F. de Briteiros Santo Estevão e Donim e U.F. De Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Concelho de Guimarães;

- CP 10/2021 – Extensão de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Longos e U.F. de Sande São Lourenço e Balazar – Guimarães;

CP 16/2022- Valorização da Ribeira de Couros, Rio Selho, Rio Ave e Do Rio Vizela - Eliminação de Ligações Indevidas entre Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais em Vários Locais dos Concelhos de Guimarães e de Vizela;

CP 24/2022- Execução de Ligações Domiciliárias e não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela;



- CP 01/2023- Substituição de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Selho (São Cristóvão) e Candoso (São Martinho) – Guimarães;

- CP 02/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) - Concelho De Vizela;

CP 08/2023- Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Rua Padre António P. da Silva (Gandarela), Rua General Humberto Delgado (Serzedelo), Rua De Pereirinhas (M. de Cónegos) E Reforço do Abastecimento de Água da Zona Alta da Rede Proveniente do R2, Em Coteões (Guardizela) – Guimarães.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	269 001,55	0,00	269 001,55
Amortizações Acumuladas	260 150,75	0,00	260 150,75
Quantia Escriturada Líquida Inicial	8 850,80	0,00	8 850,80
Adições	8 981,25	0,00	8 981,25
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	5 142,34	0,00	5 142,34
Total das Diminuições	5 142,34	0,00	5 142,34
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	12 689,71	0,00	12 689,71

10. INVENTÁRIO

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:



Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Materiais	900.847.28	921.482.36
TOTAL	900.847.28	921.482.36

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Existências iniciais	921.482.36	883.173.99
Compras	756.650.01	927.270.45
Regularização existências	704.747.97	835.059.48
Variação EPIS	8.031.22	2.728.12
Existências finais	900.847.28	921.482.36
Total	64.505.90	51.174.48

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, para colocação de contadores, para fardamento de pessoal e aumento dos AFT da empresa.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	9.203.791.25		9.203.791.25	7.362.879.89		7.362.879.89
Estado e Outros Entes Públicos	177.980.97		177.980.97	374.080.58		374.080.58



Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Dívidas de Clientes	4.474.941.77	2.802.697.04	1.672.244.73	4.191.157.72	2.742.590.99	1.448.566.73
Outros créditos a receber	1.572.606.35		1.572.606.35	1.632.767.81		1.632.767.81
Ativos financeiros Totais	15.429.320.34	2.802.697.04	12.626.623.30	13.560.886.00	2.742.590.99	10.818.295.01
Dívidas a Fornecedores corrente	3.995.279.72		3.995.279.72	1.998.390.41		1.998.390.41
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	468.625.62		468.625.62	654.771.47		654.771.47
Outras dívidas a pagar corrente	5.229.013.79		5.229.013.79	4.862.348.16		4.862.384.16
Fornecedores não corrente	9.061.355.60		9.061.355.60	9.299.540.38		9.299.540.38
Outras dívidas a pagar não corrente	1.473.088.65		1.473.088.65	1.713.947.37		1.713.947.37
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	20.227.363.38		20.227.363.38	18.528.997.79		18.528.997.79
Financiamentos obtidos Corrente	1.830.736.43		1.830.736.43	1.767.328.41		1.767.328.41
Financiamentos obtidos não Corrente	4.750.427.46		4.750.427.46	6.570.977.77		6.570.977.77
Financiamentos obtidos Subtotais	6.581.163.89	0	6.581.163.89	8.338.306.18	0	8.338.306.18
Passivos financeiros Totais	26.808.527.27	0	26.808.527.27	26.867.303.97	0	26.867.303.97

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2023 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Cientes Conta Corrente	1.287.996.95	1.130.682.05
Cientes Cobrança Duvidosa	3.186.944.82	3.060.475.67
Imparidade de clientes	-2.802.697.04	-2.742.590.99
Total	1.672.244.73	1.448.566.73

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertido no período	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2022	2.623.256.82	119.334.17		2.742.590.99
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2023	2.742.590.99	60.106.05		2.802.697.04

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2023 saldo devedor	31 de dezembro 2023 saldo credor	31 de dezembro 2022 saldo devedor	31 de dezembro 2022 saldo credor
Imposto sobre rendimento	91.395.73			373.244.00
Imposto sobre valor acrescentado	67.828.40	42.498.06	374.080.58	
Retenção na Fonte		22.841.40		22.782.90
Contribuições seg social/CGA		86.504.22		75.503.47
Outras contribuições	18.756.84	316.781.94		183.241.10
TOTAL	177.980.97	468.625.62	374.080.58	654.771.47

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.



A rubrica "Outras contribuições" respeita à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), quer a faturada aos clientes e a entregar quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE), bem como à "Águas do Norte".

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Outras Contas a Receber" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
271/2721	Devedores por acréscimo de rendimento	463.181.12	481.649.56
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores - Comp. de ramais	649.602.96	676.863.76
278103	Devedores – Acordos	378.221.43	349.110.14
278105	Devedores Coimas a cobrar	8.069,14	8.069,14
278106	Devedores estragos causados	725,78	725,78
278108	Devedores lixo		
278109	Outros Devedores	59.401.87	103.378.98
278+225+228+23	Outros	13.404.05	12.970.45
Total		1.572.606.35	1.632.767.81

A Conta "Devedores por acréscimo de rendimento" (2721) contempla o montante de 462.243,65 euros proveniente do ano de 2022 referente à deliberação do Conselho de Administração de 23/02/2023, referente à Metodologia de faturação do serviço de Saneamento em Alta (serviço de saneamento em alta prestado pelas Águas do Norte. A administração acredita que este tema terá resolução no decorrer de 2024, uma vez que decorrem negociações no âmbito de CIM do Ave.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	4.194.042.20	1.635.410.36	5.829.452.55	1.567.328.04
Locação Financeira	556.385.26	195.326.07	741.525.22	200.000.37
TOTAL	4.750.427.46	1.830.736.43	6.570.977.77	1.767.328.41

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

A Vimágua outorgou, 5 de fevereiro de 2016, o 3.º Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito o qual contratualizou as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral da Vimágua na reunião de 17 de dezembro de 2015.

A revisão das condições de financiamento resultou de uma consulta ao mercado financeiro e são, no essencial, as seguintes:

- Redução do Spread da Linha de Longo Prazo de 2,50% para 1,70%;
- Redução do Spread da Linha de Apoio à Tesouraria de 2,50% para 1,25%;
- Redução da Comissão de Imobilização da Linha de Apoio à Tesouraria de 1,00% para 0,25%;
- Redução do montante da Linha de Apoio à Tesouraria de 1.200.000,00 Euros para 500.000,00 Euros.



- Inclui também o montante de 1.250.000.00 referente ao financiamento da caixa geral de depósitos celebrado em 25 de maio de 2022, cujo vencimento é para 25 de maio de 2032.

O valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor total dos juros suportados com financiamentos obtidos nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Juros Suportados	404.527.38	449.365.66
Outros gastos financiamentos	1.556.68	1.553.18
TOTAL	406.084.06	450.918.84

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	6.791.67		127.204.78	
TOTAL	6.791.67		127.204.78	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a contratos de *Swap* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009.

17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	9.061.355.60	3.995.279.72	9.299.540.40	1.998.390.39
TOTAL	9.061.355.60	3.995.279.72	9.299.540.40	1.998.390.39



Relativamente à rubrica de fornecedores incluída no passivo não corrente, a mesma inclui o valor referente à contrapartida faturada pelos Municípios. Foi acordado o não pagamento da mesma, uma vez que futuramente estes montantes serão transformados em prestações acessórias.

Os anos em “aberto” correspondem à contrapartida devida dos anos de 2016 a 2021.

Engloba, ainda, o valor faturado pelo fornecedor “Águas do Norte, S.A.”, decorrente da alteração da metodologia de faturação no período compreendido entre outubro de 2018 e abril de 2019, no montante de 943.996,78€, cujo pagamento será realizado em 60 prestações mensais, e terminará em 2025. Além disso, a Vimágua não se encontra a pagar junto do fornecedor “Águas do Norte, S.A.” a integralidade dos montantes debitados, uma vez que não concorda com o valor debitado pelo fornecedor. A Administração da Vimágua acredita que este tema terá resolução no decorrer de 2024, uma vez que decorrem negociações no âmbito da CIM do Ave.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Outras dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
231	Remunerações a pagar	711.88	685.24
271	Fornecedores de investimentos	595.498.48	152.377.15
2722	Devedores e Credores por acréscimos	1.562.467.57	1.775.945.70
278	Credores – Credores Diversos	3.070.335.86	2.933.340.07
Total Corrente		5.229.013.79	4.862.348.16
2788	Ajustamentos em subsídios	1.473.088.65	1.713.947.37
Total Não Corrente		1.473.088.65	1.713.947.37

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 1.063.242.34euros e Cauções de clientes no valor de 1.250.651.99euros.

19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro 2022, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:



Diferimentos	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.564.218.64	7.437.070.30
total	7.564.218.64	7.437.070.30

A Rubrica de Diferimentos, no passivo corrente, corresponde aos valores faturados a clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

Quanto à rubrica de Diferimentos, no ativo corrente, respeita aos gastos já efetivados no decorrer do ano de 2023, respeitantes ao exercício de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica contempla, essencialmente, o diferimento de gastos com seguros, EPI's a consumir em 2024 e outros gastos com assistência técnica.

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2023 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10%
	500.000		500.000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultados transitados	-5.394.791.53	-3.838.602.26
Ajustamento de transição		13.648.32
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	5.263.53	98.583.69
TOTAL	5.389.528.00	3.726.370.25

Os movimentos ocorridos nesta rubrica em 2023, dizem respeito à aplicação dos resultados de 2022 (1.781.892,96€) e ao ajuste das responsabilidades futuras resultantes da operação de cobertura de taxa de juro (93.320,16€). Em 2023, por deliberação do Conselho de Administração, foram ainda registados nesta conta os montantes respeitantes à Taxa de Recursos Hídricos não repercutidos nos utilizadores finais (clientes Vimágua) em anos anteriores. Tal registo foi de 212.055,37€.

20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022 esta rubrica apresentava a seguinte composição

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	6.547.120.46	7.617.643.64
Ajustamento em subsídio investimento	-1.473.088.65	-1.713.947.37
Doações	194.467.00	185.510.00
TOTAL	5.268.498.91	6.089.206.27

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Subsídios – Empreitadas	1.070.523.18	1.190.250.02

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.



21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do período	1.204.800.73	1.781.892.96
Número de ações em circulação	500.000.00	500.000.00
Resultado por ação Básico	2.41	3.56

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado contábilístico do período (antes de impostos)	1.639.467.00	2.384.285.96
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	386.774.75	524.168.89
Tributação autónoma	9.582.65	10.687.92
Derrama Municipal	27.769.62	37.512.06
Derrama Estadual	10.539,25	30.024.13
Imposto sobre o rendimento do período	434.666.27	602.393.00
Taxa efetiva	27%	25%

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
711	Mercadorias	1.343.77	12.427.36
712	Produtos acabados e intermédios	6.743.235.24	6.685.106.94
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	10.895.858.41	10.146.080.43
722	Serviços de exploração Sector Água	3.685.617.79	3.377.524.69
723	Outros serviços	36.795.48	37.511.19



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
725	Serviços secundários	112.114.27	121.809.34
	Total	21.474.964.96	20.380.459.95

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
621	Subcontratos	7.392.587.23	5.789.409.95
6221	Trabalhos Especializados	1.242.343.78	1.113.573.16
6226	Conservação e reparação	1.213.672.76	1.020.972.54
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	197.988.31	196.414.30
623	Materiais	79.634.36	131.812.48
6241	Eletricidade	518.922.82	820.673.11
624	Outras rubricas de energia e fluidos	187.456.48	226.557.93
625	Deslocações estadas e transpor tes	3.032.92	17.456.53
6261	Rendas e alugueres	44.977.86	45.336.37
6262	Comunicação	452.302.52	430.210.49
626	Outras	252.508.53	250.011.99
	Total	11.585.427.57	10.042.429.05

25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
631	Remunerações órgãos sociais	52.588.17	50.330.99
632	Remunerações do Pessoal	3.688.235.64	3.252.316.85
633	Benefícios pós Emprego	2.394.98	3.674.66
635	Encargos Sobre Remunerações	791.126.34	701.173.58
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	75.249.00	79.864.32
638	Outros gastos com o pessoal	131.939.22	115.807.65
Total		4.741.533.35	4.203.168.05

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do semestre do ano de 2023, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 52.588,17 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do ano de 2023 em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Número de empregados no final do período	221	210

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
788	Outros	1.807.438.71	1.865.857.28
	Total	1.807.438.71	1.865.517.28

A rubrica de "Outros rendimentos", inclui o montante de 1.070.523.18 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de 641.634,92 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de cerca de 20.693.41 euros.

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
681	Impostos	36.407.31	40.616.78
683	Dívidas Incobráveis	68.692.43	3.187.19
688	Outros	137.634.39	124.897.09
	Total	242.734.13	168.701.06

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição;
- . Cumprimento da legislação;
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores;



. Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa.

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

Em dezembro de 2023 a Vimágua tem processos judiciais em curso que, de acordo com opinião de advogados da Empresa, poderá implicar um dispêndio futuro de recursos financeiros.

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tem mais processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia n.º 9015003405793	50.000.00
8 garantias a 5.000 euros cada	40.000.00
30 garantias a 1.000 euros cada	30.000.00
4 garantia a 3.000 euros	12.000.00
1 garantia a 4.200 euros cada	4.200.00
1 garantia a 2.430 euros	2.430.00
2 garantia a 3.300 euros	6.600.00
1 garantia a 1.800 euros	1.800.00
1 garantia a 7.500 euros	7.500.00
1 garantia a 2.100 euros	2.100.00
1 garantia a 2.970 euros	2.970.00
1 garantia a 3.150 euros	3.150.00
1 garantia a 17.675 euros	17.675.00
1 garantia a 48.190 euros	48.190.00
1 garantia de 51.245.00 euros	51.245.00
1 garantia de 22.145.00 euros	22.145.00



Número	Valor
1 garantia de 7.300.00 euros	7.300.00
1 garantia de 11.655.00 euros	11.655.00
1 garantia de 79.270.00 euros	79.270.00
1 garantia de 4.500.00 euros	4.500.00
1 garantia de 21.060.00 euros	21.060.00
1 garantia de 14.360.00 euros	14.360.00
1 garantia de 68.400.00 euros	68.400.00
1 garantia de 3.600.00 euros	3.600.00
1 garantia de 18.450.00 euros	18.450.00
1 garantia de 30.300.00 euros	30.300.00
1 garantia de 8.400.00 euros	8.400.00

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
2503009889693	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2023, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;



- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2024, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2023 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de 2023 foram de 12.000.00 Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do ano de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

Contabilista Certificada:

Direção Administrativa e Financeira:





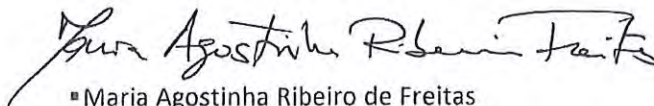
▪ Eva Maria Ferreira Salgado

▪ Paula Alexandrina Coelho Fernandes

Conselho de Administração:



▪ Armindo José Ferreira da Costa e Silva



▪ Maria Agostinha Ribeiro de Freitas



▪ Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório sobre a actividade por nós desenvolvida, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

No decorrer do exercício, acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento do exercício, apreciamos o Relatório de Gestão bem como as Demonstrações Financeiras da Empresa e procedemos, nesta data, à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, que consideramos reproduzida neste documento.

Nestes termos, somos de parecer que poderão ser aprovados:

- 1) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2023, apresentados pela Administração;
- 2) a proposta da Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Vila Nova de Gaia, 27 de Março de 2024

O Fiscal Único

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773
registado na CMVM com o n.º 20160406)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 59.457.950 euros e um capital próprio de 24.750.529 euros, incluindo um resultado líquido de 1.204.801 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data e o anexo que incluiu um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa, razoavelmente, esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

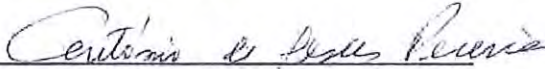
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Vila Nova de Gaia, 27 de Março de 2024

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773
registado na CMVM com o n.º 20160406)

